

Ana Claudia Bortolozzi
Tamires Giorgetti Costa
(Organizadoras)



EDUCAÇÃO SEXUAL

Processos teóricos e experiências práticas

Educação Sexual: processos teóricos e experiências práticas. BORTOLOZZI, Ana Claudia; COSTA, Tamires Giorgetti (Orgs.). Gradus Editora, 2025. 95p. : il. (algumas color.).

978-65-810033-12-0 CDD 370.00

DOI: 10.46848/9756581033120

A Gradus Editora adota a licença da Creative Commons CC BY: Atribuição-Não Comercial-Sem Derivados - CC BY-NC-ND: Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo que os outros façam o download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso comercial delas.



Direitos reservados à



Rua Luiz Gama, 237, 17054-300 - Vila
Independência - Bauru/SP
Contato (14) 98216-6549 / (14) 3245-7675
graduseditora@gmail.com.br
www.graduseditora.com Publicado no Brasil

Publicado no Brasil

FICHA TÉCNICA

Editor-chefe — Lucas Almeida Dias
Projeto gráfico — Natália Huang Azevedo Hypólito
Revisão — Lucas Almeida Dias
Arte de capa – Davi Lucas M. De Carvalho

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Douglas M. A. de A. P. dos Santos	Profa. Dra. Cintya de Oliveira Souza
Profa. Dra. Ana Cláudia Bortolozzi	Profa. Dra. Andreia de B. Machado
Profa. Dra. Manuela Costa Melo	Prof. Dr. Carlos Gomes de Castro
Profa. Dra. Ana Beatriz D. Vieira	Profa. Dra. Janaína Muniz Pícolo
Dr. Yan Corrêa Rodrigues	Prof. Dr. Thiago Henrique Omena
Prof. Dr. Luís Rafael Araújo Corrêa	Prof. Dr. Fábio Roger Vasconcelos
Prof. Dr. Leandro A. dos Santos	Prof. Dr. Gustavo Schmitt
Prof. Dra. Renata Cristina L. Andrade	Profa. Dra. Daniela Marques Saccaro
Profa. Dra. Gladys del C. M. Morales	Profa. Dra. Márcia Lopes Reis

SUMÁRIO

Apresentação _____ **3**

EDUCAÇÃO SEXUAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA PARA ADOLESCENTES DO 8º ANO: RESULTADOS E REFLEXÕES DE UMA INTERVENÇÃO _____ **4**

Beatriz Fernandes Abbade; Isabella da Fonseca Ribeiro

EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ADOLESCENTES EM INSTITUIÇÃO SOCIOEDUCATIVA _____ **13**

Eloá Leme; Karolyn Alves

IDENTIDADES DISSIDENTES E A VIOLÊNCIA: UM ESTUDO DE REVISÃO NARRATIVA _____ **20**

Lucas Alvim De Avila Campos; Ligia Noleto Hamano; Esther Satie Yamaguchi

UMA ABORDAGEM QUEER DA EDUCAÇÃO SEXUAL: RELATO DE UM PROGRAMA DE INTERVENÇÃO COM E PARA ADOLESCENTES _____ **33**

Juliana Campos Marinho; Leonardo Silveira Rodrigues

DESAFIOS E AVANÇOS NA ATENÇÃO EM SAÚDE À POPULAÇÃO LGBTQIAPN+: O PAPEL DA PSICOLOGIA NO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS TRANS _____ **45**

Davi Lucas München de Carvalho; Mayane Romes de Andrade Pereira; Beatriz Villela Araújo

REPRESENTATIVIDADE MIDIÁTICA LGBTQIAP+ E SUAS IMPLICAÇÕES NOS SUJEITOS: DAS POTENCIALIDADES DE TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL _____ **59**

Yago Felipe Dias

SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA: CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA _____ **72**

Caroline Vieira Lourenção; Ana Cláudia Bortolozzi

BISSEXUALIDADE NA PESQUISA: CONTRIBUIÇÕES DE UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA LITERATURA _____ **86**

Bianca Longhitano; Laura Braga Guimarães

COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL NA ADOLESCÊNCIA E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA _____ **96**

Ana Cláudia Bortolozzi; Lucas Couto de Carvalho

APRESENTAÇÃO

Sistematizar os processos relacionados ao desenvolvimento de uma Educação Sexual emancipatória pode ser considerado um desafio, pois exige a compreensão da sexualidade humana enquanto uma construção que integra dimensões biológicas, históricas e sociais. Compreende-se que a desconstrução de estigmas e padrões normativos pode contribuir para a formação e atuação de educadores sexuais, a partir de uma perspectiva crítica e não repressora.

Este livro, apresenta produções teóricas e práticas em Educação Sexual, conduzindo o(a) leitor(a) a ampliar e aprofundar suas reflexões sobre diferentes assuntos, interseccionando as adolescências, representação da população LGBTI+ e outros marcadores sociais, como as deficiências.

Um conjunto de artigos são ensaios teóricos que objetivam analisar e discutir materiais científicos publicados sobre o assunto, contemplando os seguintes capítulos: “Identidades Dissidentes e a violência: um estudo de revisão narrativa”, “Desafios e avanços na atenção em saúde à população LGBTQIAPN+: o papel da psicologia no atendimento às pessoas trans”, “Representatividade midiática LGBTQIAP+ e suas implicações nos sujeitos: das potencialidades de transformação da Educação Sexual” e “Bissexualidade na pesquisa: contribuições de uma revisão bibliográfica da literatura”.

Outro conjunto de artigos descreve intervenções sistematizadas em Educação Sexual para adolescentes, interseccionando uma abordagem crítica e *Queer*, como descrito no capítulo “Uma abordagem Queer da educação sexual: relato de um programa de intervenção com e para adolescentes”; detalhando as experiências do trabalho em uma instituição socioeducativa: “Educação Sexual para adolescentes em instituição socioeducativa” e em uma escola pública: “Educação sexual em uma escola pública para adolescentes do 8º ano: resultados e reflexões de uma intervenção. Outros capítulos descrevem pesquisas relacionadas à temática, discutindo as percepções de estudantes de psicologia sobre sexualidade e deficiência: “Sexualidade e deficiência: concepções de estudantes de psicologia” e reflexões sobre como os estudos sobre comportamentos antissociais na adolescência abordam os(as) adolescentes e os(as) caracterizam: “Comportamento Antissocial Na Adolescência E Caracterização Da Amostra: Revisão Integrativa Da Literatura”.

Parabenizamos os(as) autores(as) que contribuíram de forma significativa para construção desta obra. Que continuemos trabalhando para uma Psicologia científica, crítica, humanizada e emancipatória, caminhando para instrumentalização de pesquisas, estudos e propostas em Educação Sexual que integre a atuação ética do(a) Psicólogo(a).

Dezembro de 2025,

Às organizadoras.

EDUCAÇÃO SEXUAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA PARA ADOLESCENTES DO 8º ANO: RESULTADOS E REFLEXÕES DE UMA INTERVENÇÃO

Beatriz Fernandes Abbade (Graduanda do curso de psicologia, UNESP, E-mail: bf.abbade@unesp.br)
Isabella da Fonseca Ribeiro (Graduanda do curso de psicologia, UNESP, E-mail: if.ribeiro@unesp.br)

RESUMO

A Educação Sexual nas escolas busca promover conteúdos pertinentes sobre a sexualidade, refletindo criticamente sobre o tema e desenvolvendo autonomia e responsabilidade em jovens e adolescentes sobre a vida sexual. Este artigo objetiva descrever uma experiência de intervenção em educação sexual com adolescentes, descrevendo o planejamento do programa e os principais resultados alcançados. O programa foi aplicado para duas turmas do oitavo ano do ensino fundamental de uma escola pública do interior do Estado de São Paulo. Ao total, foram 11 encontros, com duração de uma hora e quarenta minutos cada, que ocorreram quinzenalmente ao longo do ano letivo. Os temas trabalhados foram: sexualidade e educação sexual; adolescência e puberdade; órgãos sexuais, corpo e padrões de beleza; reprodução humana, menstruação e gravidez; direitos humanos e direitos sexuais e reprodutivos; diversidade (sexo, gênero e orientação sexual); métodos contraceptivos; vulnerabilidade e prevenção às infecções sexualmente transmissíveis (IST), relacionamentos, e prevenção à violência. Os conteúdos foram de grande interesse dos participantes, sobretudo, quando relacionados ao funcionamento do corpo, aos métodos contraceptivos e aos relacionamentos. Considera-se que o programa obteve resultados positivos, que os adolescentes demonstraram entusiasmo e engajamento durante todo o processo, além de mostrarem aprendizado das informações.

Palavras-chave: Educação sexual, sexualidade, escola, adolescência.

INTRODUÇÃO

No senso comum, a sexualidade é entendida como um assunto particular e determinado biologicamente. No entanto, esse entendimento é raso e insuficiente para os que se comprometem a estudar esse campo criticamente. Além dos aspectos biológicos, a sexualidade também é composta por fatores psicológicos, históricos e sociais (Bortolozzi; Navega; Netto, 2022). Nesse sentido, a sexualidade não é determinada naturalmente, mas construída cultural e socialmente através da interpelação de diferentes situações, instituições ou grupos sociais (Louro, 2022). Desse modo, não é uma questão que abrange somente o campo íntimo e privado, mas é também uma questão social e política.

De fato, ao longo de todo o desenvolvimento do indivíduo, existe um processo de aprendizado sobre a sexualidade que ocorre inicialmente por meio da família, e, posteriormente, através de amigos, da mídia, das propagandas, religiões ou de outros grupos sociais. Esse processo constitui os valores e compreensões acerca da sexualidade (Maia; Ribeiro, 2011). Assim, a educação sexual ocorre em diferentes espaços de socialização e diz respeito a qualquer experiência que balize o posicionamento do indivíduo na esfera social da sexualidade (Organização das Nações Unidas, 2014).

No entanto, essa educação sexual informal, de caráter irrefletido e desorganizado, pode oferecer informações errôneas ou insuficientes acerca da sexualidade, o que contribui para a reprodução de valores hegemônicos e normativos. Isso ocorre pois, quando tratada de forma acrítica, a sexualidade é ensinada a partir de um padrão de normalidade, que é generalizado e naturalizado como universal (Louro, 2022). Nesse processo, há um constante e intenso monitoramento para que esse padrão seja seguido, de modo que aqueles que desviam dessa normalidade são punidos, excluídos e ridicularizados.

Por isso, defende-se a Educação Sexual Formal como um método de ensino intencional e sistematizado que proporcione conteúdos pertinentes sobre a sexualidade, visando a promoção de um pensamento crítico sobre a sexualidade, assim como o desenvolvimento de autonomia e responsabilidade sobre a vida sexual (Maia; Ribeiro, 2011). Nessa lógica, a escola se caracteriza como um ambiente privilegiado e adequado para a realização da educação sexual formal, uma vez que pode ser planejada por educadores(as) de maneira ética, considerando os conteúdos, objetivos e linguagens mais coerentes para cada faixa etária (Bortolozzi; Pastana; De Carvalho, 2020).

Em relação à faixa etária, é notório que a adolescência é acompanhada por diversas modificações a respeito da vivência da sexualidade, o que evidencia a demanda do tema ser trabalhado criticamente nesse período. Além da puberdade, que acarreta um conjunto de transformações hormonais e biológicas, a adolescência é também marcada por mudanças de papéis sociais, o que revela sua dimensão histórica e cultural (Maia, 2007). Isso implica a necessidade de compreender as diferentes vivências da adolescência e da sexualidade a partir de condições sociais concretas, considerando a intersecção de fatores como raça, classe e gênero (Crenshaw, 1991; Mendes, 2020).

A vivência da adolescência altera a vida dos jovens, tanto no âmbito íntimo quanto no âmbito coletivo. Como consequência, intensifica-se a necessidade de pensar a educação sexual nas escolas para adolescentes. De fato, existem documentos nacionais e internacionais que embasam a educação sexual nessas instituições. Por exemplo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Organização das Nações Unidas, 2010) entende que essa é uma maneira de formar os adolescentes para decisões responsáveis no âmbito da sexualidade. Além disso, segundo a Base Nacional Comum Curricular- BNCC (Brasil, 2018), objetiva-se que os(as) estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender as modificações biológicas e emocionais que acompanham a adolescência para que respeitem seu próprio corpo e o corpo dos(as) outros(as), na perspectiva de uma saúde integral.

Por esses motivos, projetos de intervenção em educação sexual para adolescentes nas escolas são indispensáveis para o desenvolvimento de um pensamento autônomo acerca do tema e para a garantia de um desenvolvimento sexual saudável. Este trabalho pretende relatar e refletir sobre uma experiência de intervenção em educação sexual com adolescentes, destacando o planejamento do programa e os principais resultados alcançados

MÉTODO

O programa foi aplicado com duas turmas de oitavo ano do ensino fundamental de uma escola pública do interior do estado de São Paulo, cada uma com em torno de 20 alunos. A escola, pública e municipal, já mantém convênio com o Grupo de estudo e pesquisa de uma universidade na qual as autoras são vinculadas e recebem anualmente estagiários(as) na área da psicologia e educação sexual.

Os(as) participantes, portanto, se caracterizam como adolescentes entre 12 e 14 anos. Foram 11 encontros ao total, com duração de 1 hora e 40 minutos cada, que ocorreram quinzenalmente ao longo do ano letivo, no horário regular de aulas, cedido pela escola.

O planejamento dos encontros foi norteados pelos seguintes objetivos: apresentar informações adequadas e novos referenciais sobre sexualidade, considerando-se os aspectos biológicos, assim como histórico-sociais; capacitar os participantes para a tomada de decisões conscientes e responsáveis sobre sua saúde sexual, incluindo o uso correto de métodos contraceptivos, a prevenção às infecções sexualmente transmissíveis e a negociação de relacionamentos saudáveis; provocar reflexão sobre os padrões sociais impostos, de maneira a incentivar o respeito à diversidade sexual, a autoestima

e a valorização do próprio corpo, assim como facilitar a autonomia de suas escolhas. A seguir, são descritos os principais aspectos dos encontros realizados:

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiro Encontro: Sexualidade e Educação Sexual

No primeiro encontro, a intenção era que as estagiárias se apresentassem ao grupo, investigando os conhecimentos prévios e as demandas dos participantes sobre educação sexual e sexualidade. Assim, além de uma dinâmica de apresentação, foi realizada uma nuvem de palavras a respeito da temática “sexualidade”. Para isso, foi solicitado que os participantes dissessem tudo que viesse à mente diante dessa palavra, enquanto as estagiárias anotavam esses conteúdos na lousa. Em um primeiro momento, eles associaram sexualidade principalmente a questões relacionadas ao ato sexual e ao corpo biológico, como: “sexo”, “masturbação”, “órgãos genitais”, “lubrificante”, “menstruação”, “reprodução”, “Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)”, “orgasmo”, “anticoncepcional”, entre outras.

Após esse primeiro momento de levantamento do conhecimento prévio deles sobre sexualidade, as estagiárias explicaram a sexualidade como uma busca ampla por prazer, que pode ocorrer de diversas formas e que têm influência da biologia, da cultura e da sociedade (Maia; Ribeiro, 2011).

Com isso, os participantes foram incentivados a acrescentar mais associações na nuvem de palavras. Foram acrescentadas expressões como: “orientação sexual”, “afeto”, “gênero”, “prazer”, “emoções”, “desejo”, “traição”, “fidelidade”, etc. Assim, através do diálogo com os adolescentes, buscamos neste primeiro encontro ampliar a compreensão sobre a sexualidade.

Segundo Encontro: Adolescência e Puberdade

Um dos principais objetivos desse encontro foi de informar sobre as mudanças no corpo durante a puberdade. Desde o primeiro encontro, os participantes apresentaram muitas dúvidas em relação a esse processo, especialmente em relação ao que é “normal” ou esperado no desenvolvimento do corpo. Assim, além do conteúdo programado sobre a puberdade, foi destacado que cada corpo se desenvolve em formas e tempos diferentes. Para isso, foram levados desenhos realistas de diferentes vulvas, pênis e seios, a fim de ilustrar a diversidade de corpos. Os(as) adolescentes reagiram às imagens com risadas, mas também com muita curiosidade.

Outro objetivo deste encontro foi conceituar a adolescência como construção histórica e social, diferenciando-a da puberdade (Maia, 2007). Com esse intuito, foram levados para discussão trechos de reportagens¹ que representam diversas vivências adolescentes: adolescentes de diferentes etnias, classe sociais, costumes e responsabilidades. A partir disso foi possível dialogar sobre o que caracteriza esse período na nossa cultura, como o aumento de responsabilidade em relação à infância e os rituais que marcam essa fase. Além disso, através das reportagens, foi possível destacar como a adolescência é marcada por questões de raça, classe e gênero.

Terceiro Encontro: Órgãos Sexuais, Corpo e Padrões de Beleza

De modo semelhante ao encontro anterior, objetivou-se oferecer informações da biologia sobre os órgãos sexuais feminino e masculino, assim como discutir a relação que os participantes estabelecem com o corpo a partir dos padrões de beleza. A fim de exercitar de forma dinâmica o conteúdo sobre os órgãos sexuais, referente aos nomes das partes que os compõem e suas funções, foi realizada uma dinâmica adaptada da cartilha “Sexualidade e Saúde Reprodutiva” (Ecos, 2001).

¹ Trecho da reportagem do programa Fantástico publicado em 2018 no vídeo do youtube “Drauzio Varella mostra adolescentes que vivem realidades muito diferentes” do canal World News.

Nessa dinâmica, a turma é dividida em dois grupos, sendo que um participante de um dos grupos deve sortear um papel que contém o nome de alguma parte de órgão sexual (por exemplo: clitóris, canal vaginal, uretra, testículo). Esse participante deve descrever a função do órgão sem falar o nome que consta no papel, enquanto o seu grupo deve acertar o nome correspondente. A dinâmica, por se aproximar de uma brincadeira, teve muito engajamento dos participantes. Além disso, foi importante para que eles se desafiassem tanto a lembrar das funções dos órgãos, quanto a falar o nome de partes dos órgãos sexuais, superando o sentimento de vergonha que geralmente está envolvido neste tema.

Neste encontro, também foram discutidas situações hipotéticas de vivências sobre o corpo e padrões de beleza. As situações foram inventadas pelas estagiárias e tinham o objetivo de trazer vivências reais de pessoas que se afastam do padrão de beleza, para que os adolescentes pudessem pensar no modo como aconselhariam ou ajudariam uma pessoa que tivesse essa vivência. Uma das situações, por exemplo, era sobre “João”, um adolescente que é convidado para uma festa na piscina para comemorar o aniversário de um amigo, mas tem medo de ir porque já recebeu muitos comentários maldosos sobre seu peso.

Em um primeiro momento, os participantes aconselharam que “João” usasse roupas mais compridas para esconder o corpo. Essa mesma lógica se repetiu em outras situações: eles ofereciam soluções às situações que de certo modo reforçavam o padrão de beleza. A partir disso, as estagiárias questionaram e tentaram motivar a busca por novas soluções. No caso de João, após os questionamentos, os adolescentes sugeriram que os amigos dele o defendessem desses comentários desrespeitosos.

Quarto encontro: Reprodução Humana: Menstruação e Gravidez

O objetivo desse encontro foi oferecer e discutir informações sobre reprodução humana, menstruação e gravidez. Além do conteúdo biológico programado sobre esses temas, o planejamento visou discutir a relação dos participantes com essas temáticas e desmistificar entendimentos do senso comum sobre elas. Um momento importante desse encontro foi disponibilizar itens de higiene menstrual para que os participantes pudessem conhecê-los em tamanho, textura, etc. Muitos meninos nunca haviam tocado nos absorventes, alguns se mostravam curiosos, cheiravam e faziam brincadeiras, enquanto outros não queriam tocar e passavam o item rapidamente. Tanto os meninos quanto as meninas não conheciam o coletor menstrual fisicamente, só haviam ouvido falar. As participantes se mostraram surpresas sobre o tamanho e fizeram muitos questionamentos sobre a forma de colocar, o posicionamento no corpo, possíveis desconfortos, entre outros.

Após o esclarecimento das dúvidas, foi realizada uma dinâmica de “Mitos e Verdades” em que foram apresentadas frases pensadas pelas estagiárias para que os participantes discutissem a veracidade delas. Com essa dinâmica, foi possível que os adolescentes engajassem ativamente nas questões, a fim de promover desmistificações sobre a temática. Frases como “é possível engravidar durante a menstruação” e “usar absorvente interno, coletor, ou disco menstrual pode causar a perda da “virgindade” ajudaram a retomar o conteúdo apresentado anteriormente e a ampliar o entendimento de questões que geralmente são carregadas de medo, vergonha e moralidade.

Quinto encontro: Direitos Humanos e Direitos Sexuais e Reprodutivos

O objetivo deste conteúdo temático foi conceituar os direitos humanos, incluindo os direitos sexuais, reprodutivos e os direitos dos adolescentes. Antes de apresentar esses conceitos, foi realizado um levantamento sobre o que já sabiam sobre o assunto, mas os participantes relataram não saber nada sobre a temática. Após a apresentação dos conteúdos, foi realizada uma reflexão crítica sobre os contextos em que esses direitos não são respeitados. Para isso, foram utilizadas

notícias contemporâneas (Palauze, 2022; Fernandes, 2024) que ilustram violações a esses direitos, sendo destacada a importância de todos atuarem na defesa desses direitos.

A questão que mais gerou discussão foi em relação ao aborto, uma vez que a maioria dos adolescentes se declarou contra. Até o momento do encontro, o aborto era permitido por lei em três casos: estupro, risco de vida à mulher e anencefalia fetal (Brasil, 1940). As estagiárias enfatizaram esses casos, destacando que todos têm o direito de formar sua própria opinião sobre o tema, mas é essencial conhecer e respeitar os direitos previstos na legislação. Além disso, foi explicado Projeto de Lei 1.904/2024, que propõe que o aborto realizado acima de 22 semanas de gestação seja equiparado a homicídio em todos os casos.

Nesse sentido, foi ressaltada a importância desse assunto, já que é um direito que está em disputa e, mesmo quando permitido por lei, o aborto é muitas vezes negado às mulheres, comprometendo suas vidas e autonomia, o que também foi exemplificado com notícias (Honório, 2024). Ao final do encontro, a maioria ainda expressou opinião contrária ao aborto no geral, mas entendeu a importância de conhecer e respeitar os casos permitidos por lei.

Sexto encontro: Diversidade (sexo, gênero e orientação sexual)

Os objetivos desse encontro foram mapear o conhecimento do grupo sobre sexo, gênero e orientação sexual e apresentar o caráter sócio cultural desses conceitos temáticos do encontro. No início foi feita a dinâmica “Concordo ou Discordo” com afirmações sobre sexualidade em diferentes contextos culturais e históricos adaptada da cartilha Cá entre nós (Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2012) e os participantes debateram entre si para chegar às respostas juntos. Em seguida, foi realizado o levantamento sobre o que os adolescentes sabiam sobre os conceitos de sexo, gênero e orientação sexual e nas duas turmas acertaram o conceito de sexo biológico e confundiram gênero com orientação sexual. Foi realizada uma parte expositiva para esclarecer esses conceitos e apresentar as identidades relacionadas (pessoa cis, trans, não binária, gênero fluído, heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, assexual, etc) destacando o caráter histórico das categorias. Em ambas as turmas afirmaram que já conheciam ou tinham ouvido falar dessas identidades, embora ainda houvesse alguma confusão sobre elas.

Foi realizado, então, um jogo da memória adaptado do livro “Educação sexual com e para adolescentes: aspectos teóricos e práticos” (Bortolozzi, 2020) com os conceitos e as definições desses termos, que gerou engajamento e competição entre os adolescentes, embora em um primeiro momento eles estivessem confundido os conceitos e precisando serem corrigidos, mas foi eficaz para fixar o aprendizado. Ao fim do encontro, utilizamos algumas afirmativas para discutir problemáticas que envolviam esses conceitos, como, por exemplo, o medo de frequentar algum lugar específico, ao que uma adolescente afirmou ter medo de ir à academia sozinha. Com isso, discutimos sobre o medo que muitas mulheres têm de andar na rua à noite sozinhas e sobre o medo que muitas pessoas trans têm de frequentar banheiros públicos, uma vez que é comum sofrerem preconceitos nesses contextos.

Sétimo encontro: Métodos Contraceptivos e Preventivos

Os objetivos deste encontro foram mapear o conhecimento do grupo sobre métodos contraceptivos e preventivos, oferecer informações sobre os métodos, esclarecendo suas vantagens e desvantagens, oferecer contato com materiais demonstrativos para ampliar o conhecimento sobre os métodos (diafragma, preservativo interno, preservativo externo, DIU) e demonstrar o uso adequado da camisinha. Na semana anterior ao encontro, os adolescentes tiveram uma palestra na escola falando sobre métodos contraceptivos e HIV, então estavam familiarizados com alguns termos. Foi realizada uma apresentação expositiva dos métodos, com a explicação de como utilizar e as diferenças

entre eles, permitindo uma discussão de quando cada método seria mais vantajoso, com auxílio de situações-problema. Foi apresentado também os esquemas para a utilização da Prep e da PEP e como ter acesso às medicações. A exposição contou com a apresentação de alguns desses objetos, como DIU, diafragma, preservativo externo e interno. Foi demonstrada também a maneira de colocar os preservativos utilizando modelos anatômicos, com o incentivo para que os adolescentes tentassem colocar também, em uma das turmas as meninas ficaram envergonhadas e não quiseram tentar, enquanto na outra turma, todos tentaram.

Oitavo encontro: Vulnerabilidade e prevenção às infecções sexualmente transmissíveis (IST)

Os objetivos do encontro foram mapear o conhecimento prévio do grupo sobre o tema, aumentar a compreensão dos adolescentes sobre vulnerabilidades e proteção contra as IST, oferecer informações atualizadas sobre as IST e discutir estigmas e preconceitos acerca das pessoas que vivem com IST. Foi realizada a dinâmica “Quem é vulnerável?” (Bortolozzi, 2020), que teve grande engajamento das turmas, por meio da qual foi possível discutir a vulnerabilidade, pois todos eles estavam vulneráveis a contrair alguma IST, exceto a pessoa que estava com a camisinha, demonstrando a importância do uso do preservativo. Além disso, reforçamos que não há como identificar que alguém tem uma IST pelo rosto ou suposições sobre alguém, pois qualquer pessoa sexualmente ativa, se não utiliza o preservativo, está exposto a uma possível IST, evidenciando a problemática do preconceito e julgamento moral nesse sentido.

Foram discutidas as diferentes formas de vulnerabilidade, pensando em comportamentos de risco relacionados à vida sexual (por exemplo, não usar camisinha ou não fazer testagem regular); vulnerabilidade econômica, abuso de substâncias e hierarquia de poder. No levantamento sobre o que sabiam com relação às IST, os adolescentes falaram mais sobre os sintomas associados ao HIV, pois haviam assistido a um filme que tratava do assunto semanas antes. A parte expositiva sobre as IST teve pouco engajamento das turmas, mesmo com o incentivo ao diálogo, apenas em uma das turmas os adolescentes fizeram perguntas sobre o assunto. Houve a discussão de uma situação problema para a discussão dos direitos e da problemática da discriminação de pessoas que vivem com alguma IST (Brasil, 2008) e apresentação de trechos do documentário “Cartas para além dos muros”² que discute a epidemia do HIV/Aids no Brasil. Nessa discussão, os adolescentes mostraram indignação com a discriminação e trouxeram como solução, informar tanto a escola quanto os alunos sobre a forma de transmissão do HIV. Por fim, foram realizadas as dinâmicas “Fato ou boato” sobre como evitar transmitir ou contrair IST (Brasil, 2008) e “Mito ou verdade” sobre o HIV (São Paulo, 2012), que os adolescentes acertaram todas em discussões entre si, que foi importante para fixar os conteúdos.

Nono encontro: Relacionamentos

Os objetivos do encontro foram discutir qual o significado que diferentes relacionamentos (família, amizade, casamento, colegas, namoro, “ficar”) ocupam na vida dos adolescentes e evidenciar o caráter histórico-social desses relacionamentos. Foi realizado um quiz em que as perguntas foram feitas de forma a gerar confusão e debate, para mostrar que não existem definições fixas para os vínculos e houve grande discussão entre os adolescentes. Também foi realizada a dinâmica “Namoro ou amizade” adaptada (Ministério da Saúde, 2010), na qual os adolescentes discutiram o que caracterizava cada vínculo e as estagiárias conversaram com alguns grupos para questionar e ampliar as definições. Em seguida, foi realizada uma dinâmica de nossa autoria para discutir as expectativas em cada tipo de relacionamento, por meio de perguntas como: quais qualidades atraem para se relacionar com

² CARTAS para além dos muros. Direção de André Canto. Produção de André Canto e Rodrigo Ferrante. Distribuição Netflix, 2019.

alguém e como iniciam novas relações, a que os adolescentes responderam que buscam sinceridade, respeito a diferentes opiniões e limites.

Houve uma exposição de um breve histórico das relações a fim de evidenciar o caráter histórico-social desses relacionamentos, nas diferenças que encontramos na história e atualmente, isso gerou grande impacto nos adolescentes, que ficaram surpresos com essas diferenças. Nesse encontro foi perceptível que a discussão de situações-problema já não estava mais gerando tanto engajamento, entretanto, a discussão foi efetiva e os grupos chegaram em compreensões parecidas sobre elas e sobre o que fazer nessas situações que tratavam de relacionamentos em que limites foram ultrapassados. Por fim, fizemos a análise de algumas músicas que tratavam de relacionamentos e traziam algumas problemáticas. Essa atividade gerou grande engajamento, ao ponto de que os adolescentes pediram para colocarmos outras músicas, que também foram possíveis de serem discutidas.

Décimo encontro: Prevenção à violência

Os objetivos do encontro foram conhecer quais as crenças que mediam a relação dos adolescentes com o tema da violência, informar sobre os tipos de violência e sobre a dinâmica de relacionamentos abusivos e sensibilizar os adolescentes para a identificação de situações de violência. Para o levantamento do que os adolescentes entendiam sobre o assunto, foi perguntado o que consideravam ser violência. Eles descreveram a violência como agressões físicas, sexuais e verbais. Nesse momento, alguns participantes começaram a brincar, simulando socos entre colegas e dizendo que isso era violência, o que teve que ser repreendido.

Em seguida, foi apresentada a definição de violência segundo a OMS, os tipos de violência descritos na Lei Maria da Penha (física, sexual, moral, patrimonial e psicológica) e os sinais de relacionamentos abusivos e como denunciar. Foi discutido que esses tipos de violência podem ocorrer em todos os tipos de relações, não apenas nas amorosas. Também discutimos os motivos que dificultam a denúncia, o que pode levar muitas pessoas a permanecer em relações abusivas. Os participantes mencionaram que, frequentemente, o agressor se desculpa, promete mudar e tenta compensar com gestos de carinho, além da possibilidade de ameaças por parte do agressor e a vergonha e a culpa que a vítima pode sentir. Mostramos cenas curtas para que os adolescentes identificassem o tipo de violência apresentado, o que gerou grande engajamento, além da discussão do que fazer nessas situações, como a quem recorrer, como denunciar e cuidados a serem tomados. Por fim, discutimos situações em que é necessário estabelecer limites. No início, os adolescentes sugeriram a violência física como uma solução. Foi apontado que isso não é resolutivo em muitos casos e foi proposto para que eles pensassem em maneiras de estabelecer limites de forma assertiva e sem recorrer à violência, ao longo das atividades, eles sugeriram soluções mais equilibradas, comunicando os limites de forma clara e sem o uso da violência.

Décimo primeiro encontro: Encerramento e avaliação do programa

Os objetivos do encontro foram investigar o que os participantes aprenderam com o programa e avaliar os encontros realizados em relação a temas, dinâmicas, explicações, etc. Para investigar o que os adolescentes aprenderam, foram selecionadas frases utilizadas de “mito ou verdade” e perguntas com respostas alternativas e fizemos uma competição entre times. Eles se engajaram muito, se ajudavam para responder as questões e discutir os temas, mas isso gerou muita euforia e discussões sobre os pontos dados. Em seguida, foi solicitada a confecção de cartazes com recortes de revistas, escrita e desenhos, que representassem o que eles aprenderam com o programa, o que resultou no uso de imagens e palavras que se relacionavam com sexo, corpo, gravidez, camisinhas, IST, violência e relacionamentos, além de escreverem “Se cuidem”. Em uma das turmas, um grupo de meninos

colocou apenas imagens de mulheres de lingerie em posições eróticas, então foi questionado o que motivou eles a colocarem aquelas imagens, ao que responderam que elas tinham claramente uma relação com a sexualidade. Foi respondido que, de fato existia essa relação, mas que era importante perceber que as mulheres seguiam um padrão de beleza (brancas e magras) e estavam nessa posição sexualizada, o que era desrespeitoso. Por fim, para a avaliação do programa, foram entregues cartelas com estrelas para que os adolescentes marcassem anonimamente a nota que davam para cada tópico, a maioria dos participantes avaliou que o aprendizado foi correspondente a 4 e 5 estrelas, já em relação à participação deles mesmos no programa, destacou-se que a maioria avaliou como 3 ou 2 estrelas. Havia espaço para que escrevessem algo, se quisessem, onde escreveram agradecendo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas considerações a serem feitas sobre o programa é que a escola em que foi realizado já recebe esse projeto há algum tempo e não apresenta muitos entraves para a sua aplicação, o que facilitou a sua execução. Com relação à faixa etária, foi perceptível as mudanças que foram aparecendo na forma com que os(as) participantes se relacionavam, visto que alguns começaram a namorar e outros passaram a trazer dúvidas e questões mais pessoais ao longo do processo, demonstrando a importância de tratar destes assuntos com os(as) adolescentes.

Ressalta-se a importância do programa ser incluído no projeto político pedagógico da escola e inserido como conteúdo curricular, valorizado pela escola como um todo. Inserido na grade curricular, tem importância e destaque pedagógico e é trabalhado ao longo de todo o ano letivo, de modo que os conteúdos são assimilados com dinâmicas, reflexões e possibilidades de transversalidade com outras disciplinas curriculares.

Os temas trabalhados foram de grande interesse dos(as) participantes também, pois surgiam dúvidas e questionamentos, em especial quando relacionados ao funcionamento do corpo, aos métodos contraceptivos e aos relacionamentos. No encontro final, foi possível observar que as turmas guardaram muitas informações que foram apresentadas e que gostaram da experiência. Em suma, o programa foi bem sucedido, os(as) adolescentes demonstraram entusiasmo e engajamento durante todo o processo.

REFERÊNCIAS

BORTOLOZZI, Ana Claudia; NAVEGA, Débora de Aro.; NETTO, Tatiana de Cássia Ramos. Educação em sexualidade e saúde sexual: Em defesa de propostas sociais. In: DE OLIVEIRA, Flávia Cristina Santiago; MEDEIROS, Francisco de Assis.; FAJARDO, Renato Salviato. (orgs.) *Psicologia e saúde: Interfaces teóricas e práticas*. 1. ed. Birigui: Boreal Editora, 2022. p. 113-127.

BORTOLOZZI, Ana Claudia; PASTANA, Marcela; DE CARVALHO, Leila Raquel Spadotto. Educação Sexual na vida e nas escolas. In: BORTOLOZZI, Ana Claudia (org.) *Educação Sexual Com e Para Adolescentes: aspectos teóricos e práticos*, e.1, Araraquara, SP: Padu Aragon, pp. 11-30, 2020.

BRASIL. *Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 dez. 1940.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. *Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas* / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review* 43 (6): 12141-12199, 1991. Disponível em <https://doi.org/10.2307/1229039>. Acesso em: 17 fev. 2025.

ECOS. *Sexualidade e Saúde Reprodutiva*. São Paulo: 3.Laranjas Comunicação, 2001.

HONÓRIO, Gustavo. Mulher submetida à laqueadura sem consentimento após parto do 5º filho em hospital de SP será indenizada em R\$85 mil. *G1*, 18 mar. 2024. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/03/18/mulher-submetida-a-laqueadura-sem-consentimento-apos-parto-do-5o-filho-em-hospital-de-sp-sera-indenizada-em-r-85-mil.ghtml>. Acesso em: 17 fev. 2025.

FERNANDES, Daniela. Pátria dos Direitos Humanos? A expulsão em massa de sem-teto das ruas de Paris antes dos Jogos Olímpicos. *G1*, 20 jul. 2024. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/olimpiadas/paris-2024/noticia/2024/07/20/patria-dos-direitos-humanos-a-expulsao-em-massa-de-sem-teto-das-ruas-de-paris-antes-dos-jogos-olimpicos.ghtml>. Acesso em: 17 fev. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. 4ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi. Reflexões sobre a sexualidade na adolescência. *Psicopedagogia Online: Portal da Educação e Saúde*, p. 1-13, 2007

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação sexual: princípios para a ação. *Doxa*, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Ana-Claudia-Maia/publication/341262997_EDUCACAO_SEXUAL_PRINCIIOS_PARA_A_ACAO_Doxa_v15_n1/links/5eb60a43299bf1287f77decf/EDUCACAO-SEXUAL-PRINCIIOS-PARA-A-ACAO-Doxa-v15-n1.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.

MENDES, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira. Adolescências na Educação Sexual Emancipatória. In: BORTOLOZZI, Ana Claudia (org) *Educação Sexual Com e Para Adolescentes: aspectos teóricos e práticos*, e.1, Araraquara, SP: Padu Aragon, pp. 31-40, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sexualidades e Saúde Reprodutiva: Adolescente e Jovens para a Educação entre Pares. 2010.

PALAUZE, Thaiza. Mesmo com volta às aulas, estudantes com deficiência correm mais risco de abandono escolar, aponta pesquisa. *G1*, São Paulo, 3 junho 2024. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/03/mesmo-com-volta-as-aulas-estudantes-com-deficiencia-correm-mais-risco-de-abandono-escolar-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. *Cá entre nós - Guia de Educação Integral em Sexualidade entre Jovens*. 92p. 2012.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. *Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde*, v.1. Trad. Rita Brossard. Brasília: Unesco, Setor Educacional, 2010.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*. Brasília: Unesco, 2014.

EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ADOLESCENTES EM INSTITUIÇÃO SOCIOEDUCATIVA

Eloá Leme (Graduanda do curso de psicologia, UNESP, E-mail: eloa.leme@unesp.br)
Karolyn Alves Graduanda do curso de psicologia, UNESP, E-mail: karolyn.alves@unesp.br

RESUMO

A adolescência é caracterizada por diversas mudanças de ordem biopsicossocial, de maneira que, considerando-se a fragilidade desse momento de vivenciar transformações, a educação sexual faz-se relevante para instrumentalizar os sujeitos quanto às suas escolhas e experiências em sexualidade. Este artigo descreve um relato de experiência sobre uma prática de intervenção realizada em educação sexual para adolescentes de uma instituição socioeducativa voltada a serviços de acolhimento e fortalecimento de vínculos. Foram realizados 10 encontros com adolescentes de 12 a 15 anos, nos quais as temáticas abordadas incluíram aspectos tais quais interseccionalidade, direitos sexuais e reprodutivos, aspectos biológicos e sociais da adolescência e puberdade, violência e consentimento. Concluiu-se, ao final, que o grupo participante apresentava significativo interesse na temática da violência sexual e divergia em opiniões quanto à natureza do consentimento em relacionamentos afetivos.

Palavras-chave: adolescência; educação sexual; violência sexual.

INTRODUÇÃO

A adolescência é compreendida pela OMS (2022) como um período marcado por transformações de ordem biopsicossocial, as quais relacionam-se a perspectivas de amadurecimento e busca por identidade e autonomia. Tendo em vista as particularidades histórico-sociais que constituem cada sujeito, depreende-se que a experiência da adolescência é interseccionalmente atravessada por distintas vulnerabilidades.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) foi desenvolvido como parte da Proteção Social Básica do SUAS, e é “uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares” (BRASIL, 2023). Por esse viés, a possibilidade de trabalhar com educação sexual em tal contexto faz-se pertinente à instrumentalização dos participantes quanto às suas vivências no campo da própria sexualidade, ressaltando-se suas vulnerabilidades específicas.

O presente artigo apresenta um relato de experiência referente a um projeto de intervenção em educação sexual com adolescentes que frequentavam uma instituição socioeducativa do SCFV em uma cidade do interior paulista, no ano de 2024. Objetivamos, nesse sentido, apresentar uma reflexão teórico-prática das dimensões de planejamento e execução do projeto.

Compreendendo-se este projeto de intervenção como direcionado a adolescentes e pré-adolescentes que frequentavam uma OSC de serviços de acolhimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, as dimensões teóricas e práticas do projeto fundamentaram-se pela premissa de que o público alvo é atravessado pela vulnerabilidade social constituída interseccionalmente, isto é, em termos de racialidade, gênero, classe social e etc. Conforme o apontamento de Greenshaw (2002) de que, na realidade social, os sistemas de discriminação não se organizam de forma independente, mas interagem entre si e se desdobram em múltiplas dimensões de experiência da violência.

A proposta de uma Educação Sexual formal consiste em um programa com objetivos intencionais e método de ensino sistematizado a fim de proporcionar conteúdos pertinentes sobre a sexualidade, visando ao desenvolvimento da autonomia sobre a vida sexual - e é importante ressaltar que, nessa perspectiva, considera-se sexualidade como um conceito amplo, que não se refere apenas ao ato

sexual em si, mas também engloba um conjunto de outras dimensões: as experiências de prazer, de gênero, de reprodução, das emoções e etc. compõem o campo da sexualidade e são influenciadas por fatores biológicos, culturais, sociais e históricos (Maia; Ribeiro, 2011).

Ademais, considerando-se a adolescência como social e histórica (Bock, 2004), pode-se compreender que as necessidades e dinâmicas relacionadas a ela engendram-se a partir da realidade concreta, para além da dimensão biológica da vida: a sexualidade é vivida culturalmente, e, por isso, a educação sexual formal e intencional deve abranger aspectos próprios da contemporaneidade experienciada pelos adolescentes, como as representações midiáticas e expressões virtuais que caracterizam sua subjetivação (Mafra, 2012).

Tendo isso em vista, este programa teve como um de seus objetivos desenvolver o conceito de sexualidade ampla, para além das práticas sexuais e das perspectivas normativas de gênero, de maneira a apresentar vocabulário, conceitos e exemplos midiáticos relevantes que atravessam as perspectivas contemporâneas e interseccionais em educação sexual.

Assim, objetivou-se também mediar discussões relacionadas aos conteúdos planejados ou sugeridos pelos participantes, prezando-se pela ética profissional, escuta ativa, acolhimento das experiências compartilhadas e consideração das particularidades conjunturais.

Por fim, buscou-se, em conjunto a todo o exposto, desenvolver um vínculo grupal para os participantes. Segundo Martins (2003), o grupo constitui-se não como um elemento estático, mas como instrumento de potencial transformador da realidade. Nesse sentido, promover encontros com o propósito de discutir e refletir coletivamente sobre as temáticas têm por finalidade proporcionar a compreensão de perspectivas que identifiquem os participantes enquanto membros de comunidades histórico-socialmente semelhantes, bem como a percepção das singularidades que também os atravessam - de maneira que os conteúdos não sejam informações desvinculadas da realidade material dos participantes, mas questões capazes de fundamentar, para cada sujeito, possibilidades de intervir coletivamente e ativamente no cotidiano.

MÉTODO

O contato com a instituição socioeducativa voltada a serviços de acolhimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários ocorreu devido a um intercâmbio anterior entre a mesma e um Grupo de Estudos e Pesquisas de uma universidade pública, da qual as autoras são integrantes.

Foram realizados 10 encontros de duração de 1 hora realizados quinzenalmente. Os(as) participantes foram adolescentes, com idade entre 12 e 15 anos, membros(as) de dois ciclos distintos da organização institucional - e, a cada encontro, a frequência variava, de maneira que não havia participantes fixos. Além disso, embora o combinado com a instituição fosse de que os encontros acontecessem quinzenalmente, houve frequentes adiamentos e cancelamentos devido a aspectos organizacionais da coordenação.

Os encontros aconteceram em três diferentes salas da instituição, uma delas com três mesas coletivas e as outras duas com múltiplas mesas individuais, sendo que estas duas últimas possuíam recursos midiáticos tais quais televisão, computador, aparelhos de som e cabos USB, e todas possuíam lousa e giz. Também fizemos uso de material de desenho e notebook pessoal para os encontros.

Cada encontro foi estruturado a partir de um momento introdutório, com dinâmicas de interação grupal, seguidos da apresentação da temática, mídias para reflexão, discussão, conclusão e, por fim, o momento voltado à caixinha de dúvidas.

A caixinha de dúvidas caracterizava-se como uma caixa de papelão com ilustrações referentes à temática de educação sexual, e contava com uma abertura na tampa para inserção de folhas de papel. A cada final de encontro, solicitávamos aos adolescentes que escrevessem questões ou comentários anonimamente e as deixassem na caixinha, de maneira que pudéssemos trazer respostas e fontes confiáveis de informação no encontro seguinte.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Assim, tomando como base os objetivos estabelecidos de promover a apreensão do conceito de sexualidade ampla, para além das práticas sexuais e das perspectivas normativas de gênero, construiu-se um trajeto norteador de organização das temáticas de cada encontro a partir de vocabulário, conceitos, exemplos midiáticos e dinâmicas relevantes que atravessavam as perspectivas contemporâneas e interseccionais em educação sexual.

Frente a isso, o primeiro encontro esteve voltado para um levantamento inicial de mídias e temas relativos à sexualidade, que fossem de interesse dos alunos, os quais se concentraram em gravidez, menstruação, sexo, abuso, partes do corpo e vergonha do corpo, namoro, prevenção ao estupro e machismo. A partir desse encontro, pretendia-se estabelecer uma escuta ativa para a demanda inicial dos adolescentes, a fim de compreender o modo mais adequado de se organizar os encontros futuros, priorizando seus interesses e referências midiáticas. Desse modo, o segundo encontro propôs-se a introduzir a temática de sexualidade ampla a fim de que os conteúdos planejados para aplicação posterior não fossem tratados apenas sob a ótica de aspectos biológicos, mas também das interseccionalidades sociais e culturais. Na discussão de tal tópico foram utilizadas mídias que traziam temáticas de interesse dos adolescentes, como o filme “RED: Crescer é uma fera” (2022) para tratar da menstruação em seu caráter social.

No terceiro encontro, abordou-se enquanto conteúdo a puberdade e adolescência, destacando-se a adolescência enquanto uma vivência social e histórica, segundo discutido por Bock (2004), a partir de uma realidade concreta que é constituída interseccionalmente em termos de raça e classe, como foi proposto em debate a partir da execução de uma mídia que problematizava o racismo. Além disso, ao tratar-se da puberdade, foram discutidas mudanças no próprio corpo, diferenças no desenvolvimento de cada um e na forma de se experienciar essas modificações, frisando-se referências midiáticas que tratavam da variedade de tamanhos e formatos dos órgãos sexuais, por exemplo, assim como de diferenciações corporais implicadas pelo atravessamento de raça e gênero.

O quarto encontro voltou-se para a temática da menstruação, abordando-se aspectos cíclicos e biológicos característicos desse conteúdo, e também tópicos sociais referentes à saúde menstrual, como a desigualdade de acesso a recursos de saúde menstrual e informações quanto ao funcionamento do próprio corpo, que, em conjunto, garantem a dignidade menstrual. Nesse encontro também foram levados objetos que são usados para reter o sangue menstrual, como os absorventes descartáveis, os absorventes de pano e o coletor menstrual, os quais foram utilizados para realizar uma simulação de como o sangue é absorvido. Toda essa atividade tinha como objetivo proporcionar o contato dos adolescentes com objetos que não eram usuais para alguns, principalmente pessoas que não menstruam, assim como promover maior autonomia aos que experienciam a menstruação ou se relacionam com quem menstrua.

No quinto encontro foram tratados aspectos reprodutivos através da abordagem dos direitos sexuais e reprodutivos, da fecundação e desenvolvimento embrionário, assim como da gravidez e do parto sob a ótica da desigualdade social. Na sequência, ao longo do sexto encontro, desenvolveu-se

uma discussão a respeito de saúde sexual por meio de uma atividade de mitos e verdades acerca dos métodos contraceptivos. Ao final da atividade, também foram levados preservativos, como a camisinha externa masculina e a camisinha interna feminina, a fim de demonstrar como o uso correto desses objetos é feito e, possibilitar, por consequência, maior liberdade e autonomia no exercício da prevenção à gravidez e às infecções sexualmente transmissíveis (IST).

Em seguida, no sexto encontro, foi discutido o tema de violência, proteção e consentimento, principalmente a partir de uma demanda trazida pelo grupo no encontro anterior. Assim, foram debatidas situações-problema por meio das quais os alunos indicavam como, possivelmente, os personagens estavam se sentindo e qual nome dariam à ação fictícia relatada. Em meio a essa conjuntura, houve muitos relatos de desconforto, de sentimentos e emoções desagradáveis por uma parte do grupo e, por outro lado, ressaltou-se o entendimento de outra parte do grupo acerca da legitimação da violência sexual em um contexto de namoro, por exemplo, assim como de suposição a respeito de um comportamento que seria satisfatório para se relacionar com mulheres, sem que houvesse uma comunicação bem estabelecida com a parceira. Desse modo, foi decidido que o oitavo encontro seguiria discutindo tal tema através de uma roda de conversa frente a algumas cenas de filme, de série e de vídeos explicativos, por meio das quais a abordagem do assunto violência sexual e consentimento foi aprofundada. No nono encontro foi retomado o tema do consentimento a partir da relação entre prazer e desprazer, assim como os fatores que podem mediar a compreensão desses dois polos, já que muitas das dúvidas trazidas no encontro anterior diziam respeito ao prazer, ao orgasmo e ao gozo. Por fim, no décimo encontro, realizou-se a finalização do grupo, a qual se deu a partir da retomada dos temas trabalhados, assim como da organização de um mural da sexualidade, no qual os adolescentes retrataram o que aprenderam ao longo do desenvolvimento do grupo.

Frente a todo o exposto, avalia-se que, através de um método sistematizado de discussão coletiva dos conteúdos, o objetivo de trabalhar a sexualidade de modo amplo foi alcançado, tendo em vista que todos os encontros foram desenvolvidos a partir dos atravessamentos entre fatores biológicos, sociais e culturais, a fim de promover maior consciência e autonomia no que tange à vida sexual.

Nesse sentido, muitos dos encontros foram planejados a partir de dinâmicas que visavam fornecer informações precisas a respeito dos temas de interesse dos participantes, assim como possibilitar que os adolescentes aprendessem habilidades e assumissem responsabilidades referentes aos seus comportamentos sexuais e aos direitos do outro (Unesco, 2014). Isso pode ser exemplificado pelo encontro de saúde sexual, em que, a princípio, foi solicitado aos estudantes que escrevessem na lousa quais métodos contraceptivos conheciam, incentivando a participação autônoma de cada um ao passo que, em seguida, foram sendo discutidos cada método a partir do modo de funcionamento, de suas vantagens e desvantagens, segundo Brasil (2011). Além disso, o manuseio dos objetos levados em tal encontro, assim como no encontro de menstruação, contribuíram para a exploração de capacidades no exercício da sexualidade (Unesco, 2014).

Notou-se que dinâmicas que envolviam aspectos de competitividade e conteúdos direcionados, predominantemente, à compreensão biológica da sexualidade aliciavam mais a atenção do grupo. Assim, frisou-se no encontro de adolescências e puberdade, por exemplo, imagens que ilustravam mudanças ao longo da puberdade em uma variedade de corpos, explicitando diferentes momentos do desenvolvimento embasado em Hoga (2013). Ademais, muitos dos conteúdos midiáticos utilizados nos encontros foram escolhidos de modo que, através da mediação das estagiárias, os tópicos despertassem a criatividade e a criticidade (Rondini, 2022) dos indivíduos em meio às perguntas norteadoras que foram atribuídas, fazendo com que os adolescentes não fossem apenas receptores passivos do material exposto, mas compartilhassem suas impressões em resposta à vivência particular de cada um e desenvolvessem repertórios tangentes à temática (Rondini, 2022).

Além disso, é necessário reiterar que a condução dos encontros se direcionou predominantemente para o aprofundamento da temática de violência sexual, a partir de uma escuta ativa do que estava sendo vivenciado pelos adolescentes e das necessidades colocadas acerca da compreensão dos limites impostos pelo consentimento. É importante ressaltar que a adolescência pode ser compreendida como uma vivência e período em que são acentuados alguns discursos relativos a papéis de gênero, assim, tendo isso em vista é possível que algumas violências sejam legitimadas em função de um ideal de amor e de alguns mitos associados às relações românticas (Matos, Machado, Caridade, Silva, 2006), tal como foi explicitado em algumas falas referentes ao entendimento de que a menina que aceita sair com um menino vai querer ser tocada ou que em um namoro é justificável que sejam violados consentimentos.

Outrossim, a partir dos encontros que trataram de violência sexual, notou-se que a constituição do vínculo grupal se deu de modo mais essencial, tendo em vista que muitos se identificavam com os exemplos que estavam sendo elaborados e compartilhavam dos mesmos incômodos entre si. Cabe ressaltar que o dispositivo grupal, por meio de uma atividade mediadora, é capaz de promover a expressão de sentimentos e a identificação de similitudes e divergências que propiciem a aproximação entre os membros a partir de experiências em comum. Desse modo, o grupo é um espaço favorável à problematização do cotidiano e ao desencadeamento de novas relações e vínculos (Martins, 2003), na medida em que, através da tomada de consciência sobre circunstâncias de vida compartilhadas, os integrantes podem organizar uma ação transformadora.

Em outras palavras, o grupo ensaja o favorecimento de laços entre os membros por meio dos quais é possível operar uma mobilização conjunta que se disponha de modo contrário a resoluções imediatas que recaem sobre a responsabilidade individual. Exemplo disso se deu no momento em que, em meio a uma situação problema hipotética de violência sexual entre amigos que jogavam futebol, muitos adolescentes respondiam que já haviam passado por isso, mas que consideravam normal e, portanto, reforçavam tal contexto através do riso ou sofriam individualmente. No entanto, através da mediação das estagiárias, os estudantes demonstraram compreender que o desconforto é compartilhado nessas situações e, portanto, pode ser comunicado para evitar que tal violência se propague.

Por fim, apesar do grupo demonstrar o aprofundamento do vínculo mediante o formato específico como se desenvolveu, isto é, ressaltando que muitos já se conheciam e conviviam em outros espaços, cabe pontuar que a sua constituição se deu de modo flutuante, sem que houvesse uma regularidade de datas e um número fixo de participantes, porém, a partir da atividade final foi possível constatar que os estudantes compreenderam que sexualidade não diz respeito apenas ao sexo, mas também ao prazer, à saúde, aos afetos e, principalmente, ao consentimento, já que essa foi a temática mais aprofundada no decorrer dos encontros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o projeto de educação sexual realizado proporcionou ao grupo participante a possibilidade de não somente ter contato com informações pertinentes ao assunto, mas também discutir, refletir e transformar vivências individuais e histórico-sociais. O grupo, ademais, demonstrou interesse em participar da construção das temáticas, principalmente na medida em que, relatando identificação às experiências das temáticas da violência e do consentimento, buscaram fazer questões e discussões que culminaram no aprofundamento do conteúdo.

Ressalta-se que os participantes apresentaram diferentes perspectivas principalmente quanto ao conceito de violência em relacionamentos afetivos. Houve compreensão por significativa parte do grupo de que parceiros românticos sempre consentem ou sempre devem consentir interações físico-sexuais, como se os títulos de “marido”, “namorado” e afins funcionassem como uma certificação de livre acesso ao corpo do parceiro. Nesse sentido, com a problematização de tal concepção a partir de analogias narrativas e midiáticas, buscou-se proporcionar aos adolescentes maior conhecimento quanto a seus direitos sexuais e reprodutivos.

Assim, percebe-se a relevância do projeto de educação sexual aos adolescentes participantes, e nota-se a necessidade de que o campo de intervenção social e pesquisa referente às interfaces entre violência e consentimento considere a importância da propagação e garantia do direito ao respeito pleno quanto ao próprio corpo, independente da natureza das relações afetivo-sociais mantidas pelo sujeito.

REFERÊNCIAS

- BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. *Cadernos CEDES* [online]. 2004, v. 24, n. 62, p. 26–43. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/znYxDSw7jfGqv4LTkbbS8Tj/abstract/?lang=pt>. Acesso em 13 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde; Ministério da Educação. Adolescentes e jovens para a educação entre pares: sexualidades e saúde reprodutiva. Série B, textos básicos de saúde, 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. ISBN 978-85-334-1819-6. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000221728>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- HOGA, Luiza Akiko Komura (Coord.). Vamos falar sobre sexualidade? Material educativo para promover a saúde sexual e reprodutiva na adolescência. São Paulo: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.ee.usp.br/cartilhas/cartilha_sexualidade.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.
- MAFRA, Ana Carolina Peck do Amaral. Sexualidade humana em sua trajetória do biológico ao social: buscando uma compreensão a partir da psicologia histórico-cultural. 2012. 230 f. Tese (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.
- MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação Sexual: Princípios para Ação. *Doxa*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.
- MARTINS, Sueli Teresinha Ferreira. Processo grupal e a questão do poder em Martin-Baró. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2003, v. 15, n. 1, p. 201-217. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/tdPzYgzyYdHSWnMQCYg6zpt/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- MATOS, Marlene; MACHADO, Carla; CARIDADE, Sônia; SILVA, Maria João. Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: teoria e prática*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 55-95, 2006.
- RONDINI, Carina Alexandra (Org.). Paradoxos da escola e da sociedade na contemporaneidade. *Cachoeirinha: Editora Fi*. 2022. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/507paradoxos>. Acesso em: 02 mar. 2025.
- RED: Crescer é uma Fera. Direção: Domee Shi. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, 2022. 100 min. (Filme).

UNESCO. Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2014. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762> . Acesso em: 02 jan. 2025.

IDENTIDADES DISSIDENTES E A VIOLÊNCIA: UM ESTUDO DE REVISÃO NARRATIVA

Lucas Alvim De Avila Campos. (Graduando do curso de Psicologia, UNESP, E-mail: lucas.alvim@unesp.br)

Ligia Noleto Hamano. (Graduanda do curso de Psicologia, UNESP, E-mail: ligia.noleto@unesp.br)

Esther Satie Yamaguchi (Graduanda do curso de Psicologia, UNESP, Email: esther.satie@unesp.br).

RESUMO

A marginalização de pessoas trans no Brasil e no mundo são expressas em diversos estudos nacionais e internacionais. Para além disto, os conceitos biopolítica e necropolítica tornam-se imperativos para a compreensão da transfobia na sociedade ocidental, de modo a ser inexorável a contribuição das ciências médicas e psicológicas para tal, através do fenômeno de patologização da transgeneridade. Este estudo de revisão narrativa objetiva realizar uma retomada histórica dos principais marcos que sustentaram a construção estigmatizante das identidades “Trans” enquanto transtorno psicológico. Pretende-se demarcar os principais avanços no que se refere à despatologização da transgeneridade e compreender como a violência contra essa população se manifesta nos espaços institucionais de acesso à saúde, educação, lazer e a comunidade como um todo, violando direitos e acessos básicos que levam à marginalização e ao homicídio. Espera-se que estudos e intervenções futuras contribuam com a visão integral de saúde, em defesa da vida, dignidade e autonomia das pessoas trans.

Palavras-chave: Transgeneridade; Patologização; Transfobia; Violência; LGBTQIA+fobia.

INTRODUÇÃO

O Ipea - Instituto de Pesquisa Aplicada -, desde 2017, tem publicado o “Atlas da Violência”, o qual tão somente expressa em gráficos, palavras e tabelas a violência enfrentada por milhares de brasileiros em seu cotidiano. Tendo em mente a profundidade e a profusão da questão da violência no país, optou-se por dar destaque, aqui, à violência de gênero, sobretudo àquela que ataca a saúde, o bem-estar e os corpos da população transgênero e travesti no Brasil. Esse enfoque será adotado a fim de contribuir para as discussões postas na realidade atual do país.

Assim como pontua Benevides (2024) no dossiê “Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023”, o povo brasileiro é aquele que mais consome pornografia envolvendo pessoas transgênero - no mundo -, ao passo que, também, é o Brasil o país em que mais se assassinam indivíduos trans anualmente. Frente a contradições como essas, portanto, nota-se que os debates acerca da fetichização e hiperssexualização dos corpos de pessoas trans devem ser feitos a par e passo com aqueles que dizem respeito à marginalização e violência frutos das instituições e das estruturas de poder.

Em *A Vontade de Saber*, Foucault (1999) descreve as mudanças que se dão nas dinâmicas de poder ao longo dos tempos. De acordo com o autor, na maior parte das sociedades ocidentais, até o século XVIII, predominou o chamado “poder soberano”, o qual se trata de um poder capaz de ser definido pela máxima “fazer morrer e deixar viver” (Foucault, 1999, p. 127). Ou seja, ao governante cabe o direito de fazer morrer quem quer que aviltasse contra ele, ao passo que os demais cidadãos poderiam ser “deixados para viver”. Com a ascensão do republicanismo e com o enfraquecimento dos poderes monárquicos, então, houve a emergência daquilo que Foucault (1999) nomeou como sendo o Biopoder, ou seja, uma inversão da máxima supracitada, um “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 1999, p. 131). A partir dessa lógica, os Estados teriam o poder de escolher quais corpos proteger, quais corpos teriam sua qualidade de vida melhorada e, por consequência, quais corpos supostamente poderiam ser deixados para morrer.

Na esteira do pensamento foucaultiano, o filósofo camaronês Achille Mbembe elabora o conceito de “necropolítica”, em seu ensaio homônimo. Para Mbembe (2016), a necropolítica se caracteriza

pela inter-relação entre a política e a morte em sistemas e formas de governo cujo funcionamento depende de um “perpétuo estado de urgência”. Segundo o pensador, esse contínuo estado de sítio buscaria legitimar uma discriminação quanto a quais vidas deveriam ser protegidas e quais deveriam ser expostas à morte, quer seja porque essas últimas são identificadas como inimigas da sociedade, quer seja porque elas ameaçam a “coesão social” de alguma maneira. Desse modo, então, e, tal como pontua Rodrigues (2018), pode-se compreender o Brasil da atualidade não como um Estado Democrático de Direito mas, sim, como um Estado fundamentado na necropolítica, na violação de corpos, na eleição de zonas de combate (periferias) e na perseguição de figuras eleitas “inimigas” da sociedade - na ocasião presente, pessoas trans e travestis.

Nesse sentido, vê-se que as pessoas trans são compreendidas como um “perigo” à sociedade por meramente existirem; seus corpos não se adequam ao *status quo* e, portanto, não têm a sua humanidade reconhecida. Além disso, assim como explica Aires (2018, p.30) “uma vida tem que ser inteligível como uma vida humana, tem de ser apreendida segundo certas regras ou normas [...] que preparam o caminho para a aceitação de seu valor de vida a ser preservada”. Dessa maneira, torna-se mais compreensível a forma com que se naturaliza a retirada da humanidade, do acesso a direitos básicos e, não raramente, também, da vida das pessoas trans no Brasil.

É na contramão disso, que têm emergido e ganhado cada vez mais tração os estudos na área de gênero e sexualidade; avanços fundamentais para a construção de um Estado, de fato, Democrático e de Direitos. Reconhecendo a situação de vulnerabilidade na qual se encontra grande parte das pessoas transgênero no Brasil, então, Rocha e Cruz (2023) ressaltam a importância de debates, estudos e pesquisas acerca das identidades trans no país. Tal como defendem os autores, esse é um passo fundamental para a elaboração de políticas públicas destinadas a reparar as violências e a falta de garantia no acesso a direitos básicos. Tendo isso por objetivo e, a fim de prosseguir com a atual temática, muito proveitoso se mostra dar sequência à atual discussão por via de uma retomada histórica. Para esse fim, serão tratados, a seguir, aspectos dos saberes médicos e psicológicos, bem como suas contribuições para a estigmatização da transgeneridade através do fenômeno da patologização.

SOBRE A PATOLOGIZAÇÃO E A DESPATOLOGIZAÇÃO DA IDENTIDADE “TRANS” NO CAMPO PSI

O fenômeno da patologização tem sido amplamente debatido nas ciências da área da saúde, em especial a psicologia e psiquiatria, devido a sua intensificação e aos impactos – majoritariamente negativos – causados na vida dos indivíduos. Para Henriques e Leite (2019), tal fenômeno é resultado do imperialismo cultural estadunidense, que através da psiquiatria norte-americana, universalizam as particularidades desta cultura para o restante do mundo, criando entidades nosológicas de legitimidade arbitrária. Ao fazê-lo, não somente ignoram a premissa de que a existência humana e suas peculiaridades são oriundas de um processo cultural e histórico, como o fazem visando o lucro da indústria farmacêutica e a manutenção do modo de produção capitalista através – dentre diversos outros mecanismos – do controle dos corpos insurgentes à normativa de gênero.

Visto isso, é importante compreender quais são os impactos do fenômeno da patologização da identidade trans. Para Tenório e Prado (2016, p. 43) este processo é de imenso prejuízo às pessoas transgênero, ao passo que intensifica a estigmatização e, conseqüentemente, as violências sofridas por esta população, além de negar dignidade e autonomia sobre seus próprios corpos, subjugando-as à um lugar de loucura e de anormalidade. De forma complementar, Henriques e Leite (2019, p. 6) defendem que,

a APA [Associação Americana de Psiquiatria] aparece como guardiã da ordem instituída, legislando em prol das normativas de gênero, numa espécie de macarthismo psiquiátrico: os ‘subversivos’ devem ser, cada vez mais precocemente, identificados, regulados, gerenciados, normatizados e ‘curados’.

Devido à importância social da temática, além da necessidade de uma atuação do psicólogo alinhada com os compromissos éticos constituintes dos princípios fundamentais da profissão (Conselho Federal de Psicologia, 2005), será retomado os principais marcos dos fenômenos de patologização e despatologização de identidades trans, que sustentam a transgeneridade como uma patologia de ordem psicológica.

Bento e Pelúcio (2012) apontam a publicação do livro *O Fenômeno Transexual*, pelo endocrinologista e sexólogo Harry Benjamin em 1966, como um dos primeiros marcos da história da patologização da identidade trans. Nesta obra, Benjamin defende que a *cura* para a transexualidade seria a cirurgia de redesignação de sexo, contrariando psicólogos e psiquiatras da época que apontavam o tratamento psicológico como única alternativa para a *resolução* de tal fenômeno. Ou seja, os profissionais compreendiam a transexualidade como uma desordem mental, de modo que o sujeito trans seria psicologicamente incapaz de decidir pela realização de procedimentos de afirmação de gênero, portanto tais intervenções cirúrgicas eram consideradas práticas invasivas de mutilação. Isto é, apesar das distintas formas de intervenção, ambas as perspectivas mencionadas compreendiam a transgeneridade como uma patologia.

A publicação do livro em questão aqueceu o cenário ocidental para discussões acerca dos estudos de gênero e sexualidade na área da medicina e psicologia, de modo que em 1977 é fundada a Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association, organização internacional voltada para o estudo das então nomeadas “desordens de gênero”, buscando compreendê-las e classificá-las a fim de elaborar estratégias de atenção e saúde à população trans, ainda sob a perspectiva patologizante (Bento; Pelúcio, 2012).

Neto e Luz (2024) apontam que, a partir da década de 70, a identidade trans é oficialmente reconhecida pelos principais manuais diagnósticos como patologias de ordem psicológica. Isto é, nos anos de 1975 e 1980 ocorre, respectivamente, a inclusão do “transexualismo” na nona edição da Classificação Internacional de Doenças, CID-9, (OMS, 1975) e na terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-III, (APA, 1980). Tal classificação permanece também no CID-10 (OMS, 1992) e na revisão da terceira edição do DSM, DSM-III-R, (APA, 1987), nos subgrupos de transtornos de identidade sexual e transtorno de identidade de gênero, respectivamente. Já em 1994, com a publicação do DSM-IV (APA, 1994), o termo “transexualismo” é substituído por “Transtorno de Identidade de Gênero (TIG)” (Bento; Pelúcio, 2012; Neto; Luz, 2024)

De acordo com Arán e Murta (2009), em 1997 o Conselho Federal de Medicina regularizou a realização dos procedimentos de redesignação de gênero a partir da resolução nº1.482/1997 (CFM, 1997). Isto é, tais procedimentos deixam de ser considerado mutilação, no entanto, não deixam de compreender a identidade trans como um distúrbio psicológico, de modo que as cirurgias só poderiam ocorrer sob determinadas condições, são elas: o sujeito deveria apresentar um diagnóstico de “transexualismo”, ser maior de 21 anos de idade e não apresentar nenhum *outro* transtorno psicológico. As autoras também apontam que, a partir de 2002, com a publicação da resolução nº 1.652/2002 (CFM, 2002), é também necessário o acompanhamento terapêutico por no mínimo 2 anos para realização dos procedimentos.

Já no ano de 2008, com a publicação da Portaria nº 1.707 (Brasil, 2008), é determinado que os procedimentos hormono-cirúrgicos de redesignação de gênero possam ser também realizados no Sistema Único de Saúde (SUS) de forma gratuita, ainda sob as condições estabelecidas pelo Conselho

Federal de Medicina (Arán; Murta, 2009; Bento; Pelúcio, 2012). Apesar de tal mudança ter sido um grande avanço no que se refere à promoção de saúde para a população trans, Tenório e Prado (2016) apontam que tal medida ainda foi implantada sob a prerrogativa de que a transgeneridade seria um transtorno mental, ou seja, não apresenta rompimento com a lógica hegemônica de patologização das identidades de gênero não normativas, mesmo reconhecendo a portaria nº 2.803/2013 (Brasil, 2013), que revoga a portaria nº 1.707 ao redefinir e ampliar o processo transexualizador no SUS.

É somente em 2013, com a publicação do DSM-V (APA, 2013), que o “Transtorno de Identidade de Gênero (TIG)” é substituído por “Disforia de Gênero”. Tal mudança é, sem dúvidas, um passo importante rumo à despatologização das trans-identidades, que ocorreu através da luta de movimentos sociais e avanços nos estudos de gênero e sexualidade na área acadêmica (Bento; Pelúcio, 2012; Neto; Luz, 2024). Já em 2018 a OMS removeu o TIG da lista de transtornos mentais do CID-11 (OMS, 2018), classificando a transgeneridade não como uma patologia, mas como uma condição relacionada à saúde sexual caracterizada pela incongruência de gênero (Neto; Luz, 2024).

Ainda, a resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 01/2018 (CFP, 2018) é um importante marco no que se refere ao combate da violência de gênero e despatologização da identidade trans, ao passo que estabelece normas para atuação do profissional psicólogo que visam garantir uma postura ética, contrária a qualquer forma de discriminação e preconceito contra a população transgênero e travesti. Além disso, é importante destacar os artigos 7º e 8º da resolução em questão, que proíbem ações que favoreçam a patologização da identidade trans e travesti, assim como proíbe a prática de terapia de conversão de identidade de gênero, respectivamente.

PRINCIPAIS ARGUMENTOS PATOLOGIZANTES

A partir dos elementos acima apresentados, é possível observar diversos avanços no movimento de despatologização da população trans por parte das associações nacionais e internacionais de saúde que orientam a atividade dos profissionais da área, como o Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Medicina (CFM), Associação Americana de Psiquiatria (APA) e Organização Mundial da Saúde (OMS). No entanto, para Henriques e Leite (2019) o fato da transgeneridade não ser mais oficialmente considerada um transtorno mental não representa o fim dos debates sobre a necessidade de permanência ou retirada das categorias *Disforia de Gênero* (DSM-V) e *Incongruência de Gênero* (CID-11) nos manuais diagnósticos.

Isto é, por um lado, julga-se importante que organizações como a OMS e APA reconheçam e legitimem a existência da população transgênero e conscientizem os profissionais da saúde sobre o tema, de modo que estes sujeitos obtenham assistência médica e psicológica digna, segura e livre de violências. No entanto, a presença da transgeneridade nos manuais diagnósticos é também responsável por estigmatizar a identidade trans, além de erroneamente associá-la ao sofrimento psicológico e ao prejuízo no funcionamento de diversas esferas da vida cotidiana, como consta nos critérios diagnósticos para Disforia de Gênero do DSM-V, como sugerem Henriques e Leite (2019)

A condição [disforia de gênero] está associada a sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo (APA, 2014, p. 452-453 apud Henriques; Leite, 2019).

Tenório e Prado (2016) apontam que tal descrição promove uma compreensão equivocada da identidade trans, ao passo que consideram o sofrimento da população transgênero como uma consequência direta do sentimento de incongruência entre o gênero expresso e o sexo designado do sujeito – que, por sua vez, também se configura como critério diagnóstico para Disforia de Gênero no

DSM-V (APA, 2013). Isto é, Tenório e Prado (2016) defendem que o sofrimento da população trans é oriundo das diversas formas de violência sofridas cotidianamente, ao passo que suas identidades não são legitimadas frente à hegemonia cis-normativa que configura a sociedade ocidental contemporânea. Neste sentido, Dums (2023) aponta que homens e mulheres trans são constantemente alvos de diversos tipos de violência – sejam elas a violência física, verbal, sexual, racial, policial, etc – em decorrência da discriminação experienciada no seio da família, na escola, em locais públicos e no ambiente de trabalho.

Para Dums (2023) essa exposição constante à violência culmina, diversas vezes, na segregação e exclusão social, seja ela imposta ou autodeterminada, como por exemplo pela evasão escolar e/ou do lar ainda na infância ou adolescência, intensificando ainda mais a marginalização da população trans. Ainda, o autor destaca a falta de acesso à escolarização e profissionalização como principais elementos para a ingresso no trabalho sexual, que, novamente, intensifica a vulnerabilidade social de pessoas transgênero. Por fim, Dums (2023), defende que são nessas situações de intenso desamparo e marginalização social – oriundas da descriminalização e preconceito – que está a gênese de grande parte do sofrimento da população trans, que na população amostral da pesquisa do autor, incluem depressão, ansiedade e até mesmo ideação suicida.

Bento e Pelúcio (2012) compreendem esta distorção da relação da população trans com o sofrimento psicológico como uma tentativa de justificar a patologização da transgeneridade, a obrigatoriedade do acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico, e a impossibilidade de realização de cirurgias de reafirmação de gênero. Isto é, o argumento de que pessoas transgênero apresentam um intenso sofrimento psíquico em decorrência desta *incongruência*, podendo culminar em práticas autolesivas e suicidas, bastaria para compreender a identidade trans como um transtorno psicológico. Para as autoras, “essa é uma estratégia discursiva que retira a autonomia e não reconhece a condição de sujeitos das pessoas transexuais e travestis” (Bento e Pelúcio, 2012, p. 576).

Para além do argumento da visão suicidógena – como foi nomeado por Bento e Pelúcio (2015) – há ainda outros argumentos utilizados para justificar a presença da Disforia de Gênero nos manuais diagnósticos, ou ainda, para retomar a narrativa patologizante da identidade trans como um transtorno psicológico. Assim, Bento e Pelúcio (2015) apresentam o argumento das concessões estratégicas. Esta linha argumentativa consiste em defender a patologização sistemática da transgeneridade visando garantir o acesso público à saúde por parte desta população. Este argumento, no entanto, não se sustenta frente às políticas públicas que regem o SUS, como apontam Tenório e Prado (2016):

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT, instituída pelo Ministério da Saúde através da Portaria GM/MS nº 2.836, de 1º de dezembro 2011, tem como objetivo geral: ‘Promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo (Brasil, 2013 apud Tenório; Prado, 2016, p. 52/53).

Isto é, a patologização da identidade trans é completamente *dispensável* para que seja garantido a essa população o acesso à assistência sanitária, seja para a realização de procedimentos de redesignação de gênero, para acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico, ou para qualquer outra finalidade desejada.

OS ENFRENTAMENTOS PELO ACESSO PLENO À SAÚDE

A partir do exposto, percebe-se que a identidade trans foi e permanece a ocupar um local de discriminação e interdição de suas subjetividades pautado no saber biomédico. Rocon (2018) al

aponta a dificuldade dessa população ao acesso à saúde, à medida que tal espaço acaba se constituindo como reiterar de violências, de desrespeito ao nome social, barreiras que geram abandonos ao serviço e claro, um espaço que patologizar suas identidades.

A Saúde é um direito fundamental ao ser humano, sendo dever do Estado prover as condições para seu pleno exercício (Brasil, 2011). Logo, o Sistema Único de Saúde, se constitui como o serviço que deve ser público, universal, integral e com justiça social que comporta tamanha e importante tarefa. À medida que, as próprias identidades trans foram negadas e discriminadas, tal espaço falhou por muitos anos negando e manicomizando tal população (Rocon, 2018). Outrossim, a medida que os processo de modificações corporais ganham extremos impacto na saúde e adoecimento, além da vulnerabilidades e interseccionalidades nos diversos espaços sociais que essa população está inserida, o acesso à saúde da pessoa trans demanda certas políticas específicas (Rocon, 2018; São Paulo, 2023)

As vida de homens e mulheres trans, com suas singularidades e particularidades, solicita ao Estado e aos serviços públicos de saúde um tratamento diferenciado, com atendimentos especializados que compreendam suas necessidades de transformação corporal como necessidade em saúde, bem como os demais desdobramentos (Rocon *et al.*, 2016, p. 44).

O reconhecimento da importância das transformações corporais como necessidade de saúde à pessoa trans apenas ocorreu após muita luta social, com a criação do Processo Transexualizador no SUS pela portaria 1707/2008. Ressalta-se que as dificuldades de acesso a esses serviços submetem a pessoas trans a um quadro de sofrimentos e riscos, como o adoecimento mental, uso de hormônios sem acompanhamento médico, complicações em aplicações corporais, como por exemplo o uso de silicone industrial e, entre muitas outras, automutilação das genitálias (Rocon, 2018).

No entanto, Rocon *et al.* (2016) para além da dificuldade e escassez de espaços que oferecem esses serviços focados na corporalidade trans, é importante ressaltar que o SUS é perpassado por inúmeras barreiras aos acessos e permanência desses indivíduos ao serviço. Os autores (Rocon *et al.*, 2016; Rocon, 2018) buscaram coletar relatos e vivências da população trans no serviço de saúde. Nessas falas, foi apontado a discriminação e o desrespeito ao nome social como ponto a serem destacados, apontando que mesmo com portarias que assenguram o uso de nome social, tal pratica não foi integrada ao cotidiano dos profissionais da saúde, escalando muitas vezes a eventos de discriminação e trans/travestifobia que os afastam do serviço.

Outrossim, se ressalta que o modelo de saúde biomédico e curativista predominante no SUS, assim como em todo o campo da saúde, não comporta as demandas da população trans. Tal modelo é perpassado pela divisão binária de gênero e a heteronormatividade. Por exemplo, é apontada que “as transformações corporais realizadas pelos homens transexuais torna-se um grande desafio, dado o incipiente número de estudos sobre transmasculinidades” (Rocon 2018, p.47). existindo bem menos processos e pesquisas feitas atentas a demanda desse público, reproduzindo a desigualdade de gênero.

No entanto, a maior demanda relacionada a tais limites vem do fato que o acesso a esses serviços é condicionado pelo diagnóstico de transexualismo. Como já apontado, a patologização vem como um dos maiores fatores de sofrimento, violência e agravo à saúde mental dessa população. Aran *et al.* (2007) dialoga como tais medidas fazem parte do dispositivo da transexualidade, as técnicas e operadores de poder e sujeição desses indivíduos para gerir e controlar as expressões de gênero e sexualidade, dentro das normativas, para assim controlar a vida, o corpo e a população.

Como apresentado, o diagnóstico serve como forma de controle e validação do acesso à população a direitos à saúde e expressão básicos, sendo um vetor de patologização e estigma e repressão contra a população trans. Tal configuração, em alguns aspectos, é uma medida estratégica que assegura a permanência do serviço no SUS, em seu modelos curativistas, mas nega a pessoa trans sua condição

de exercer autonomia e decidir sobre seu corpo e expressão, os submetendo a uma lógica que busca reeducar disciplinar tais indivíduos, de forma a adequá-los ao modelos e relações vigentes que são binárias e heteronormativas.

DA DISCRIMINAÇÃO A EXPULSÃO NO AMBIENTE EDUCACIONAL

No Brasil, pessoas transexuais e travestis enfrentam diversos obstáculos no acesso à educação básica, os quais impactam diretamente na sua trajetória educacional e profissional. Apesar de a Constituição Federal de 1988 garantir o direito à educação para todos, a realidade escolar para essa população ainda se mostra precarizada (Lima, 2020).

Segundo Junqueira (2013), o campo da educação foi constituído historicamente como um espaço de normalização e reprodução de desigualdades, cumprindo função disciplinadora. Da mesma maneira, a escola brasileira que importa o modelo eurocêntrico e clássico de educação, reproduz as desigualdades e preconceitos existentes, reforçando a exclusão de grupos minoritários. A medida que o valorizado é a “heteronormatividade e pelos arsenais ligados a ela, centrados no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente são” (Junqueira, 2013, p. 164). Assim, o currículo escolar, muitas vezes, omite a história e a cultura de grupos minoritários, reforçando a ideia de que a identidade hegemônica é a única válida. A falta de representatividade de diferentes grupos sociais nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas contribui para a perpetuação de estereótipos e preconceitos.

Lima (2020) conclui que a falta de ações de enfrentamento ao estigma e ao preconceito na escola cria uma “rede de exclusão”, que fragiliza a permanência de estudantes trans no ambiente escolar. Algumas manifestações de tais preconceitos baseados na homofobia, se manifestam pela proibição do uso do nome social por estudantes trans, impedimento do uso do banheiro correspondente à identidade de gênero, falta de representatividade de grupos minoritários nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas, reprodução de estereótipos e preconceitos por parte de educadores, impedimento de participação de eventos escolares e a omissão diante de situações de discriminação.

Se faz sublime ressaltar, como tais práticas se encontram majoritariamente no âmbito simbólico. Uma disputa cujo caráter é o da violência em uma sociedade que é campo de dominação e reprodução de desigualdades, e a especificidade do poder simbólico está em ser “uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (Bourdieu, 1998, p. 15 apud Ristum, 2010, p. 74), ou seja, violência advinda de tal é ignorada ou não reconhecida enquanto violência.

Nas relações escolares, a estrutura hierárquica favorece a manutenção desse tipo de violência, uma vez que as exigências advindas de normas burocráticas e administrativas, são impessoalização, internalizadas aos atores envolvidos, inserindo os educadores como principais reprodutores dessa lógica, mas também submetidos a tal controle (Ristum, 2010). Assim, percebe-se que investir na formação inicial e continuada de todo o corpo docente é essencial para garantir que a escola seja um espaço acolhedor e inclusivo para estudantes transexuais e travestis (Lima, 2020).

Soma-se a isso, um cotidiano de agressões verbais, físicas e psicológicas direcionadas a estudantes LGBTQIA+, conduzindo a uma verdadeira produção do fracasso escolar dessa população, que ocasionam na evasão e expulsão. Outrossim, a rejeição e o preconceito por parte da família e da sociedade dificultam tal permanência e, a longo prazo, ocasionam a baixa escolaridade e a exclusão do mercado formal (Lima, 2020). A autora, também busca evidenciar como tal dinâmica compete ao impedimento no acesso à educação superior, seus impactos para o ingresso ao mercado de trabalho e a falta de dados a âmbito nacional acerca dessa temática. Em encontro, Scoote (2020), reitera a importância de conquistas recentes pela militância e movimentos sociais de políticas públicas de ingresso e

permanência e como tais espaços permanecem como lugares de muito temor ao perpetuamento de violências e exclusão que reiteram a necessidade de medidas de incentivo ao ingresso e permanência.

Ademais, Lacerda e Pinho (2022) também apontam diversos fatores interligados que contribuem para o sofrimento psíquico de estudantes LGBTQIA+ no ambiente universitário. As fontes destacam que a discriminação, o assédio e a falta de apoio institucional criam um clima de hostilidade e vulnerabilidade, impactando diretamente na saúde mental desses estudantes. Moretti-Pire *et al.* (2022) organizaram e como tais aspectos se materializam em uma violência simbólica sofrida, mas naturalizada nas pequenas coisas do cotidiano como piadas e comentários depreciativos a estruturação dos próprios cursos e instituições, no arquivamento de denúncias e falta de políticas de incentivo ao ingresso. São apontados os graves impactos à saúde mental desses indivíduos, ocasionando em sofrimento psíquico, baixa autoestima, a medida de evitar o estigma e a exclusão, desenvolvem estratégias de ocultamento e autocensura, limitando a expressão de suas identidades e a construção de relacionamentos genuínos. Assim, igualmente, o ensino superior é reiterado como um lugar de não pertencimento a estudantes LGBTQIA+, que ocasiona em seu adoecimento ou evasão, assim como no ensino básico.

VIOLÊNCIA E O EXTERMÍNIO DA POPULAÇÃO TRANS

Assim, os dispositivos de biopoder que tangem a população trans operam nos diversos espaços, à medida que o pensamento biomédico busca ocupar cada vez mais os espaços públicos e servir como forma de validação e controle (Furtado; Camilo, 2025). Nesse sentido a violência não se limita a atos físicos diretos. Ela pode se manifestar de formas mais sutis e difusas, como a violência simbólica, que impõe normas e limita a liberdade individual através de tecnologias de poder como a disciplina e a biopolítica (Costa, 2018)

Segundo Gomez et al. (2021) são diversos os espaços e atores que a violência contra a população LGBT é reproduzida, como entre familiares, religiosos, mercado de trabalho, profissionais de saúde, sociedade, policiais, políticos, formuladores de políticas públicas, adolescentes e estudantes. Nesse sentido, também é diverso o cunho dessas práticas, seja pela violência de gênero, simbólica, física, psicológica e sexual, constantemente permeada por preconceitos e LGBTQIA+fobia. Como consequência, a população LGBTQIA+ é submetida a um cotidiano inseguro, que as mantém à margem da sociedade em condições de vulnerabilidade, expostas a adoecimento físico e mental. No entanto, a forma mais perversa da manifestação da violência contra a pessoa trans se materializa pelo seu extermínio. Parte-se para uma compreensão do Brasil que pelo seu décimo quarto ano consecutivo é o que tem maior registro de assassinatos de pessoas trans (Benevides, 2024).

Ao analisar o Atlas da Violência (IPEA, 2023), percebe-se a limitação nas coletas e produção de dados sobre a violência LGBTQIA+, ressaltando a grande subnotificação de casos nos registros oficiais, um dos principais obstáculos para a implementação de políticas públicas eficazes. A pesquisa apontou uma realidade de vulnerabilidade e desproteção, evidenciando o aumento da violência contra esses indivíduos de 2020 a 2021, destacando aspectos de violência física e psicológica após o fim do isolamento social como aspecto alarmante da realidade brasileira. Ao mesmo tempo, a população trans, negra e jovem constituem os grupos mais afetados, reiterando os recortes de interseccionalidade para compreender quem são os mais afetados.

De forma semelhante, o “Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023” (Benevides, 2024) aponta o aumento de 10.7% de assassinatos de pessoas trans de 2022

e 2023. As regiões que concentram mais mortes são o sudeste e nordeste, tendo São Paulo a cidade mais letal com 19 casos, seguida do rio de janeiro com 16 casos. Outrossim, intervalo de idade de pessoas trans mais assassinadas em 2023 é de 18 a 29 anos compondo quase metade deles, informação que junto da informação de que a expectativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos em (Benevides, 2024), enquanto a expectativa de vida de uma pessoa nascida no Brasil em é de 75,5 anos¹ demonstram que ocorre um impedimento dessa população viver sua juventude e vida adulta.

Benevides (2024) também aponta que o tipo de arma mais utilizada nos delitos foi a arma de fogo (46%), seguido de armas brancas (24%). Mais da metade dos casos ocorreu com requintes de crueldade (54%)., sendo que “Houve, ainda, 24 casos de execução com número elevado de tiros ou a queima roupa e/ou através de um número elevado de perfurações por esfaqueamento ou objeto cortante” (Benevides, 2024, p.64). As pessoas com identidades voltadas ao feminino são mais executadas. Por fim, a amostra aponta que 72% da população trans assassinada é composta de pretos e pardos, reiterando o racismo que se soma à LGBTQIA+fobia na violência do país.

O Dossiê também aponta que tais crimes de ódio são motivados pela identidade de gênero das pessoas trans, sendo impossível dissociar tal relação:

É necessário discutir não apenas as manifestações explícitas, como o racismo e a lgbtifobia, mas também suas nuances, como o etnocentrismo, a xenofobia e a intolerância religiosa, assim como os impactos diretos da vida das pessoas fora do ambiente virtual. A compreensão precisa evoluir para incluir todas as formas de discriminação, visto que são interligadas e refletem a urgência de uma abordagem ampliada, que defina sobretudo os limites da liberdade de expressão e das manifestações de ódio nas redes sociais, sem se limitar a elas (Benevides, 2024, p.67).

Percebe-se como a impunidade é um fator que contribui para a perpetuação dos crimes de ódio contra pessoas trans. A falta de investigação rigorosa, a dificuldade em tipificar os crimes como motivados por transfobia e a culpabilização da vítima são obstáculos para a justiça, reiterando a necessidade de reconhecer a transfobia como um crime de ódio específico, atribuindo tipificações e punições adequadas.

Assim, então, o Brasil ocupa um estado de impunidade e gestão da morte da população trans. A violência está intrinsecamente ligada à racionalidade política ocidental, governada por uma biopolítica que busca gerir e otimizar a vida e ao mesmo tempo detém o poder de matar (Mbembe, 2016). Uma sociedade que permite o irracional ato de exterminar a população trans, é constituída por saberes que se articulam com o poder para produzir discursos e práticas que definem o que é normal e patológico, saudável e doente, merecedor da vida ou da morte. O qual, molda a subjetividade e o comportamento individual e coletivo, mas também legitima o uso da força e violência (Costa, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender os atravessamentos da identidade trans, à medida que o Brasil atualmente configura o país que possui mais relatos de assassinatos contra essa população. Em um primeiro momento, buscamos retomar os conceitos de Foucault de biopolítica e a gestão dos corpos e singularidades protegidos e aqueles deixados à margem da sociedade. Tal conceituação se faz sublime para o entendimento das discussões de gênero, à medida que o controle exercido a sexualidade, é um dos dispositivos de controle e formação de subjetividades, sendo perpassados por valores heteronormativos e binários, que se reproduzem nas instituições e discursos.

¹ Dado retirado da notícia da Folha de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/11/expectativa-de-vida-no-brasil-sobe-a-755-anos-apos-duas-quedas-na-pandemia.shtml#:~:text=IBGE:%20expectativa%20de%20vida%20no,11/2023%20%2D%20Cotidiano%20%2D%20Folha. Acesso em 06 set 2024.>

Percebe-se então que a identidade trans ocupa papel dissidente a essa lógica, sendo exercida o controle e violento sobre a vida desses indivíduos. A enquadrando em um lugar semelhante à ocupada pela população negra, ao que Mbembe (2018) conceituou como necropolítica. Tal conceito diz respeito à gestão de morte e uso extremo da violência, validados pela ideologia de manutenção de um suposto bem estar social, pautada nos pressupostos racistas e ideológicos que administram quais vidas possuem mais valor ou menos.

Nesse sentido, a identidade trans é fundada em um lugar de patologização que valida o controle e violências. Tal recorte está presente nos manuais diagnósticos, ainda atuais, pautados na associação do sofrimento psíquico à incongruência do gênero concebido, socialmente, ao nascimento. No entanto, tal relação se constitui de forma ideológica e falaciosa, a medida que o sofrimento dessa população é referente a exclusão social e estigmatização e LGBTQIA+fobia que os coloca em situação de insegurança e precariedade em meio a uma sociedade de norma heteronormativa.

Assim, em meio a conquistas e retrocessos, tem-se integrado ao SUS políticas e práticas que buscam compreender e promover uma atenção especializada às demandas da pessoa trans. Salienta-se, que os espaços de saúde ainda se configuram como um espaço de violência moral e simbólica desses indivíduos, à medida que processo de transformações corporais ainda são validados a partir de diagnóstico de condição de disforia, ou seja, colocando tais identidades em uma lógica curativa, sem compreender o processo integral e amplo de saúde e doença. Outrossim, são os inúmeros exemplos de desrespeito a nome social, pronomes e a LGBTQIA+fobia dos profissionais presentes no serviço, a medida que se reproduzem os preconceitos da sociedade e o saber médico é permeado pela lógica binária que não comporta as subjetividades trans.

São, então, diversas as instituições que buscam controlar e segregar as identidades transgêneras, as afastando dos serviços e direitos fundamentais. Outro exemplo, de grande impacto, é o ambiente educacional, desde o acesso ao ensino básico e ainda mais ao superior. As manifestações silenciosas da violência simbólica, até os atos mais gritantes de violência física, psicológica, entre outros, acabam produzindo o fracasso escolar desses indivíduos, que ou evadem, ou são expulsos.

Por fim, a partir do trabalho de ONGs e levantamentos nacionais, é possível compreender as noções da violência mais letal e bárbara sobre a população transgênero. Em um país de impunidade e regido pela necropolítica dos corpos, o Brasil tem os maiores índices de assassinatos, ainda com subnotificações da falta de dados mais precisos da população trans. Tal configuração está diretamente relacionada aos valores lgbtqia+fóbicos, em sua maioria possuindo requintes de crueldade, sendo sua parcela mais afetada as pessoas trans negras e jovens. Configurando assim, o extermínio daqueles que além de deixados para morrer fora dos serviços de saúde e dignidade humana, mas também como diretamente assassinados.

Em síntese, é importante compreender a violência contra a população trans como multifacetada e intencional. Ela se configura, a partir da lógica de organização social existente, que tem como objetivo o controle, afastamento e extermínios dos corpos dissidentes dos padrões biomédicos heteronormativos. Para assim, poder ter uma compreensão mais integral do fenômeno da violência com a população trans, os enfrentamentos e mudanças radicais necessárias para o fim de uma gestão perversa da vida e das identidades.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-III*. Third edition. Washington, DC: American Psychiatric Association; 1980.

_. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-III-R*. Third edition-revised.. Washington, DC: American Psychiatric Association; 1987.

_. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-IV*. Fourth edition. Washington, DC: American Psychiatric Association; 1994.

_. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: DSM-V*. Fifth Edition. Washington, DC: American Psychiatric Association; 2013.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela.. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 2009, v. 19, p. 15-41. Disponível em <https://www.scielo.br/j/physis/a/bVhTsYHczGZMK3HMHVHTFVsg/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

AIRES, Suely. Corpos marcados para morrer: em uma sociedade em que a vida cotidiana é militarizada e as instituições civis sistematicamente destruídas, a morte se faz dia a dia. *Revista Cult*, São Paulo, v. 240, n.1, p. 29-32, 2018.

BENEVIDES, Bruna. *Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA. 2024

BENJAMIN, Harry. *The Transsexual Phenomenon*. New York: Julian Press, 1966.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*. 2012, v. 20, n. 02, p. 569-581. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/GYT43pHGkS6qL5XSQpDjrqi/#>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BRASIL. Decreto n.º 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2011.

_. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.707/GM. Brasília, 19 ago. 2008. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html. Acesso em: 27 jan. 2025.

_. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.803/2013/GM. Brasília, 19 nov. 2013. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 27 jna. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1.482, de 1997. Brasília, 1997. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1997/1482_1997.pdf. Acesso em: 17 jan. 2025.

_____. Resolução nº 1.652, de 2002. Brasília, 2002. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2002/1652_2002.pdf. Acesso em: 17 jan. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Resolução nº 01 de 29 jan. 2018. Brasília, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2025.

_. Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05. Brasília, 2005. Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2025.

COSTA, Helrison Silva. PODER E VIOLÊNCIA NO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT. *Sapere Aude*, v. 9, n. 17, p. 153-170, 13 jul. 2018.

DUMS, Willian. Perspectivas sobre a identidade de gênero e transgeneridade na sociedade: uma visão psicossocial. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*. 2023, v. 14, n. 1. Disponível em <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/2017>. Acesso em: 27 jan. 2025.

FOUCAULT, Michel. *HISTÓRIA DA SEXUALIDADE I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1999.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira . O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. *Revista Subjetividades*, Fortaleza , v. 16, n. 3, p. 34-44, dez. 2016 . Disponível em <http://

pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 jan. 2025. <https://doi.org/10.5020/23590777.16.3.34-44>.

GOMES, Marceli; BRUM, Tainara Gautier; ZANON, Bruna Pase. MOREIRA, Simone Xavier; ANVERSA, Elenir Terezinha Rizzetti. A violência para com as pessoas LGBT: uma revisão narrativa da literatura. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 3, p. 13903–13924, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/31815>. Acesso em: 31 oct. 2024.

HENRIQUES, Rogério da Silva Paes.; LEITE, André Felipe dos Santos. A disforia de gênero como síndrome cultural norte-americana. *Revista Estudos Feministas*. 2019, v. 27. Disponível em <https://www.scielo.br/ref/a/qn5qpDFDBhyPzRHZgHc7mCN/?lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2025.

IPEA. *Atlas da Violência*, 2023. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/12/atlas-da-violencia-2023.pdf>. Acesso em 04 set 2024.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A educação frente à diferença/diversidade sexual. *Educação: Teoria e Prática*. v. 23, n. 44, p. 162–181, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/7966>. Acesso em: 15 jan. 2025.

LACERDA, Luanna Carolyne Silva De; PINHO, Paula Hayasi. Experiências de sofrimento psíquico em estudantes universitários. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*. Porto, n. 28, p. 122-133, dez. 2022. Disponível em: http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602022000200122&lng=pt&nrm=iso&tng=pt. Acesso em: 28 fev. 2025.

LIMA, Tatiane.. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 77, p. 70–87, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v1i77p70-87. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/178743>.. Acesso em: 15 jan. 2025.

MÁRCIA, Arán.; Zaidhaft, Sérgio; MURTA, Daniela. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 1, p. 70–79, jan. 2008.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Arte & ensaios*, n. 32, p. 122-151, 2016.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo, 2018.

MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio.; VIEIRA, Marcelo; FINKLER, Mirelle. Violência simbólica na experiência de estudantes universitários LGBT. *Saúde e Sociedade*, v. 31, n. 4, p. e200662pt, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/PYLN3tMZ5Yk3SYGdx59NmQL/>. Acesso em 28 fev. 2025.

NETO, Luís Lopes Sombra; LUZ, José Henrique Sousa. Do transexualismo à incongruência de gênero: a despatologização na evolução das classificações diagnósticas para identidades trans. *Diálogos Interdisciplinares em Psiquiatria e Saúde Mental*. 2024, v. 3, n. 1. Disponível em <https://revistas.uece.br/index.php/dipsm/article/view/e11992>. Acesso em 27 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Estatística Internacional de Doenças*: nona revisão, 1975.

_____. *Classificação Internacional de Doenças e problemas relacionados à saúde*: décima revisão, 1992.

_____. *Classificação Estatística Internacional de Doenças*: décima primeira revisão, 2018.

RISTUM, Marilena. Violência na escola, da escola e contra a escola. In: ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patricia; AVANCI, Joviana Quintes; NJAINE, Kathie (orgs). *Impactos da violência na escola - um diálogo com professores*. [online]. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Editora FIOCRUZ, 2010. p. 65-94. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/q58k5>. Acessado em 28 de fev. de 2025.

ROCON, Pablo Cardozo; RODRIQUES, Alexsandro.; ZAMBONI, Jésio.; PEDRIN, Mateus Dias. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 8, p. 2517–2526, ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/zGJyVqQ6WGjyRzLqfd8vRD/abstract/?lang=pt>. Acessado em 28 de fev. de 2025.

ROCON, Pablo Cardozo. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?. *Interface: comunicação saúde educação*, v. 22 n.64, p. 43-53, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0712>>. Acesso em: 28 out. 2024.

ROCHA, Damião; CRUZ, Jessika. O “não lugar” do corpo travesti no “corpo discente” da pós graduação e pesquisa na amazônia nortista. *Revista Exitus*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 01-25, 2023. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2119>. Acessado em 25 de fev. de 2025.

RODRIGUES, Carla. Guerra Colonial à moda brasileira: a violência maior reside no fato de se manterem borradas as fronteiras entre a vida vivível e a vida matável. *Revista Cult*, São Paulo, v. 240, n.1, p. 33-35, 2018.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação da Área Técnica de Saúde Integral da População LGBTIA+. “*Protocolo para o cuidado integral à saúde de pessoas trans, travestis ou com vivências de variabilidade de gênero no município de São Paulo*”, 2a ed. Secretaria Municipal da Saúde|SMS|PMSP. junho de 2023.

SCOTE, Fausto Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. *Perspectiva*, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 1–25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65334>. Acesso em: 28 de fev. 2025.

TENÓRIO, Leonardo.; PRADO, Marco Aurélio Máximo.. As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para a mudança de paradigma. *Revista Periódicus*. 2016, vol. 1, n. 5, p. 41-55. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/68603/2/As%20contradi%C3%A7%C3%B5es%20da%20patologiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20identidades%20trans%20e%20argumentos%20para%20a%20mudan%C3%A7a%20de%20paradigma.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2025.

UMA ABORDAGEM *QUEER* DA EDUCAÇÃO SEXUAL: RELATO DE UM PROGRAMA DE INTERVENÇÃO COM E PARA ADOLESCENTES

Juliana Campos Marinho (Graduanda do curso de psicologia, UNESP, e-mail: jc.marinho@unesp.br)
Leonardo Silveira Rodrigues (Graduanda do curso de psicologia, UNESP, e-mail: leonardo.silveira@unesp.br)

RESUMO

Uma abordagem queer da educação sexual propõe uma reinterpretação crítica das normas tradicionais de gênero e sexualidade, desafiando as categorias binárias e promovendo uma compreensão fluida e plural dos corpos e das identidades. Este artigo descreve um relato de experiência sobre um programa de intervenção em Educação Sexual para adolescentes. Foram realizados 12 encontros com adolescentes de 15 a 18 anos, vinculados à uma instituição não-governamental. Por meio da observação dos espaços de vivência, foi possível elaborar o plano de ação e delimitar os temas para as intervenções em educação sexual, como saúde sexual, gênero, métodos contraceptivos, infecções sexualmente transmissíveis, consentimento e relacionamentos afetivos, padrões estéticos e autoimagem. Além disso, enquanto estratégias didáticas foram utilizados recursos midiáticos, exibição de filmes, músicas, livros, jogos, materiais contraceptivos e dinâmicas em grupos. As atividades foram fundamentadas na teoria queer, tomando a sexualidade como um conceito amplo, fluido e interseccionado por múltiplos fatores, buscando desconstruir estigmas e abordagens normativas. Os resultados mostram que os adolescentes demonstraram maior abertura para discutir temas relacionados à sexualidade e gênero de forma inclusiva e menos restritiva, questionando normas heteronormativas e refletindo sobre suas próprias experiências e identidades. Conclui-se que a intervenção promoveu um espaço de educação sexual crítica e inclusiva, capaz de refletir sobre os dispositivos de regulação que operam sobre corpos e subjetividades.

Palavras-chave: Sexualidade; Educação sexual; Teoria *queer*; Adolescência.

INTRODUÇÃO

A sexualidade não deve ser tratada como um dado biológico universal e natural, mas como um dispositivo histórico atravessado por processos plurais e culturais (Louro, 2022). Os rituais, valores, comportamentos e linguagens associados à sexualidade são ensinados desde o início da vida, por meio de uma educação sexual informal, pautada nos discursos religiosos, midiáticos, literários, entre outros (Maia; Ribeiro, 2011). Portanto, a sexualidade, enquanto invenção social, é aprendida e apreendida no decorrer da vida, de forma difusa e não planejada, por todos os sujeitos.

Na contemporaneidade, destaca-se principalmente o papel das mídias na produção de concepções, muitas vezes distorcidas e preconceituosas, acerca da sexualidade. Esses artefatos culturais não se tratam apenas de meras representações da realidade, mas são agentes da construção de formas de ser, viver e ver o mundo específicas (Sabat, 2001) a medida que, através das performances e paródias midiáticas heterocentradas e racializadas, papéis de gênero, raça e sexualidade são reforçados (Alós, 2008; Colling et al, 2013).

Nesse contexto, onde os sujeitos estão submetidos a pedagogias diversas sobre a sexualidade, faz-se necessário uma educação sexual formal, estruturada e embasada, para uma formação em sexualidade que possa questionar os saberes hegemônicos e contribuir para a autonomia e emancipação dos educandos (Maia; Ribeiro, 2011).

Assim, é fundamental adotar uma postura reflexiva e avaliar criticamente a conveniência de perpetuar sistemas de crenças e valores sociais discriminatórios em relação à sexualidade, as quais se manifestam por meio de formas sutis de violência simbólica. A abordagem desse tema revela-se de significativa importância para o desenvolvimento integral do indivíduo, uma vez que a adoção de uma perspectiva acrítica pode favorecer a reprodução de estigmas relacionados à sexualidade pelos educandos, os quais tendem a ser perpetuados ao longo de sua trajetória de vida. (Bortolozzi, 2022)

No Brasil, as preocupações com uma educação sexual formal nas escolas se iniciam na década de 1920, por parte de educadores e profissionais da saúde, com um aspecto bastante biologizante (Bueno; Ribeiro, 2018). Rodrigues, Branco e Gellis (2023) indicam que os conteúdos trabalhados na educação sexual formal ainda mantêm perspectivas naturalizantes e essencialistas.

Como contraposição às visões biologizantes, Furlani (2009) propõe a adoção de uma epistemologia *queer* para a construção de uma educação sexual cujo direcionamento seja o rompimento com os essencialismos e a assunção de uma postura não-normativa frente a compreensão da sexualidade. Os estudos *queer*, surgidos na década de 1990 nos Estados Unidos com inspiração nos movimentos sociais da década de 1970, problematizam noções clássicas acerca da sexualidade, da subjetividade e da normalidade, se opondo a posicionamentos assimilacionistas e normatizadores (Louro, 2001).

Tal como a sexualidade, a adolescência não pode ser tratada como dado biológico, como mera fase do desenvolvimento humano, já que também só pode ser entendida a partir de uma perspectiva histórico-cultural. Dessa forma, deve-se evitar compreensões universalizantes acerca da adolescência (Mendes, 2020).

Apesar disso, pode-se destacar as mudanças físicas, emocionais, psicológicas e sociais do adolescente que marcam o aumento do interesse pela sexualidade, a busca pela construção de uma identidade própria, a experimentação sexual, a iniciação de relacionamentos afetivo-sexuais, entre outros (Brasil, 2008).

Além disso, o capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente (2022) dispõe sobre a atenção integral à saúde do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, declarando no inciso IV do artigo 60 na seção I que faz parte da atenção integral à saúde a “disponibilização de ações de atenção à saúde sexual e reprodutiva e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis” (Brasil, 2022).

Defendemos uma educação sexual pautada no conceito amplo de sexualidade, abordando seus aspectos históricos e culturais e de uma epistemologia *queer* (Furlani, 2009). Neste sentido, o objetivo do projeto consistiu em desenvolver uma intervenção pautada na concepção da sexualidade enquanto construção sociocultural e histórica, enfatizando os dispositivos de regulação que operam sobre corpos e subjetividades. A proposta visou, assim, fomentar uma educação sexual crítica e inclusiva, capaz de desconstruir estigmas e promover reflexões que transcendam abordagens biologicistas e normativas. Assim, todas as discussões foram estruturadas com base nos estudos *queer*, entendendo a sexualidade como uma produção histórica, atravessada por múltiplos fatores biopsicossociais, de gênero, raça e classe. Buscou-se nos encontros abordar a historicidade de questões relacionadas à sexualidade e assumir uma postura crítica, contrária a qualquer forma de normatização da subjetividade (Furlani, 2005; Maia; Ribeiro, 2011).

MÉTODO

O presente relato de experiência foi construído com base nas atividades realizadas durante o estágio obrigatório com ênfase em educação sexual, no curso de graduação em Psicologia de uma

universidade pública do interior paulista. O estágio foi supervisionado pela orientadora da disciplina e acompanhado pela preceptora e assistente social de uma instituição de natureza não governamental.

A média de participantes variava a cada encontro, totalizando aproximadamente 13 adolescentes com idades entre 15 e 18 anos. Os encontros ocorreram semanalmente, com duração média de uma hora e quarenta minutos. As atividades realizadas abordaram conteúdos diversos, tais como: sexualidade enquanto conceito amplo, órgãos sexuais, reprodução, menstruação, métodos preventivos e contraceptivos, infecções sexualmente transmissíveis (IST), sexo, gênero e orientação sexual, relacionamentos afetivo-sexuais, violência, consentimento, padrões estéticos e mídias. Para a abordagem desses temas, foram utilizados diversos recursos didáticos, como vídeos, filmes, músicas, livros, jogos e materiais contraceptivos.

Os encontros foram organizados de acordo com a relação e a proximidade temática entre os conteúdos abordados, optando-se por iniciar com discussões sobre saúde sexual. Essa escolha visou responder às dúvidas mais frequentes manifestadas pelos adolescentes no início do projeto, que, em sua maioria, estavam relacionadas a questões sobre órgãos sexuais e práticas sexuais.

Como estratégia pedagógica, foi adotado o recurso de uma “caixinha de perguntas” anônima, onde, ao final de cada encontro, os participantes eram orientados a depositar um papel com uma dúvida, comentário ou sugestão. Os papéis coletados eram respondidos pelas estagiárias no início do encontro seguinte, promovendo uma dinâmica de continuidade e engajamento no processo educativo.

Antes do início dos encontros temáticos, as estagiárias realizaram duas observações em momentos distintos das atividades dos adolescentes – uma durante uma aula de informática e outra em uma aula de artesanato. Essas observações foram fundamentais para compreender as características do grupo, suas dinâmicas e elaborar o plano de ação das intervenções. Além disso, foi possível construir vínculo com os participantes.

Os encontros foram organizados em dois blocos temáticos principais: encontros de 1 a 5 abordaram aspectos da saúde sexual, enquanto os encontros de 6 a 10 focaram em questões associadas à sociedade e identidade. O 11º e último encontro foi destinado ao encerramento e à devolutiva do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados foram organizados por encontros e serão apresentados e discutidos abaixo.

Encontro 1: Apresentação e discussão inicial sobre sexualidade

No primeiro encontro, foi realizada uma dinâmica de apresentação do tipo “quebra-gelo”, na qual cada participante e as estagiárias compartilhavam informações como nome, pronomes, idade, preferências e experiências prévias no programa, utilizando uma bola como recurso interativo, com o objetivo de promover a integração e a familiaridade entre os membros do grupo e as estagiárias. Todas as atividades desenvolvidas ao longo do projeto foram fundamentadas no conceito de dinâmica de grupo de Martín-Baró (2004), que enfatiza a importância das interações grupais como meio para a construção coletiva de conhecimento e transformação social, promovendo um ambiente participativo e reflexivo.

Em seguida, foram elaborados, de forma colaborativa, os combinados do grupo para orientar as interações ao longo dos encontros, com um participante responsável por registrar essas regras. A discussão sobre sexualidade foi iniciada com a atividade de associar palavras ou expressões ao

conceito de sexualidade, gerando debate entre os participantes sobre os significados atribuídos. Por fim, o programa foi apresentado, incluindo um levantamento de expectativas, conhecimentos prévios e sugestões de temas de interesse do grupo.

Notou-se, ao final do encontro, que os(as) participantes associam sexualidade principalmente a práticas sexuais e não reconheciam relações não românticas como integrante da mesma. Portanto, apesar de uma visão ainda restrita acerca da sexualidade, percebe-se que, previamente à intervenção, o grupo apresentava uma noção mais ampla de sexualidade do que a esperada, englobando questões de gênero.

Encontro 2: Órgãos sexuais e corpos

O segundo encontro contou com uma exposição didática acerca de órgãos sexuais e diversidade de corpos, utilizando das terminologias conhecidas pelos participantes como ponto de partida. Optou-se por promover um espaço seguro e confortável para que todos os participantes pudessem contribuir ativamente com a atividade. Em seguida, houve uma exposição explicativa acerca dos órgãos sexuais somada à discussão sobre pessoas intersexo (Tilio *et al.*, 2021; Preciado, 2022).

Ao final, foi realizada a dinâmica “Fala sério ou com certeza”, desenvolvida pelas estagiárias, onde os adolescentes deveriam discutir sobre tabus e estereótipos relacionados ao tema a partir de afirmações falsas ou verdadeiras. Alguns exemplos são: “Não há ato sexual sem penetração”; “Órgãos sexuais definem a identidade de gênero” e “A pele que recobre a glândula se chama fimose”.

Notou-se maior dificuldade na assimilação de conceitos menos familiares, como no caso das discussões acerca de pessoas intersexo e da distinção entre fimose e prepúcio. Por outro lado, acredita-se que os adolescentes demonstraram uma boa compreensão sobre a diversidade das práticas sexuais. Além disso, observou-se que os participantes responderam de forma ativa a uma abordagem predominantemente expositiva.

Encontro 3: Reprodução sexual e menstruação

O terceiro encontro abordou as múltiplas perspectivas que envolvem reprodução sexual, menstruação e pobreza menstrual. Nele, foi apresentado o processo de fecundação, desenvolvimento embrionário e gestação humana, destacando não apenas os aspectos biológicos, mas também os impactos multifacetados que a gestação pode causar na vida da pessoa gestante. Foram ressaltadas as mudanças corporais significativas, bem como as possíveis consequências emocionais, como ansiedade e depressão, que frequentemente acompanham este período.

Além disso, foram discutidos os desafios financeiros decorrentes dos custos associados à gravidez e à criação de uma criança, os impactos no trabalho e nos relacionamentos interpessoais, e as pressões sociais frequentemente enfrentadas pela pessoa gestante. Nesse contexto, destacou-se a importância de uma rede de apoio sólida, tanto no âmbito familiar quanto social. Adicionalmente, abordou-se as implicações da gravidez na adolescência e suas potenciais complicações, como maior risco de partos prematuros, aborto espontâneo e problemas de saúde associados.

Também se discutiu o impacto da gravidez precoce no abandono escolar e no isolamento social, evidenciando como esses fatores podem perpetuar desigualdades educacionais e sociais. Por fim, foi sublinhada a relevância do planejamento familiar como estratégia fundamental para a promoção de escolhas conscientes e para a prevenção de gestações indesejadas ou não planejadas, bem como para a garantia do bem-estar integral da pessoa gestante e de seu núcleo familiar.

No que diz respeito à menstruação, o encontro abordou de maneira ampla as características do ciclo menstrual, elucidando suas fases e o papel dos hormônios envolvidos nesse processo. Além disso, destacou-se a diversidade de instrumentos disponíveis para a coleta de sangue menstrual,

como calcinha absorvente, o coletor menstrual, o absorvente interno, enfatizando a importância de escolhas que atendam às necessidades e preferências individuais. Também utilizou-se de trechos de filmes para discutir os tabus acerca da menstruação.

Adicionalmente, foi introduzido e debatido o conceito de pobreza menstrual, que, segundo Brito e Siqueira (2024), é um conceito atribuído a pessoas que menstruam, porém não tem acesso à itens de higiene básicos, problematizando a dificuldade de acesso a produtos de higiene menstrual em populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Discutiu-se como a precariedade no acesso a esses itens impacta diretamente a saúde, a escolaridade e a qualidade de vida das pessoas que menstruam, ampliando desigualdades sociais e de gênero. Destaca-se o desentendimento prévio por parte do grupo acerca do conceito de pobreza menstrual.

Ao longo do encontro, os adolescentes não realizaram manifestações longas, porém demonstraram assimilar a atividade. Algumas perguntas consideradas relevantes foram acrescentadas à “caixinha de perguntas” e respondidas no encontro seguinte, sendo elas: “Porque alguns homens não podem ter filhos?”; e “Tem como engravidar na menstruação?”.

Encontro 4: Métodos contraceptivos e preventivos

O quarto encontro teve como objetivo apresentar os métodos preventivos e contraceptivos (barreiras, hormonais, comportamentais e cirúrgicos), ressaltando suas vantagens e desvantagens. Ressaltou-se a importância do uso da camisinha, visto que é o único método contraceptivo efetivo contra IST's, além de destacar os cuidados com relação ao uso dos contraceptivos, como por exemplo a não recomendação da reutilização da camisinha e do uso de mais de uma camisinha. Os participantes apresentaram uma postura bastante participativa, comentando e perguntando acerca do conteúdo exposto. Também demonstraram desconhecimento de alguns dos métodos apresentados, como o diafragma e mesmo a PrEP (profilaxia pré-exposição) e a PEP (profilaxia pós-exposição), mas também comentaram com mais familiaridade acerca de outros métodos, como a camisinha, a pílula anticoncepcional e a anticoncepção de emergência.

Para concluir a exposição de forma dinâmica e verificar a assimilação dos participantes, realizou-se a “Dinâmica ‘Qual método eu uso?’”, onde os adolescentes deveriam selecionar o método mais adequado à situação problema exposta. Alguns exemplos são:(...); “Às vezes fico enjoada, com dor de cabeça e sem vontade de transar porque faço uso de (...)” e “Sempre transo com camisinha e às vezes uso alguns métodos contraceptivos no meu dia a dia, como (...)”. Durante a execução da atividade, alguns adolescentes fizeram perguntas às estagiárias, como “O que é coito interrompido mesmo?”, que foram respondidas de forma sucinta. Ao final, as respostas apresentadas foram satisfatórias, demonstrando apropriação do conteúdo até então apresentado.

Ao final, foram realizadas demonstrações do uso da camisinha externa em dildo e foi solicitado aos participantes que se voluntariassem para reproduzir a demonstração. No decorrer da atividade, também foram passados alguns dos métodos contraceptivos apresentados para que os adolescentes pudessem ver, como a camisinha externa e interna, o diafragma, o DIU, além de outros itens relevantes, como lubrificante e o coletor menstrual, que havia sido mencionado no encontro anterior. Durante o contato com os métodos, os adolescentes fizeram mais perguntas, como “É possível que o pênis toque no DIU durante a penetração?”. Quase todos os meninos e apenas uma menina se voluntariaram para tentar colocar a camisinha no pênis e observou-se uma apropriação adequada do tema.

As dúvidas da “caixinha de perguntas” apontaram o interesse dos adolescentes no tema e encaminham a discussão para o próximo encontro, sendo alguns exemplos: “É possível transmitir doenças pela boca ou pelo sexo anal?”; “Quantas vezes tem que transar pra engravidar?”; e “Tem como engravidar sem gozar na vagina?”.

Encontro 5: Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)

No quinto encontro, realizou-se a dinâmica adaptada “Festa dos fluidos” (Perim et al., 2021) adaptada para discutir as IST e o fato de que todas as pessoas ativas sexualmente estão vulneráveis a elas. Buscou-se uma abordagem não moralizante, que não partiu do incentivo à abstinência sexual, mas da importância do uso da camisinha como prevenção. Para a atividade, foram distribuídos papéis com símbolos representativos de IST. Solicitou-se que os adolescentes percorressem a sala até a interrupção da música tocando e anotassem os símbolos da pessoa próxima. A única pessoa que não transmitia nem anotava os outros símbolos era a pessoa com o coração, que significava camisinha.

Ao final da festa, os participantes foram questionados acerca da quantidade de símbolos que cada um tinha em seus papéis e a média foi de 17 símbolos por pessoa. Os adolescentes foram questionados sobre qual seria a relação da dinâmica com o tema da aula, previamente comentado, e um dos participantes perguntou se “é tudo isso de doença que pega em uma festa?”. Foi explicado quais seriam os riscos aos quais uma pessoa durante um ato sexual sem proteção estaria exposta e, em seguida, qual símbolo se refere a sua respectiva IST. Nesse momento, muitos demonstraram não conhecer as infecções mencionadas, como gonorreia e cancro mole, e demonstraram estarem surpresos com a quantidade de símbolos adquiridos.

Após a dinâmica, realizou-se uma exposição informativa sobre as IST mais incidentes, abrangendo aspectos fundamentais como nomenclatura, sintomas, formas de transmissão, prevenção e tratamentos disponíveis. Foram discutidas IST como HIV/Aids, sífilis, gonorreia, herpes genital, HPV, clamídia, cancro mole, faringite e HTLV, com o objetivo de fornecer informações claras e desmistificar preconceitos e equívocos associados a essas condições. Como recurso didático e para complementar a explanação teórica, foram utilizados trechos de séries que abordam o tema das IST de maneira educativa e jovial. Esses trechos ilustram situações de desinformação, tabus e desafios enfrentados pelos indivíduos no reconhecimento e tratamento dessas infecções, e visou fomentar um debate crítico entre os participantes. Além disso, destacou-se a discussão histórica acerca da pandemia de HIV/Aids feita, cujo objetivo foi contemplar a dimensão sócio-histórica das IST enfatizando as reações iniciais marcadas pelo medo, preconceito e discriminação que estigmatizaram pessoas vivendo com HIV, contribuindo para a exclusão social e a negligência no enfrentamento da pandemia. As dúvidas da “caixinha de perguntas” apontaram para questões relevantes quanto à saúde sexual que ainda não haviam sido abordadas, como “Cigarro e narguilé deixa brocha?” e “Quais são os cuidados para a primeira vez?”.

Encontro 6: Sexo, gênero e orientação sexual

No sexto encontro, na dinâmica intitulada “Concordo ou Discordo”, solicitou-se que os participantes se posicionassem no fundo da sala e caminhassem em direção à esquerda caso concordassem com a afirmativa sobre sexualidade apresentada (considerassem um fato) ou para a direita caso discordassem (considerassem fake). A proposta foi estruturada de forma a estimular o debate e questionamentos sobre o tema.

Após a escolha individual dos participantes, foram realizadas perguntas para que os adolescentes justificassem suas decisões, o que proporcionou espaço para argumentação, troca de perspectivas e confronto de ideias. Na sequência, os conteúdos das afirmativas foram explicitados, trazendo embasamento teórico e respondendo dúvidas ao longo do processo.

Nota-se que todas as frases provocaram debates entre o grupo e muitos adolescentes hesitaram antes de fazer uma escolha, o que demonstrou um prévio

desconhecimento sobre os assuntos trazidos. Um exemplo relevante foi a discussão em torno da existência de indígenas LGBTQIA+, especificamente indígenas gays. Essa questão suscitou um debate

entre os participantes, que expressaram diferentes opiniões sobre o tema, revelando tanto resistência quanto curiosidade em compreender a diversidade dentro das populações indígenas.

Outro momento significativo ocorreu quando os adolescentes mencionaram, em tom jocoso, Leandrinha Duarte, uma mulher trans com deficiência que atua como ativista e influenciadora digital. A referência feita de forma preconceituosa evidenciou a necessidade de abranger a discussão sobre padrões estéticos, capacitismo e a interseccionalidade nas próximas atividades. Contudo, observou-se que, após um breve diálogo mediado pelas estagiárias, os próprios participantes obtiveram a identificação de contradições em suas opiniões, revisitando suas perspectivas e demonstrando abertura para reconsiderar os temas apresentados.

Em seguida, realizou-se uma apresentação expositiva dialogada sobre o caráter histórico e socialmente produzido das ideias de gênero e sexo, trazendo como exemplo a incoerência de atribuir a identidade gay, própria de um contexto ocidental, a indígenas, mas a existência de dissidência de gênero no contexto indígena. Outros pontos abordados foram a questão homossexual na Grécia Antiga e a figura de Xica Manicongo - uma pessoa dissidente de gênero do período colonial. Além disso, foram utilizados vídeos didáticos, músicas e o instrumento “Biscoito Sexual”, que exploraram as definições conceituais de gênero, sexo e orientação sexual, promovendo a compreensão crítica desses termos a partir de uma perspectiva interseccional.

Ao final, realizou-se uma dinâmica com cartas do jogo “Diversidade sexual e de gênero: 100 cards informativos sobre gênero e sexualidade” (2021), do psicólogo Ramiro Figueiredo Catelan. Cada carta contém uma questão LGBTQIAPN+ e foi utilizada como recurso psicoeducativo sobre diversidade sexual e gênero.

Encontro 7: Relacionamentos afetivos-sexuais

O sétimo encontro teve como objetivo principal explorar as múltiplas configurações das relações afetivo-sexuais contemporâneas, transcendentais à heteronormatividade cisgênera, promover um debate crítico acerca dos padrões de gênero e das performances associadas, bem como problematizar a concepção de amor romântico e os dispositivos normativos que a sustentam. Durante o encontro, realizou-se a “Dinâmica do ‘Caça-Palavras’”, onde as pistas para a descoberta dos termos do caça-palavras consistem em suas definições conceituais, todas relacionadas à sexualidade. As palavras utilizadas foram: transsexual, bissexual, intersexo, gênero, orientação e sexo.

Os participantes foram orientados a discutirem entre si e, de forma coletiva, identificar as palavras ocultas. Em seguida, foram exibidas animações e músicas que retratam discursos de amor romântico para posterior debate.

Também foram apresentados os conceitos de dispositivo amoroso e materno, o que implica dizer que “mulheres se subjetivam em uma relação consigo mesmas mediadas pelo olhar de um homem que as escolha” (Zanella, 2022, p. 42). A autora também discute o conceito de “heterocentrismo”, entendido enquanto base para o dispositivo materno “ou seja, a forte pedagogia afetiva que meninas atravessam em seu processo de mulherificação: elas aprendem que devem sempre priorizar desejos, necessidades e anseios dos outros, em detrimento dos próprios” (Zanella, 2022, p. 52).

Em contrapartida, também foi trabalhada a ideia de dispositivo de eficácia: “o tornar-se homem, no processo de hombrificação, ensina aos meninos, por seu turno, o “egocentrismo”, isto é, a priorizarem seus próprios desejos, necessidades e anseios e, somente depois, pensarem nas necessidades dos demais” (Zanella, 2022, p. 52). Após a exposição conceitual, foi realizada a “Dinâmica da ‘Prateleira do Amor’”.

A atividade é de autoria das estagiárias e foi adaptada da ideia de prateleira do amor apresentada por Zanella (2022): “retratação dos diferentes “valores” que mulheres têm na prateleira do amor,

a depender de seus atributos físicos, mais ou menos distantes do ideal estético historicamente conformado em nosso país para elas (branco, magro e jovem)” (Zanello, 2022, p. 43). A atividade consistiu em apresentar a ilustração de uma prateleira com imagens de mulheres diversas (brancas, negras, jovens, idosas, magras, gordas, com e sem deficiência) e questionar quais daquelas mulheres são mais atraentes. A partir das respostas, que no geral foram esperadas, destacando as mulheres jovens, brancas, magras e sem deficiência, as estagiárias conduziram uma breve reflexão acerca desses valores estéticos.

Ao final, foi realizada a “Dinâmica ‘História romântica’”, onde solicitou-se aos participantes que redigissem, em conjunto, uma história romântica com base nas suas experiências prévias e expectativas amorosas, sendo considerado o amor romântico. De início, os adolescentes encontraram dificuldades para iniciar a história, de maneira que as estagiárias realizaram perguntas como “Quem será a personagem principal?” e “Como é o par romântico ideal dela?”.

Foi possível observar que os adolescentes, de forma não intencional, reproduziram os ideais de amor romântico que foram criticados e problematizados ao longo do encontro. Na narrativa construída durante a atividade, foi escolhida um casal heterossexual, sem menção à identidade de gênero (se eram cisgêneros), estruturando-se uma história em que o homem enfrentava um obstáculo para conquistar a mulher, em uma dinâmica típica de contos de fadas ou comédias românticas. Uma narrativa que culmina em um “final feliz” idealizado, com casamento, filhos e a noção de um “amor verdadeiro”.

Sendo assim, os adolescentes foram questionados sobre a recriação de uma narrativa tradicional de princesas e reagiram com agitação, especialmente as meninas. A reprodução de uma narrativa romântica tradicional na atividade final demonstrou como conceitos debatidos durante os encontros, como dispositivos amorosos, maternos e de eficácia, são historicamente construídos e intensamente internalizados no imaginário social. Tais conceitos são frequentemente reproduzidos de maneira inconsciente, mesmo em contextos em que são discutidos criticamente.

Encontro 8: Violência e consentimento

O oitavo encontro teve como foco central o conceito de violência e suas múltiplas classificações: física, psicológica, sexual, econômica, institucional, estrutural e cultural. Foram utilizados exemplos concretos que ilustrassem essas manifestações, como o surgimento de hematomas sem explicação, o uso de medo e culpa como estratégias de controle, a coerção para a realização de atividades sexuais e a discriminação em diferentes contextos. O objetivo principal da atividade foi capacitar os adolescentes a identificar situações de violência, promovendo tanto a proteção contra ações violentas de terceiros quanto a conscientização sobre a importância de não reproduzir comportamentos violentos.

Como recurso didático, foi empregada a “Dinâmica de ‘Situação Problema’”, na qual foram apresentados quatro casos fictícios que abordaram diferentes formas de violência. Entre eles, um caso de violência psicológica envolvendo a relação entre um adolescente e sua mãe, outro representando um casal sáfico, um terceiro explorando as expectativas e limites em uma relação de amizade, e um último abordando acordos em um relacionamento amoroso heterossexual.

Durante a exposição conceitual e a realização da dinâmica. Algumas questões levantadas pelos adolescentes abordaram perspectivas importantes, como “É violência quando um pai ou mãe faz algo com o filho?” e “Se eu penso em agredir alguém, isso é errado?”. As perguntas ao final do encontro também se direcionaram a forma de lidar com a violência.

Encontro 9: Padrões estéticos e autoimagem

O nono encontro teve como objetivo estimular uma análise crítica sobre autoimagem e autoestima entre os adolescentes. Realizou-se a “Dinâmica da Autoimagem”, onde cada participante escreveu em

um papel uma parte do corpo que aprecia e outra que gostaria de modificar e compartilhou com o grupo. Observou-se que “sorriso” e “olhos” foram mencionados majoritariamente como aspectos positivos, enquanto “cabelo” e “barriga” apareceram com frequência como aspectos que os participantes gostariam de mudar.

Durante a atividade, as estagiárias interviram com perguntas reflexivas, incentivando os adolescentes a analisarem como os padrões estéticos socialmente impostos influenciam suas percepções corporais e, conseqüentemente, sua autoestima. Nesse contexto, foi discutido o caráter histórico e cultural desses padrões, com ênfase na predominância de modelos estéticos ocidentais no Brasil. A reflexão incluiu tópicos como gordofobia, destacando a imposição social da valorização de corpos magros, e racismo, evidenciando como características fenotípicas de pessoas negras são frequentemente excluídas ou desvalorizadas nesses ideais de beleza.

Em seguida, foram apresentadas notícias de 2024 sobre padrões de beleza, como: “Influencer perde lábios e fica com rosto deformado após procedimento de harmonização dar errado”, “Influenciadora morre no DF após procedimento estético para aumentar glúteos” e “Cirurgião plástico acusado de matar paciente passa por primeira audiência”. A partir desses casos, os adolescentes foram incentivados a refletir sobre os riscos físicos, psicológicos e sociais envolvidos na busca por um corpo ideal, enfatizando como os padrões estéticos contemporâneos impõem renúncias desproporcionais e perigosas.

Um desafio enfrentado no encontro foi a ausência do projetor, comunicada pela preceptora e assistente social, no dia da atividade. Apesar dessa limitação de recursos, o encontro foi adaptado para um formato dialogado e colaborativo, sem comprometer a qualidade do conteúdo apresentado.

Por fim, as observações realizadas durante o encontro indicaram que muitos participantes demonstraram questões relacionadas à baixa autoestima, um fenômeno comum na adolescência, quando a construção da autoimagem assume papel central no desenvolvimento pessoal. Essa constatação reforça a importância de iniciativas educativas que promovam a desconstrução de padrões estéticos opressivos e estimulem a valorização da diversidade corporal e identitária.

Encontro 10: Sexualidade e mídia

O décimo encontro teve como objetivo problematizar as representações midiáticas de sexualidade e provocar um debate acerca dos papéis de gênero representados em séries adolescentes. Para isso, foram utilizados episódios das séries *Euphoria* (2019) e *Sex Education* (2019).

Os trechos transmitidos tratavam, respectivamente, de: violência e relacionamentos afetivo-sexuais; assédio sexual e consentimento; gênero e performance e IST e desinformação.

Os temas escolhidos foram pautados nas discussões de encontros anteriores. Durante a exibição dos trechos, os adolescentes participaram com comentários espontâneos derivados de uma reflexão crítica com relação aos tópicos apresentados.

De maneira geral, a escolha dos vídeos e séries se mostrou uma estratégia eficaz para conectar os adolescentes a temas complexos e promover reflexões críticas. A utilização de material audiovisual permitiu contextualizar os temas em situações concretas e próximas da realidade juvenil, contribuindo para o fortalecimento da compreensão dos conceitos discutidos ao longo do projeto.

Encontro 11: Encerramento e devolutiva

O décimo primeiro encontro teve como objetivo principal mapear o conhecimento adquirido pelos adolescentes ao longo do projeto, promovendo uma atividade coletiva de confecção de um mural sobre sexualidade. Além disso, buscou-se realizar uma avaliação geral dos encontros, obtendo feedback sobre o impacto das atividades e conteúdos desenvolvidos. Esse encerramento também

visou consolidar os aprendizados, reforçar a relação entre os participantes e as estagiárias, e valorizar as reflexões construídas ao longo do percurso.

Para a atividade central, foram criadas condições que priorizassem um ambiente acolhedor e participativo. A sala foi organizada com colchonetes dispostos em círculo no chão, enquanto materiais como cartazes, canetas coloridas, tesouras e colas foram posicionados no centro, à disposição do grupo. Uma caixa de som também foi utilizada, e solicitou-se aos adolescentes que sugerissem músicas para ouvir durante a atividade. Nota-se que, predominantemente, as escolhas musicais recaíram sobre o rap nacional, revelando uma convergência nos gostos musicais do grupo e fortalecendo o vínculo coletivo.

Iniciou-se a “Dinâmica ‘Mural da Sexualidade’”, onde os adolescentes foram orientados a preencherem cartões coloridos com o significado de sexualidade, baseando-se nos conteúdos previamente trabalhados ao longo dos encontros. Esses cartões seriam, então, colados em uma cartolina maior, na qual o grupo também deveria escrever o título “Sexualidade”. Inicialmente, observou-se uma leve resistência por parte dos participantes, que aparentavam desmotivação com a proposta de montar o cartaz. Entretanto, com o manuseio dos materiais coloridos, o interesse foi gradativamente despertado, e os adolescentes começaram a interagir de forma animada e a debater sobre a atividade.

Após a conclusão do mural, os participantes foram convidados a realizar uma avaliação sistemática dos encontros do projeto. Para isso, foram entregues cartões avaliativos personalizados, nos quais deveriam atribuir notas – de uma a cinco estrelas – a diferentes aspectos do projeto, incluindo: temas, dinâmicas, explicação, aprendizado e uma avaliação geral. Além disso, os cartões continham um espaço destinado a comentários abertos, no qual os adolescentes poderiam registrar mensagens ou observações direcionadas às estagiárias. Como parte do encerramento, o mural confeccionado foi fixado na sala do Projovem, simbolizando as reflexões e aprendizados construídos coletivamente ao longo do projeto. As estagiárias agradeceram aos participantes pela dedicação e engajamento, e cada adolescente recebeu um chocolate acompanhado de uma mensagem contendo a frase: “Use camisinha e se relacione com consentimento”. Essa ação final reforçou de maneira

simbólica os principais aprendizados sobre sexualidade abordados nos encontros, ao mesmo tempo que valorizou o esforço e a participação dos adolescentes.

Sendo assim, o encontro final revelou-se altamente satisfatório, tanto no aspecto metodológico quanto no vínculo grupal. A confecção do mural demonstrou que os adolescentes assimilaram de maneira significativa os conteúdos abordados ao longo do projeto. Os cartões preenchidos refletem uma compreensão aprofundada dos temas trabalhados, evidenciando que a abordagem pedagógica adotada foi eficaz.

Alguns dos cartões são: “Saber que não é não”; “Ter orgulho do que você é #PreconceitoAquiNÃO”; “IST são infecções sexualmente transmissíveis, como HIV, herpes e outros. Por isso é recomendado o uso de preservativos e o mais eficaz é a camisinha” e “O que descreve e abrange sexo, orientação sexual e gênero. Sexo: como a pessoa nasce. Orientação sexual: pessoas que você sente atração. Gênero: aquele que você se identifica”.

Além disso, as avaliações realizadas pelos adolescentes indicaram um retorno positivo em relação aos encontros, tanto na escolha dos temas quanto na condução das dinâmicas. Alguns exemplos são: “Obrigada por todos os aprendizados e explicações”; “Obrigada por dar conhecimento para todos”; e “Gostei muito de como vocês tiveram paciência com a gente. Se possível, voltem outras vezes”. Em suma, o encerramento proporcionou um momento de celebração e reconhecimento mútuo entre os adolescentes e as estagiárias, consolidando os vínculos estabelecidos ao longo do projeto e reafirmando a importância de iniciativas que promovam educação sexual crítica, participativa e emancipadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção como um todo pode ser considerada uma experiência muito positiva. Durante o programa foi possível abordar temas diversos concernentes à sexualidade em seus aspectos biopsicossociais de forma não-normativa e direcionada à emancipação dos participantes. Destaca-se também a formação de vínculos grupais e a possibilidade de construção de um espaço pedagógico comprometido com a realidade social e também atravessado pelos afetos.

Referências

- ALÓS, Anselmo Peres. Madame Satã e a encarnação do feminismo: impasses de um malandro travestido de vermelho. **Revista Gênero**, v. 8, n. 2, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p. 369-385. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30928>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- BORTOLOZZI, Ana Claudia, Sexualidade na infância: Manual para educadores/as. **Gradus Editora**, São Paulo, 2022.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. Brasília, 2022.
- BRASIL. **Saúde do Adolescente**: Competências e habilidades. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2008.
- BRITO, Lorena Medeiros Toscano de; SIQUEIRA, Mariana de. O backlash antidignidade menstrual no Executivo brasileiro: quando faltam dinheiro para comida, absorvente é artigo de luxo. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 40, e2411, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/YyXRMjk6vP7hBDQwm8P7fTq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2025.
- BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: Apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.] v. 29, n. 1, p. 49–56, 2018. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41/42. Acesso em: 02 jan. 2025.
- COLLING, Leandro; SILVA, Patricia Conceição; LOPES, Maycon; SANT'ANA, Tiago; SANCHES, Julio Cesar; GUEDES, Cintia; SANTOS, Matheus. Um panorama dos estudos sobre mídia, sexualidades e gêneros não normativos no Brasil. **Revista Gênero**, v. 12, n. 2, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 77-108. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31152>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- FURLANI, Jimena. Direitos humanos, direitos sexuais e pedagogia queer: o que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual? In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/Secad/Unesco, 2009. p. 293-323.
- FURLANI, Jimena. “O bicho vai pegar”: um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir do livro paradidático infantil. 2005. **Tese** (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. 4ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: Uma política pós-identitária para a Educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkt9BXvLXvTvHMr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jan. 2025.
- MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi.; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação sexual: Princípios para ação. **Doxa**, v. 15, n. 1, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ana-Claudia-Maia/publication/341262997_EDUCACAO_SEXUAL_PRINCIIOS_PARA_A_ACAO_Doxa_v15_n1/links/5eb60a43299bf1287f77decf/EDUCACAO-SEXUAL-PRINCIIOS-PARA-A-ACAO-Doxa-v15-n1.pdf. Acesso em: 02 jan. 2025.
- MARTIN-BARÒ, Ignacio. **Sistema, grupo y poder**. San Salvador: UCA editores, Capítulo 3: O grupo humano, 2004.

MENDES, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira. Adolescências na educação sexual emancipatória. In: BORTOLOZZI, Ana Cláudia. (org.). **Educação sexual com e para adolescentes**: Aspectos teóricos e práticos. Araraquara: Padu Aragon, 2020.

PERIM, Samyra Cardozo Santos; GRADELLA, Débora Barreto Teresa; SILVA, Isaque Alves Coimbra da; MANCINI, Karina Carvalho. Festa dos fluidos: dinâmica para o ensino de sexualidade/infecções sexualmente transmissíveis. In: VIII Encontro Nacional de Ensino da Biologia Online, Fortaleza, 2021. **Anais eletrônicos**. Campina Grande: Realize Editora, 2021, p. 4920-4930. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/74419>. Acesso em: 02 jan. 2025.

PRECIADO, Paul B. Money makes sex, ou a industrialização dos sexos. In: **Manifesto contrassexual**: Práticas subversivas de identidade sexual. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022, p. 125-146.

RODRIGUES, Leonardo Silveira; BRANCO, Gabriel Câmara; GELLIS, Andre. Paradigma da educação sexual: diálogos com a psicanálise. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 5, e11419, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/11419/9993>. Acesso em: 02 jan. 2025.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/hqknn4NtLrGpyGQMB8p7ByB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jan. 2025.

TILIO, Rafael de; HAINES, Larissa Ferreira. Vivência Intersexos: Identidade, Autopercepção, Designação Sexual e Seus Desdobramentos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/JSX6qspXf3rtQkBq8Nds9Lr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jan. 2025.

DESAFIOS E AVANÇOS NA ATENÇÃO EM SAÚDE À POPULAÇÃO LGBTQIAPN+: O PAPEL DA PSICOLOGIA NO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS TRANS

Davi Lucas München de Carvalho (Graduando do curso de psicologia, UNESP, e-mail: davi.lucas@unesp.br)
Mayane Romes de Andrade Pereira (Graduanda do curso de psicologia, UNESP, e-mail: mayane.romes@unesp.br)
Beatriz Villela Araújo (Graduanda do curso de psicologia, UNESP, e-mail: beatriz.v.arajo@unesp.br.)

RESUMO

Historicamente, a psicologia, enquanto ciência e profissão, baseou suas práticas em concepções biologizantes, patologizando corpos e vivências de pessoas consideradas desviantes ou marginalizadas socialmente. A população LGBTQIAPN+, em especial o público trans, pode ser enquadrada enquanto grupo estigmatizado e excluído. Muitos profissionais da saúde, inclusive psicólogas(os), reproduzem preconceitos e não estão preparados tecnicamente para lidar com demandas específicas deste público. Partindo da concepção de que tal desqualificação se constitui enquanto reflexo das lacunas na formação acadêmica da(o) psicóloga(o), este ensaio teórico teve por objetivo analisar materiais disponíveis no Brasil que possam instrumentalizar profissionais da Psicologia no que se refere ao atendimento em saúde com as pessoas trans. Para tanto, consultou-se normativas e documentos do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral LGBT e as referências técnicas de atuação do psicólogo. Concluiu-se que os documentos podem auxiliar a(o) psicóloga(o) no que tange o desenvolvimento de um trabalho ético e cuidadoso com o referido público, muito embora a efetivação prática de suas orientações ainda seja perpassada por entraves como a perpetuação institucional de discursos patologizantes na área da saúde.

Palavras-Chave: LGBTQIAPN+; Atuação do Psicólogo; Políticas Públicas; População Trans; Saúde sexual.

INTRODUÇÃO

A psicologia, enquanto ciência e prática profissional, historicamente tratou sob uma lógica excludente e patologizante corpos LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Trans, Queer, Intersexuais, Assexuais, Panssexuais, Não-binários e mais), que, sistematicamente, foram inscritos em manuais psiquiátricos e de doenças na área da saúde (Fuchs *et. al.*, 2020). Hoje, embora inúmeros avanços tenham sido conquistados, o discurso hegemônico da psicologia permanece pautado por uma lógica cisheteronormativa, cujo pressuposto é a naturalização do elo entre determinado genital, sexo, gênero e orientação sexual (Mattos; Cidade, 2016).

Assim, tradicionalmente convocada para a análise, classificação e descrição de corpos, experiências e relações de gênero/sexo (Mattos; Cidade, 2016), a psicologia tem ainda contribuído para a concretização e para a perpetuação dos processos de exclusão, apagamento e estigmatização de pessoas LGBTQIAPN+. No Brasil, pode-se mencionar a ocorrência das “terapias de conversão” ou “reorientação sexual” (Garcia; Mattos, 2019), comumente conhecidas como “cura gay”. Embora tais práticas sejam vedadas pela Resolução 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1999) tem-se notícia de sua realização de maneira clandestina, financiadas especialmente por grupos religiosos.

Além disso, não é incomum encontrarmos profissionais despreparados para o trabalho com o referido grupo, cuja realidade exige um olhar atento às suas particularidades. Segundo Paranhos, Willerding e Lapolli (2021), esse fato em muito se deve às lacunas presentes nos processos de formação e capacitação dos profissionais da área da saúde, pouco voltados ao atendimento específico do público LGBTQIAPN+.

Materiais instrutivos têm sugerido princípios e orientações para oferta de atendimento mais qualificados e efetivos para a população LGBTQIAPN+. A elaboração de tais documentos demonstra esforço em prol da superação dos paradigmas biologicistas e essencialistas quanto à sexualidade, visando compreendê-la como social e historicamente construída (Netto; Rasera, 2024).

As supracitadas iniciativas adquirem especial relevância também como formas de combate à LGBTfobia. Conforme sintetizam Rozario e Mayorga (2022), a LGBTfobia é um termo que designa a aversão, o desprestígio e a intolerância à população LGBTQIAPN+, consequências diretas das práticas e valores cisheteronormativos. Assim sendo, pode-se dizer que os projetos se consolidam enquanto uma forma de resistência sociopolítica, institucional e de mobilização dos movimentos sociais LGBTQIAPN+ (Rozario; Mayorga, 2022).

Valendo-se disso, o objetivo deste ensaio teórico é apresentar uma análise de documentos disponíveis no Brasil que podem instrumentalizar profissionais da Psicologia no que se refere ao atendimento em saúde com as pessoas trans, considerando as suas demandas e necessidades específicas.

Para tanto, serão analisadas criticamente diferentes documentos: as principais políticas nacionais (programas, projetos de lei, ações e iniciativas), as referências técnicas, cartilhas e normativas basilares que norteiam a prática profissional da(o) psicóloga(o) e as iniciativas e estratégias gerais recentes de combate à LGBTfobia.

Serão, ademais, retomados os marcos históricos fundamentais referentes às conquistas políticas, civis e sociais da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil, enfatizando a população transexual e travesti. Dessa forma, visa-se fornecer um material que possa orientar quanto à prática profissional ética e sensível da(o) psicóloga(o) frente às diversidades de gênero e identidades dissidentes.

CONQUISTAS POLÍTICAS, CIVIS E SOCIAIS DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+ BRASILEIRA

Para a exposição das normativas e direitos conquistados pela população LGBTQIAPN+, faz-se essencial retomar os Princípios de Yogyakarta, elaborados por 29 especialistas dos direitos humanos de 25 países. O documento, que versa sobre a aplicação de uma legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e à identidade de gênero, foi apresentado em 2007 em Genebra, no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

O intuito era introduzi-lo no sistema das Nações Unidas - contudo, não houve sua aprovação. Apesar do documento não constituir um marco legal formal, diversos países como a Alemanha, o Brasil, o Equador, os Países Baixos e o Uruguai utilizam suas orientações como modelo de aplicação e de defesa dos direitos humanos (Alamino; Vecchio, 2018).

Os princípios, conforme explicita o documento, têm o objetivo de ressaltar e implementar direitos fundamentais a todos os indivíduos, mas se especifica à população LGBTQIAPN+, que enfrenta diversas e profundas violações como maus-tratos, invasão de privacidade, agressões verbais, físicas e sexuais, entre outras (Princípios, 2007).

Cabe esclarecer que a compreensão do documento supracitado acerca de orientação sexual se refere à capacidade de ter uma atração ou relação emocional, afetiva ou sexual por pessoas de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero. Enquanto a de identidade de gênero refere-se à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, incluindo o senso pessoal do corpo e outras expressões de gênero, podendo ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento (Princípios, 2007).

Em 2017, foram divulgados os Princípios de Yogyakarta+10, documento oficialmente nomeado “Adicionais e Obrigações do Estado sobre a Aplicação do direito Internacional dos Direitos Humanos

em relação à Orientação Sexual, Expressão de Gênero e Características sexuais”. Esse documento revela, além da substituição do termo “identidade” por “expressão de gênero”, a atualização e o acréscimo de nove princípios.

O documento versa sobre a população LGBTQIAPN+ de maneira ampla. Contudo, algumas das identidades integrantes da sigla foram negligenciadas, como é o caso das pessoas intersexo. Desse modo, torna-se importante salientar que, dentre os trinta e oito princípios apresentados pelo documento, a interssexualidade é mencionada apenas brevemente. Dentre os princípios que podem ser relacionados às pautas do ativismo intersexo, cita-se: o 2, que reafirma o direito à igualdade e à não discriminação; o 6, que garante o direito à privacidade, ou seja, que inclui a opção do indivíduo de revelar ou não informações pessoais relacionadas à sua orientação sexual, identidade de gênero ou, até mesmo, a decisões e escolhas pertinentes ao seu próprio corpo; e o 18, que versa sobre a proteção contra abusos médicos e reafirma que a orientação sexual e a identidade de gênero não são doenças médicas, de forma que nenhuma pessoa deve ser coagida a se submeter a qualquer procedimento ou tratamento (Princípios, 2007).

Além desses, também merecem destaque, no documento atualizado, o princípio 31, que discute o direito ao reconhecimento jurídico e ressalta a dispensabilidade das exigências de demarcações de sexo ou gênero nos registros civis, bem como o direito de alterar qualquer informação a respeito do seu gênero nos documentos; o 32, que debate quanto ao direito à integridade física e mental e assegura que procedimentos, intervenções e alterações corporais devem ser realizadas a partir do pleno consentimento do indivíduo e, por fim; o 37, que destaca o direito à verdade, de forma a explicitar que todas as vítimas de violações relacionadas aos direitos sexuais e de gênero têm o direito a investigações e reparações (Princípios, 2017).

Nesse sentido, ainda no que diz respeito à pauta do ativismo intersexo, torna-se evidente que há um retrocesso acerca dos direitos dessas pessoas, que estão incluídas na sigla mas não possuem legislações específicas no Brasil para as suas demandas, constantemente violadas. Um exemplo disso é a Resolução nº 1.664/2003 do Conselho Federal Medicina (CFM, 2003), que regula as intervenções nos corpos das crianças intersexo, ao criar um imperativo de urgência biológica e social para justificar procedimentos precoces, de modo a impedir que as pessoas intersexo possam tomar decisões sobre seus próprios corpos (Leivas *et al.*, 2023). Essa norma estabelece a necessidade de participação e aprovação dos responsáveis, porém, essa questão se revela problemática. Conforme abordado nos “Princípios de Yogyakarta”, qualquer intervenção deve ser realizada apenas quando a própria pessoa atingir a idade e a maturidade suficientes para consentir, sem a interferência de terceiros.

Em contraste à falta de visibilidade da pauta intersexo, diversas conquistas de direitos para a população LGBTQIAPN+ foram alcançadas no Brasil. Muitas dessas vitórias se basearam nos Princípios de Yogyakarta, os quais, conforme mencionado, têm sido reconhecidos pelas diferentes esferas governamentais brasileiras. Nesse contexto, a título de informação, algumas das referidas conquistas foram organizadas e apresentadas a seguir.

Em 2004, o Projeto “Brasil sem homofobia - Programa de Combate à violência e a Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual” foi implementado no Brasil (Brasil, 2004). Em 2009, foi permitida a utilização do nome social nos registros do sistema público de saúde como evidenciado na Portaria nº 1.820 (Brasil, 2009). Após 3 anos, em 2011, ocorreu o reconhecimento de União estáveis para casais homossexuais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de modo que essa união foi reconhecida como um núcleo familiar (Haidar, 2011). Nesse mesmo ano, foi instituída no SUS a Política Nacional de Saúde Integral de LGBTQ+ (Brasil, 2011).

Outro marco para a população em questão foi a determinação do registro em cartório de casamento civil ou união estável de casais LGBTQ+ pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (Brasil, 2013b). Em

2016, há o reconhecimento do nome social com reprovação de termos pejorativos e preconceituosos em qualquer âmbito da administração federal a partir do Decreto Presidencial nº 8.727 (Brasil, 2016).

No âmbito da educação, em 2017 o Conselho Nacional de Educação (CNE) normatiza sobre uso do nome social na educação básica pelo CNE/CP nº 14/2017 (Brasil, 2024c). Um ano depois, em 2018, é aprovado o uso do nome social nos registros escolares, sendo que para menores de idade há a exigência da solicitação ser realizada pelos representantes legais, conforme a resolução CNE/CP nº 1/2018 (Brasil, 2024c). Esse reconhecimento legal cresceu também com a decisão do STF de permitir a alteração de pronome e gênero dos documentos em cartório, sem exigência de laudos ou prescrições médicas, o que ocorreu também em 2018 (Brasil, 2018b).

Ademais, pode-se acrescentar a incorporação de mulheres trans e travestis sob as diretrizes da Lei Maria da Penha (Paula Junior; Sales, 2023) e a Homofobia e Transfobia serem igualadas ao crime de racismo por decisão do STF no art. 20 da Lei nº 7.716/1989 em 2019 (Brasil, 2019). Além disso, em 2020, também tiveram diversos avanços como as recomendações aos departamentos penitenciários no combate à discriminação a respeito da orientação sexual ou da identidade de gênero, assegurando a segurança ao corpo e à integridade mental dessas pessoas, bem como a continuidade do tratamento hormonal e utilização de vestimentas e acessórios de acordo com sua expressão de gênero como previsto na Resolução CNJ nº 348/2020 (Brasil, 2023). No mesmo ano, ocorreu a organização da Associação Brasileira Intersexo (ABRAI), que se tornou muito importante para a luta dos direitos de pessoas intersexo, visto que não há proteção jurídica ou demandas reconhecidas (CFP, 2023), e a anulação da restrição da doação de sangue da população LGBTQ+ pelo STF (Júnior, 2020). Assim, todos esses marcos refletem os progressos dos direitos da população LGBTQIAPN+.

A partir disso, observa-se que a construção de políticas públicas voltadas para a saúde da população LGBTQIAPN+ não só se consolidou, mas também ganhou um caráter cada vez mais inclusivo e abrangente. Esse processo se estabeleceu com a criação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT), a qual teve início em 2003, durante a 12ª Conferência Nacional de Saúde, quando o SUS passou a incorporar de forma mais consistente os direitos da população LGBTQIAPN+ em sua agenda. Esse movimento ganhou maior destaque na 13ª Conferência, em 2007, com a inclusão da orientação sexual e da identidade de gênero na análise das condições sociais que afetam a saúde (Brasil, 2013a).

Em 2008, a realização da I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, promovida pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, gerou uma grande mobilização entre o governo e a sociedade civil. Esse processo culminou, posteriormente, na oficialização do direito ao uso do nome social nos registros do sistema público de saúde.

Posteriormente, em 2011, foi elaborada a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT, consolidando avanços significativos nesse campo. Em 2013, o Conselho Nacional de Saúde aprovou oficialmente essa política, reforçando o compromisso do Ministério da Saúde com a inclusão e a proteção dos direitos dessa população.

Tal política é um marco histórico e essencial para o reconhecimento das necessidades de saúde da população LGBTQIAPN+ no Brasil, uma vez que visa garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde e combater a discriminação por gênero, orientação sexual ou identidade de gênero, alinhada à Constituição Federal de 1989 e à Carta de Usuários do SUS (Brasil, 2013a). Sua implementação envolve o compromisso dos governos e da sociedade civil, visando a inclusão e a melhoria do atendimento nos serviços de saúde.

Até o momento, discutiu-se os marcos mais relevantes no que tange à população LGBTQIAPN+ em geral. No que diz respeito especificamente à população trans, alguns apontamentos devem ser realizados. Em uma retomada histórica, desde o início dos anos 1980, o governo brasileiro apoiou

o movimento da população homossexual masculina na prevenção do HIV/Aids. Nesse contexto, na década de 1990, o movimento pelos direitos da população LGBT ganhou força - com destaque para a atuação das travestis, como a Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (Astral), que pressionaram o governo pela inclusão de suas demandas específicas e participaram ativamente das campanhas de prevenção da doença (Brasil, 2013a). Nesse período, a luta pelos direitos das pessoas trans ampliaram o escopo do movimento.

A partir disso, em 2008, foi incorporado o *processo transexualizador* pelo SUS, o que demonstrou um grande avanço da política pública de saúde, por reconhecer as transformações corporais, visando a afirmação de gênero, como uma necessidade de saúde e incorporou procedimentos para atender essa demanda na tabela do SUS, como: cirurgia para retirada do Pomo de Adão, para alongamento das cordas vocais e cirurgias de neocolpovulvoplastia (Rocon et al., 2018). Essas medidas atendem principalmente às demandas de mulheres trans.

Então, em 2010, com a resolução do CFM 1.955 as cirurgias sobre gônadas e caracteres secundários para homens trans foram autorizadas (Brasil, 2024b). A Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013 (Brasil, 2013c), ampliou os procedimentos disponíveis pelo SUS, adicionando: mastectomia, histerectomia, garantindo a inclusão de homens trans e travestis. Essa diferença temporal para incluir técnicas para o processo de transição dos homens trans foi justificada pelo caráter experimental das cirurgias, porém, esses procedimentos já estavam disponíveis para outras populações no SUS (Rocon et al., 2018).

Nesse contexto, outras alterações foram implementadas, como, por exemplo, em 2019, a Resolução 2.265 do CFM, que autorizou o bloqueio hormonal, as cirurgias a partir de 18 anos e anulou o caráter experimental da metoidioplastia, procedimento este que foi incluído em 2022 na Portaria GM/MS 4.700/2022 (Brasil, 2024b), a qual “Inclui e altera procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e

Materiais Especiais do SUS” (Brasil, 2022, p.1). Salienta-se que a nova Portaria GM/MS nº 3.006 de 2024 incluiu a neofaloplastia em homens trans na tabela do SUS (Brasil, 2024a).

Acerca da realidade do funcionamento de tal *processo transexualizador*, pode-se somar outra problemática: a incorporação parcial ou tardia desse processo por diversos estados, o que acarreta em desafios para a Política Nacional de Saúde Integral LGBT+. Ainda, há outras dificuldades enfrentadas por toda a população usuária do SUS, como a escassez de materiais e profissionais especializados, a superlotação, a judicialização para conseguir os atendimentos e a demora de todo esse processo (Jesus et al., 2023).

Dessa forma, apesar das conquistas da população LGBTQIAPN+ e da inclusão de uma política de saúde focada nesse público, pode-se visualizar na realidade “um quadro de produção de adoecimento entre as pessoas trans, marcado por uso de hormônios sem acompanhamento médico, adoecimento mental, complicações em aplicações corporais de silicone industrial e automutilações das genitálias” (Rocon et al., 2018, p.45).

Nessa perspectiva, sobre os entraves do acesso ao SUS, especialmente por parte das pessoas trans, criou-se o Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans (PAES - PopTrans), o qual possui objetivo de ampliar e especializar as ações e serviços, articulado com as demais políticas e esferas da saúde, para essa população. Nesse programa, estima-se que, em 2025, 36 serviços ambulatoriais e 23 serviços cirúrgicos sejam oferecidos, além de um planejamento de que esse número triplique até 2028 (Brasil, 2024b).

Em conclusão, embora o SUS tenha promovido avanços significativos na inclusão das demandas da população LGBTQIAPN+ -especialmente no que se refere à implementação do *processo transexualizador* e à incorporação de procedimentos específicos para pessoas trans - ainda persistem desafios

substanciais (CFP, 2023). Essas dificuldades ressaltam a necessidade de uma maior efetividade na execução das políticas públicas, para garantir que a proteção da saúde e dos direitos dessa população seja plena e acessível em todo o território nacional, como é o objetivo do PAES - PopTrans.

A partir das medidas voltadas à ampliação do acesso da população LGBTQIAPN+ aos serviços de saúde, pode-se concluir que os programas e normativas do Ministério da Saúde visam garantir a igualdade de direitos, incluindo o acesso ao SUS. No entanto, a implementação desses programas possui diversos entraves. A especialização dos profissionais na temática, por exemplo, é um fator crucial para a efetividade dessas políticas, porém, ainda se enfrenta a realidade de dificuldades relacionadas ao preconceito, à discriminação e à ausência de um trabalho educativo adequado sobre a diversidade de gênero e orientação sexual com os trabalhadores da área da saúde.

INDICATIVOS PARA A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO FRENTE À POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

Além dos marcos políticos de conquistas de direitos da comunidade LGBTQIAPN+, de maneira mais ampla dentro das políticas públicas de saúde, é importante também uma análise mais específica quanto a atuação do profissional de Psicologia com essa população. Para isso, aqui serão revisitados marcos normativos conquistados pela população LGBTQIAPN+ dentro da Psicologia, e também as orientações técnicas divulgadas pelo Conselho Federal de Psicologia (2023).

Em 1999, é publicada a Resolução 01/1999 do CFP: a primeira medida direta sobre como profissionais da psicologia devem se posicionar diante da diversidade sexual (CFP, 1999). A Resolução começa a ser desenvolvida após denúncias feitas pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) de práticas de terapia que prometiam a conversão do desejo sexual (Cassal; Bello; Bicalho, 2019). Precedida por debates convocados pelos conselhos, e com um amplo consenso da categoria profissional, a medida afirmou o caráter histórico e social da construção da sexualidade e proibiu a patologização da homossexualidade - seja na atividade clínica, ou na participação em serviços e eventos que promovessem “terapias de conversão” (Aragusuku; Lara, 2019, p.10).

Tal resolução considera: 1) que o psicólogo é um profissional da saúde; 2) que - independentemente da área que esteja atuando - o psicólogo é interpelado por questões relativas à sexualidade; 3) que a forma como cada indivíduo vive sua sexualidade faz parte de sua identidade (e deve ser entendida em sua totalidade); 4) que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão; 5) que há na sociedade uma inquietação quanto às práticas sexuais desviantes em relação à norma estabelecida sócio-culturalmente; e, por fim, 6) que a psicologia deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento de questões relativas à sexualidade, assim permitindo a superação de preconceitos e discriminações (Conselho Federal de Psicologia, 1999).

Esta resolução foi a mais atacada do Sistema de Conselhos de Psicologia nas últimas décadas, em diferentes instâncias. Em 2010, um mandado de segurança foi interposto no âmbito do processo nº 024170-41.2009.4.01.3400, alegando inconstitucionalidade da Resolução 01/1999. Ainda em 2011, o Projeto de Decreto Legislativo 234 e também a Ação Civil Pública nº 0018794-17.2011.4.02.5101, afirmavam que o CFP havia extrapolado o poder regulamentar com a Resolução (Cassal; Bello; Bicalho, 2019).

Os principais ataques à medida partiram de grupos e sujeitos vinculados a um conservadorismo cristão, rearticulado nas disputas políticas do país. Tais grupos conservadores seguem presentes na política do Brasil, e, também, dentro da psicologia persistem os casos de psicólogos que desrespeitam a ética da profissão e desacatam a Resolução 01/1999.

Aragusuku e Lara (2019) destacam o caso de cassação de Marisa Lobo, que ocorreu de 2014 a 2017 e tomou proporção nacional. O processo emergiu a partir das declarações da psicóloga em audiências públicas no Congresso Nacional acerca de tratamento para a homossexualidade de pacientes, além da exposição do caso que a psicóloga promoveu. Ainda em 2017, o CFP emite um comunicado, esclarecendo: “de acordo com a resolução CFP 13/2007, o Conselho Federal de Psicologia reconhece apenas uma Psicologia, que se constitui por 12 especialidades, técnica e cientificamente validadas. “Psicologia Cristã” não é uma delas.” (CFP, 2007).

Esse caso foi amplamente discutido e noticiado por diferentes veículos de imprensa, comentado em redes sociais e discutido em comentários e no sistema judiciário - entretanto, não é o único, sendo comum encontrar perfis em redes sociais auto-descritos com palavras-chave como “Psicologia Cristã” ou “Psicólogo(a) Cristão(a)” dentro de ferramentas de pesquisa virtual.

Nas Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para a População LGBTQIA+ (CFP, 2023), o tema do fundamentalismo religioso que invade a profissão também é abordado:

Na Psicologia, infelizmente, os argumentos lançados pelos fundamentalistas acabam orientando algumas práticas que são marcadas como expressões do racismo religioso e colonial e conversão heterossexual do que vem sendo chamado de “cura gay” (CFP, 2023, p.32)

Percebe-se, portanto, que apesar da publicação do comunicado a respeito da “Psicologia Cristã”, e também da Nota Técnica posterior (CFP, 2013) – que esclarece que a Psicologia deve ter seus conhecimentos fundamentados na laicidade da ciência e não nos conhecimentos dogmáticos da religião – permanecem os grupos conservadores infiltrados dentro da Psicologia, desrespeitando de diversas formas a ética da profissão.

É necessário, portanto, reafirmar que o Estado deve permanecer laico, para assegurar a liberdade religiosa e a diversidade de credo de sua população. A reflexão acerca da laicidade no exercício profissional é necessária, dado o compromisso dos Profissionais de Psicologia com o Código de Ética, com a democracia e com os direitos humanos (Lionço, 2017).

Em continuidade, a necessidade de uma referência técnica específica para o público LGBTQIAPN+ começa a ser discutida pelo Sistema de Conselhos em 2004, a partir da criação do programa Brasil sem Homofobia e com a construção de centros de apoio à população LGBTQIAPN+ pelo governo. A publicação aqui utilizada, intitulada “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para a população LGBTQIAPN+” e iniciada em 2010, possui quatro eixos: 1) Dimensão ético-política da atuação de psicólogos com pessoas LGBTQIAPN+; 2) Psicologia, Sexualidade e Gênero, com diretrizes ético-políticas despatologizantes; 3) A atuação de psicólogos nos serviços voltados à população LGBTQIAPN+; e 4) Gestão do trabalho em serviços direcionados à população LGBTQIAPN+, com foco na educação continuada e enfrentamento das violências (CFP, 2023).

Assim, ainda de acordo com o CFP (2023), a Psicologia brasileira, como profissão regulamentada, tem compromissos ético-políticos com a legislação e com as demandas sociais por garantias de direitos. A construção de diretrizes éticas e técnicas deve ocorrer em diálogo com profissionais da área, mas também com as normativas democráticas nacionais e internacionais. A consolidação da democracia envolve a criação de políticas públicas para atender diferentes segmentos sociais, incluindo políticas afirmativas que buscam equidade. Dessa forma, a Psicologia assume a responsabilidade de dialogar com a diversidade, incluindo questões relativas à população LGBTQIA+ (mesmo que possam entrar em conflito com valores morais hegemônicos).

Destaca-se que o Código de Ética da profissão defende a democracia e os direitos humanos, orientando o exercício da profissão diante de desafios éticos, técnicos e morais, e, nesse documento,

discorre especialmente em relação às tensões entre a moralidade cisheteronormativa e as demandas sociais (CFP, 2023).

Enquanto referência para a luta por um tratamento justo e igualitário para a população LGBTQIAPN+, é importante citar novamente os Princípios de Yogyakarta como uma das referências mais amplamente utilizadas pelo CFP para a elaboração de suas referências técnicas. Outro instrumento normativo internacional utilizado na elaboração do documento é a declaração publicada em 2013 na Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância - declaração essa da qual o Brasil é signatário. Essa convenção, realizada pela Organização dos Estados Americanos (2013) em Antigua, Guatemala, estabelece medidas de proteção contra a discriminação:

A discriminação pode basear-se em nacionalidade, idade, sexo, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idioma, religião, identidade cultural, opinião política ou de outra natureza, origem social, posição socioeconômica, nível educacional, condição de migrante, refugiado, repatriado, apátrida ou deslocado interno, deficiência, característica genética, estado de saúde física ou mental, inclusive infectocontagioso, e condição psíquica incapacitante, ou qualquer outra condição (Organização dos Estados Americanos, p. 3, 2013)

Em relação às pessoas intersexo, conforme já esclarecido anteriormente, os Princípios de Yogyakarta pouco discorrem acerca dos direitos e especificidades dessa população. Dessa forma, a Declaração de San José (2018) - resultado da Primeira Conferência Regional Intersex que ocorreu na Costa Rica - indica ações de proteção, cuidado e garantia de direitos voltadas a pessoas Intersexo dentro do contexto latino-americano (CFP, 2023).

Quase 20 anos após a Resolução nº 01/1999 do CFP, em 2018 é publicada a Resolução nº 01/2018: a qual estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação a pessoas transexuais e travestis. Nela, é afirmada a legitimidade da autodeterminação das identidades de pessoas transexuais e travestis e a proibição da patologização de identidades trans por profissionais da psicologia, bem como de terapias de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidade de gênero (CFP, 2018). Para Lionço (2018), essa resolução:

(...) apresenta-se como importante instrumento normativo de recusa à transfobia, deslocando epistemologicamente a problemática do sofrimento das pessoas travestis e transexuais do registro individual (sofrimento intrapsíquico) para o registro do laço social (a transfobia como motor do sofrimento por meio dos efeitos do preconceito na deterioração dos vínculos sociais e institucionais) (Lionço, 2018, p. 1).

O salto de duas décadas entre a Resolução 01/1999 e a Resolução 01/2018 pode ser considerado reflexo direto das transformações sociais ocorridas ao longo desse período. Se a homossexualidade foi retirada da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID) pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no ano de 1990, apenas em 2018 a OMS toma a decisão de retirar o chamado “transtorno de identidade sexual” ou “transtorno de identidade de gênero” do CID-11 (Brasil, 2018a). A oficialização da normativa se deu em 2019 e entrou em vigor apenas a partir de 2022. Entretanto, a transgeneridade ainda está no CID, classificada como “incongruência de gênero”, mas agora em outra categoria: a das condições relativas à saúde sexual (Brasil, 2018a).

Segundo a própria Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018), embora a transexualidade não seja considerada uma patologia, os cuidados à saúde dessa população podem ser melhor atendidos se estiverem dentro do CID (Brasil, 2018a). Sendo assim, a manutenção da “incongruência de gênero” no CID 11 se dá sob o argumento de colaborar com a redução da estigmatização e do preconceito, mas visando garantir os cuidados e o acompanhamento médico para pessoas trans (Brasil, 2018a).

Quanto aos acessos garantidos à população trans no SUS, a Portaria nº2.803/2013 define as diretrizes:

I - Integralidade da atenção a transsexuais e travestis, não restringindo ou centralizando a meta terapêutica às cirurgias de transgenitalização e demais intervenções somáticas;

II - trabalho em equipe interdisciplinar e multiprofissional;

III - integração com as ações e serviços em atendimento ao Processo Transsexualizador, tendo como porta de entrada a Atenção Básica em saúde, incluindo-se acolhimento e humanização do atendimento livre de discriminação, por meio da sensibilização dos trabalhadores e demais usuários e usuárias da unidade de saúde para o respeito às diferenças e à dignidade humana, em todos os níveis de atenção (Brasil, 2013c, grifo nosso, p.1).

Cabe aqui ressaltar que o termo *processo transsexualizador*, utilizado pelo Ministério da Saúde ao se referir às cirurgias de afirmação de gênero realizadas por pessoas trans, pode ser visto como desatualizado - visto a distância de 12 anos da Portaria aos dias atuais. A transição de gênero não está diretamente ligada ao uso de hormônios ou à realização de cirurgias, embora essas ações sejam utilizadas de forma ampla por pessoas trans como forma de (re)afirmação de gênero.

Afinal, também são diversos os procedimentos estéticos cirurgicos, não-cirurgicos e hormonais utilizados por pessoas cisgênero visando também a afirmação de gênero. Próteses de silicone, lipoaspiração e lipoesculturas, harmonização facial, depilação a laser, uso de vasodilatadores para estímulo do crescimento de pelos corporais e da barba, uso de hormônios como esteroides anabolizantes ou reposição hormonal para adultos com déficit de produção natural, hormônios para perda de peso. Todos os procedimentos citados acima são procedimentos de afirmação de gênero para pessoas trans, mas também amplamente utilizados por pessoas cis. Logo, cabe questionar: seriam os seus motivos assim tão diferentes?

Embora a resolução nº 2.265/2019 do CFM represente avanços em relação à despatologização das identidades trans - em especial dada à influência do saber biomédico dentro da Psicologia - pessoas trans ainda não possuem o mesmo nível de autonomia de pessoas cis em relação a seus corpos. Dentro das Normas Informativas e Compartilhadas em Cirurgia Plástica (CFM, 2011) não há especificações sobre acompanhamento psicológico, laudos ou demais documentos emitidos por profissionais psi para atestar o consentimento do paciente - visto que essas normativas são pensadas para um sujeito universal que não contempla identidades trans. As identidades trans, por sua vez, são contempladas à parte.

A necessidade de documentos que comprovem o consentimento da pessoa trans para a realização de cirurgias, e a não necessidade para pessoas cis, pode ser entendida como uma forma de patologização das identidades trans que ainda permanece nas entrelinhas. Não deixando de ressaltar, ainda, a importância do acompanhamento psicológico em todos os períodos da transição, dadas as mudanças que se dão ao longo de todo o processo - incluindo, ou não, cirurgias e procedimentos hormonais - desde o momento do surgimento do sentimento de inconformidade com o gênero designado ao nascer. Assim, o que se questiona aqui, é a diferença entre a forma como procedimentos realizados em corpos cis são encarados quando em comparação com a realização em corpos trans.

POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE E INICIATIVAS DE PROMOÇÃO À ATENÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

A respeito da atenção em saúde à população trans, são escassos os serviços de saúde voltados à essa demanda no Brasil. Ainda em 2022, apenas cinco hospitais realizavam cirurgias de redesignação sexual no Brasil (Thomazi; Avila; Teixeira, 2022). Entretanto, modificações corporais não são a única demanda de saúde de pessoas trans - assim, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI LGBT), pauta-se na construção de mais equidade no SUS, e é um marco no reconhecimento das demandas, direitos e condições de vulnerabilidade dessa população.

Dessa forma, os ambulatorios são parte de políticas públicas de saúde para pessoas LGBTQIAPN+ - visando o acesso à informação e equidade na oferta de ações e serviços de saúde (Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, 2024). No caso da cidade de São Paulo, a Rede Sampa Trans conta com 43 unidades de saúde especializadas em todas as regiões do município. Mas a distribuição de unidades especializadas como essas não se dá de forma igual em todo território nacional, há escassez e falta de centralização das informações que dizem respeito à saúde LGBTQIAPN+ no SUS - sendo encontradas em sua maioria nas páginas próprias das unidades ou em portais de notícias.

Fora dos ambulatorios, a falta de informação entre os profissionais do SUS segue sendo um grande obstáculo para a atenção integral às pessoas trans. O desconhecimento a respeito do direito à atenção de pessoas trans dentro do Sistema Único de Saúde segue sendo comum, e retira de pessoas trans a possibilidade de acompanhamento gratuito quando serviços especializados não estão disponíveis por perto.

Com o Provimento nº 73 de 28 de junho de 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em concordância com o Princípio III dos Princípios de Yogyakarta, se tornou viável a alteração de nome e gênero de pessoas trans em seus documentos (fora de processo judicial). Um grande avanço na garantia do reconhecimento legal da identidade de gênero autodefinida pelas pessoas trans. Embora atualmente o processo seja menos burocrático, ainda existem custos envolvidos no processo.

Sobre o direito de retificação do nome e/ou do gênero em documentos oficiais, o coletivo PoupaTrans, por exemplo, elabora guias completos indicando quais são e como conseguir os documentos necessários para iniciar o processo no cartório. No site pode-se encontrar, além das cartilhas e tutoriais, uma sessão de dúvidas frequentes. O coletivo é uma iniciativa de três mulheres trans que surgiu no SESC 24 de Maio entre 2019 e 2020 - começou com as instruções para a retificação no estado de São Paulo, e atualmente se expandiu para a Bahia, Mato Grosso, Pará e Santa Catarina. Assim, o coletivo busca, por meio da divulgação de informações, facilitar e ampliar o acesso ao direito já conquistado nos meios legais.

Também foi desenvolvida uma cartilha, em parceria com a Casa 1, para auxiliar na burocracia após a retificação da certidão de nascimento (nos demais documentos que podem ser atualizados). A Casa 1, por sua vez, é um projeto da sociedade civil: uma República de Acolhida, um Centro Cultural e uma Clínica Social para a comunidade LGBTQIAPN+. O projeto começou em 2017 a partir de um financiamento coletivo como uma República de Acolhida, já tendo acolhido mais de 380 jovens do Brasil inteiro. Distribui, ademais, itens de primeira necessidade a mais de 3500 pessoas todos os meses, e em 2022 distribuiu mais de 4550 absorventes para pessoas que menstruam.

A Clínica Social do projeto conta com cerca de 60 profissionais-que passam por, além de um processo de seleção, formação continuada para o atendimento de populações vulneráveis (especialmente pessoas LGBTQIAPN+ e pretas) - e os serviços são ofertados de forma gratuita ou por valor social. A clínica também conta com atuação em pesquisa, produção de saberes e projetos formativos. Por fim, enquanto Centro Cultural, a Casa 1 já promoveu mais de 750 atividades entre aulas, cursos, workshops e atividades formativas.

A Casa 1 é um dos exemplos mais conhecidos de casas de acolhimento, e é localizada no Bairro do Bixiga, em São Paulo, mas vale ressaltar outras iniciativas em outras localidades do Brasil, como: Casa Aurora (Salvador, BA), Instituto Transviver (Recife, PE), Casa Nem (Rio de Janeiro, RJ), Casa Miga (Manaus, AM), Astra LGBT e CasAmor (Aracaju, SE) TransVest (Belo Horizonte, MG), Casa Transformar (Fortaleza, CE). Também de São Paulo (SP), podem ser citadas: Casa Chama, Coletivo Arouchianos e a Casa Florescer.

Todas essas iniciativas se propõem a acolher pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social, ou que tenham sido expulsas de casa. Visto que para essa população, a própria casa pode

oferecer perigo. Muitas dessas casas oferecem, além da moradia, alimentação, produtos de higiene, também acompanhamento jurídico, psicológico e projetos socioeducativos. Destaca-se que grande parte delas se mantém por meio de doações e financiamentos coletivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do profissional de Psicologia frente à população LGBTQIAPN+ no Brasil é regida por marcos normativos importantes, que visam garantir a dignidade e os direitos dessa comunidade. Desde a Resolução 01/1999, o CFP tem avançado na construção de diretrizes éticas e técnicas que combatem práticas discriminatórias e patologizantes. Esses marcos refletem um movimento de resistência contra grupos conservadores, que ainda tentam influenciar a psicologia por meio de crenças fundamentalistas, como evidenciado no caso de Marisa Lobo.

Além das normativas do CFP, o SUS tem implementado políticas públicas para garantir o acesso da população trans à saúde, como é o caso do PAES - PopTrans, que visa a ampliação e a especialização das ações e serviços voltados para esse público. Contudo, há desafios persistentes, como a continuidade de discursos patologizantes na área da saúde, que limitam a autonomia das pessoas trans sobre seus corpos.

Assim, frente especialmente ao despreparo de muitas psicólogas(os) quanto ao atendimento de pessoas LGBTQIAPN+, objetivou-se sintetizar as principais referências que devem nortear um trabalho ético e cuidadoso com a referida população, com atenção especial às pessoas trans. Ainda, o artigo se alinha à uma busca por uma Psicologia comprometida com os direitos humanos e a laicidade, em combate ativo aos valores morais cisheteronormativos hegemônicos. Ressalta-se, por fim, a necessidade de que a(o) profissional em Psicologia se mantenha atualizado no que tange às normativas e orientações em vigor, que, dadas a contemporaneidade e a relevância do tema, estão em constante atualização.

REFERÊNCIAS

ALAMINO, Felipe; VECCHIO, Victor. Os princípios de Yogyakarta e a proteção de direitos fundamentais das minorias de orientação sexual e de identidade de gênero. *Revista Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. v. 113, p. 645-668, 2018.

ARAGUSUKU, Henrique Araújo; LARA, Maria Fernanda Aguiar. Uma Análise Histórica da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 Anos de Resistência à Patologização da Homossexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, n. 3, p. 6-20, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/8cXLmVtg53GV9nWxyk5jgqP/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Brasil Sem Homofobia*: Programa de Combate à Violência e Discriminação contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. 2004. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2025.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 13 ago. 2009.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.836, de 1 de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 2011.

- ____. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília, DF, 2013a.
- ____. Ministério dos Direitos Humanos. CNJ aprova resolução que obriga cartórios a realizar casamento homoafetivo. *Portal do Ministério dos Direitos Humanos*, 2013b. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2013/maio/cnj-aprova-resolucao-que-obriga-a-cartorios-a-realizar-casamento-homoafetivo#:~:text=CNJ%20aprova%20resolu%C3%A7%C3%A3o%20que%20obriga%20cart%C3%B3rios%20a%20realizar%20casament,o%20homoafetivo,-Compartilhe%3A&text=Foi%20aprovada%20nesta%20ter%C3%A7a%2Dfeira,a%20celebrada%20casamento%20civil%20homoafetivos>>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- ____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 2013c.
- ____. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm>. Acesso em: 11 jan. 2025.
- ____. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH). Organização Mundial da Saúde retira a transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais, 2018a. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais>>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- ____. Conselho Nacional de Justiça. Provimento nº 73, de 28 de junho de 2018. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). *Diário da Justiça Eletrônico*: CNJ, Brasília, DF, 2018b. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files//provimento/provimento_73_28062018_02072018160046.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- ____. Supremo Tribunal Federal (STF). STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. *Portal STF*, 2019. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- ____. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.700, de 29 de dezembro de 2022. Inclui e altera procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Materiais Especiais do SUS. *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 dez. 2022.
- ____. Conselho Nacional de Justiça. *Pessoas LGBTI no sistema penal*: cartilha para implementação da Resolução nº 348/2020. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/02/pessoas-lgbti-penal-cartilha-para-implementacao-resolucao-348-2020.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2025.
- ____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3006, de 2 de Janeiro de 2024. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2024a. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3006_05_01_2024.html#:~:text=Inclui%20procedimentos%20na%20Tabela%20de,do%20par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico%20do%20art>. Acesso em 11 jan. 2025.
- ____. Ministério da Saúde. *PAESPOPTrans: Pautas de Reuniões e Resumos*. 2024b. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit/pautas-de-reunioes-e-resumos/2024/janeiro/paespoptrans/view>>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- ____. Ministério da Educação. Nome social: parecer CNE/CP nº 14/2017 e Resolução CNE/CP nº 1/2018. *Portal do Ministério da Educação*. 2024c. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/nome-social#:~:text=Parecer%20CNE%2FCP%20n%C2%BA%2014,e%20transexuais%20nos%20registros%20escolares>>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM nº 1.955, de 12 de agosto de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 2010,

- p. 109-110. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2010/1955_2010.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- _____. *Normas informativas e compartilhadas em cirurgia plástica*. Brasília, DF: CFM, 2011. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/cfm_normas.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- _____. Resolução CFM nº 2.265, de 20 de setembro de 2019. Atualiza as normas técnicas específicas para o atendimento de pessoas com incongruência de gênero. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 2020, p. 117. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2019/2265>>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Resolução nº 1/1999*, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, 1999. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-1-1999-estabelec-e-normas-de-atuacao-para-os-psicologos-em-relacao-a-questao-da-orientacao-sexual>>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- _____. *Posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia para a Questão da Psicologia, Religião e Espiritualidade* (GT Nacional – Psicologia, Religião e Espiritualidade), 2013. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Texto-aprovado-na-APAF-maio-de-2013-Posicionamento-do-Sistema-Conselhos-de-Psicologia-para-a-quest%C3%A3o-da-Psicologia-Religi%C3%A3o-e-Espiritualidade-8-2.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- _____. *Formação em psicologia cristã*: comunicado do CFP, 2017. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/formacao-em-psicologia-crista-comunicado-do-cfp/>>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- _____. *Resolução nº 1/2018*. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/resolucao_cfp_01_2018.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- _____. *Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS*, 2019. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- _____. *Referência Técnica: Psicologia e a população LGBTQIA+*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2023. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2025.
- CASSAL, Luan Carpes Barros; BELLO, Héder Lemos; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Enfrentamento à LGBTIfobia, Afirmação Ético-política e Regulamentação Profissional: 20 anos da Resolução CFP nº 01/1999. *Psicologia: Ciência e Proffssão*, v. 39, n. spe3, p. e228516, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/LCrHNXzRSkhBPJh33mcQLTP/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2025.
- FUCHS, Jéssica Janine Bernhardt; HINING, Ana Paula Silva; TONELY, Maria Juracy Filgueiras. Psicologia e Cisnormatividade. *Psicologia e Sociedade*, v. 33, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33220944>>. Acesso em 9 jan. 2025.
- GARCIA, Marcos Roberto Vieira; MATTOS, Amana Rocha. “Terapias de Conversão”: Histórico da (Des)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos. *Psicologia: Ciência e Proffssão*, v. 39, n. 3, pp. 49-61, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003228550>>. Acesso em 9 jan. 2025.
- HAIDAR, Rodrigo. A quarta família: Supremo Tribunal Federal reconhece união estável homoafetiva. *Consultor Jurídico*, 2011. Disponível em: <www.conjur.com.br/2011-mai-05/supremo-tribunal-federal-reconhece-uniao-estavel-homoafetiva/>. Acesso em: 10 jan 2025.
- JESUS, Mariana Karolina, et al. Experiências de mulheres transexuais no sistema de saúde: visibilidade em direção à equidade. *Interface: comunicação, saúde, educação*. Botucatu, v. 27, p.1-16, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/interface.220369>>. Acesso em: 10 jan 2025.
- JÚNIOR, France. Doação de sangue por pessoas LGBTQs começa a ser aceita em todo o País. *Jornal da USP*. Ribeirão Preto, 8 de jul. de 2020. Seção Atualidades. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/doacao-de-sangue-por-pessoas-lgbtqs-comecam-a-ser-aceitas-em-todo-o-pais/>>. Acesso em: 10 jan 2025.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo et al. Violações de direitos humanos nos procedimentos normatizadores em crianças intersexo. *Cad. Saúde Pública*, v. 39, n. 1, 2023. Disponível em: doi: 10.1590/0102-311XPT066322. Acesso em: 12 jan. 2025.

LIONÇO, T. *Autonomia e autodeterminação da Psicologia brasileira: o caso da Resolução CFP 01/2018*. UnB Notícias, 2018. Disponível em: <<https://www.noticias.unb.br/artigos-main/2057-autonomia-e-autodeterminacao-da-psicologia-brasileira-o-caso-da-resolucao-cfp-01-2018>>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Periódicus*, v. 1, n. 5, pp. 132-153, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17181/11338>>. Acesso em 9 jan. 2025.

NETTO, José Vicente Damaceno; RASERA, Emerson Fernando. O Cuidado Psicológico à População LGBTI+ em Normativas Profissionais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 24, 2024. Disponível em: doi:10.12957/epp.2024.69698. Acesso em 9 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero, AG/ RES-2435 (XXXVIII-O/08)*. [S.l.: s.n], 2008. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/esp/AGRES_2435.doc>. Acesso em: 13 jan. 2025.

ROCON, Pablo Cardozo, et al. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?. *Interface: comunicação saúde educação*, v. 22 n.64, p. 43-53, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0712>>. Acesso em: 9 jan. 2025.

PARANHOS, William Roslindo; WILLERDING, Inara Antunes Vieira; LAPOLLI, Édis Mafrá. Formação dos profissionais de saúde para o atendimento de LGBTQI+. *Interface*, v. 25, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/interface.200684>>. Acesso em 9. jan. 2025.

PAULA JUNIOR, Ulisses Gomes de; SALES, Josemar de Andrade. Inserção das mulheres trans na Lei Maria da Penha: quais eficácias e como inseri-las?. *Humanae: questões controversas do mundo contemporâneo*, v.17,n. 3, p.1-19, 2023.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta: sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2007. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2025.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta+10: Princípios e obrigações estatais adicionais sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e às características sexuais que complementam os Princípios de Yogyakarta. 2017. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/pfdc/midiateca/outras-publicacoes-de-direitos-humanos/pdfs/principios-de-yogyakarta-mais-10-2017-1>>. Acesso em: 9 jan. 2025.

ROZARIO, Elton Santa Brígida do; MAYORGA, Claudia. OS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL: Participação social e o enfrentamento à LGBTfobia. *Serviço Social & Realidade*, v. 31, 2022. Disponível em: <<https://seer.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/4170>>. Acesso em 9. jan. 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO. *Conheça a Rede Sampa Trans*. 2024. Disponível em: <<https://capital.sp.gov.br/web/saude/w/noticias/325757>>. Acesso em 22 jan. 2025.

THOMAZI, Guilherme Lamperti; AVILA, Simone; TEIXEIRA, Luciana Barcellos. Ambulatório T da Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre: política pública de inclusão e garantia de direito à saúde de pessoas trans. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), n. 38, p. e22302, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sess/a/XdK5Z6RhzbvHQNpZ7tjkhXN/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 22 jan. 2025.

REPRESENTATIVIDADE MIDIÁTICA LGBTQIAP+ E SUAS IMPLICAÇÕES NOS SUJEITOS: DAS POTENCIALIDADES DE TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL

Yago Felipe Dias (Graduando do curso de psicologia, UNESP Bauru, E-mail: yago.dias@unesp.br)

RESUMO

É fato o contexto de violência a que a população LGBTQIAP+ esteve e está submetida no mundo e, sobretudo, no Brasil. Nesse sentido, o artigo apresenta um ensaio teórico que teve por objetivo apresentar uma retomada da historiografia das subjetividades e do Movimento LGBTQIAP+, para refletir sobre como se deu a construção do simbólico e do imaginário social acerca dessa população e a consequente veiculação midiática e discursiva da heterossexualidade compulsória, que se estabelece enquanto política de controle de corpos e organização da sociedade. Assim, diante da realidade marcada pela baixa representatividade midiática LGBTQIAP+ - ou quando representada, é realizada de maneira rasa e descaracterizada - torna escasso modelos sociais para identificação dessa população, aliada a distribuição incessante de corpos cisgêneros e heterossexuais, podendo levar a uma autodesvalorização do sujeito, que se constrói em contato e através do olhar do outro. Por fim, pauta-se a Educação Sexual enquanto campo potencial para a promoção da cidadania e do respeito a essa população, por meio do fornecimento de informações e conhecimentos científicos, possibilitando a efetiva transformação social.

Palavras-chave: LGBTQIAP+; Mídias; Representatividade; Educação Sexual.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um ensaio teórico que trata sobre a temática da diversidade sexual na educação sexual, especificamente. Nesse sentido, seu objetivo foi apresentar uma retomada da historiografia das subjetividades e dos movimentos das chamadas “minorias sexuais”, para refletir sobre como se deu a construção do simbólico e do imaginário social acerca dessa população e a consequente veiculação midiática e discursiva da heterossexualidade compulsória, essa que se estabelece enquanto política de controle de corpos e organização da sociedade. Desta forma, vislumbra-se o caminho da transformação social, por meio da Educação Sexual crítica e emancipatória, a qual será discutida.

A comunidade LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e outras - tem conquistado espaço cada vez mais significativo na sociedade contemporânea, destacando-se tanto por suas lutas quanto por sua visibilidade em diferentes esferas - tematizando, por exemplo, pautas dessa população nos âmbitos sociais, políticos e econômicos, além de acadêmicos e midiáticos, sendo essas últimas as que este artigo se propõe a analisar mais demoradamente. No entanto, esse processo nem sempre ocorre de maneira positiva, sendo frequentemente marcado por preconceitos, violências, resistências e debates polarizados, como demonstra Trevisan (2000) acerca da historiografia brasileira. Assim, fato é que no Brasil essa realidade é evidente nas intensas discussões que envolvem direitos civis, representatividade e o combate à discriminação, como será discutido. Assim, questões como a criminalização da homofobia, políticas públicas inclusivas e a presença de temáticas LGBTQIAP+ em espaços como a mídia e a educação refletem a relevância e a urgência de abordar essa pauta no cenário atual, evidenciando seu impacto no tecido social do país.

Sendo assim, evidencia-se o caráter de urgência por posicionamentos e pela construção de alternativas que promovam cidadania e respeito à comunidade LGBTQIAP+, especialmente considerando o recente contexto brasileiro, marcado por declarações homofóbicas do ex-presidente Jair Bolsonaro em rede nacional, o que acaba por promover um aval para a difusão desses discursos

(Vilela, 2019; Santos, 2022; Portilho, 2022). Essas manifestações, que não são casos isolados, refletem a violência estrutural e simbólica que atinge essa parcela da população no país. Nesse sentido, justifica-se a importância e necessidade de aprofundar reflexões e análises sobre essa temática. Para tanto, neste artigo, pretende-se fazer uma breve abordagem tanto do contexto histórico mundial quanto do nacional acerca da população LGBTQIAP+, possibilitando também compreender como essa população é representada na mídia brasileira, além de como essas representações influenciam a construção do sujeito e da sua experiência vivente, à luz de uma perspectiva psicanalítica. Por fim, busca-se destacar a educação sexual como uma ferramenta e um instrumento importante, senão indispensável, como ação de combate às violências, possibilitando a transformação social e a promoção da cidadania para essa população.

COMUNIDADE LGBTQIAP+: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA MUNDIAL E NACIONAL

Embora a sigla LGBT tenha surgido nas décadas recentes, sendo precedida por GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) e, atualmente, atualizada com a adição de outras siglas, como LGBTQIAP+, não se tratam de subjetividades que surgem na pós-modernidade. Quanto ao contexto mundial, em diversos estudos históricos, como bem destaca Faro (2015), há comprovação de que já na Grécia Antiga havia relações homossexuais, sobretudo na forma de pederastia, as quais tinham status privilegiado por introduzir os homens na vida pública. Nesse sentido, o autor destaca que a homossexualidade, apesar do termo surgir só posteriormente, passou a ser condenada na Europa Medieval, momento em que nasce um Estado homofóbico, a partir da junção entre Igreja e Estado, “sacralizando a sexualidade e estabelecendo o ‘ideal’ heterossexual” (Toniette, 2006, p. 45), vinculado diretamente a ideia reprodutiva do sexo, de forma que os homossexuais passaram ser vistos como criminosos, devido ao desvio da normalidade biológica de procriação estabelecida.

Com a ocorrência das Revoluções Burguesas, aliada a manutenção de uma moral cristã no Ocidente, há a delimitação de um modelo de sexualidade que passa a ser familiar, conjugal e heterossexual, esses enquanto característica principal para a sustentação da moral privada e da superioridade da cultura. Dessa forma, as sexualidades dissidentes dessa norma, sobretudo a homossexualidade nesse momento, passaram a ser um marcador-chave para a manutenção do regime de dominação sexual (Toniette, 2006), o que corrobora com a ideia foucaultiana de dispositivo da sexualidade, em que essa dominação se dá por meio da articulação entre poderes, saberes e discursos, para regular, controlar e produzir os corpos, os prazeres e os comportamentos em relação à sexualidade (Foucault, 2022).

Posteriormente, já no final do século XIX, o termo diagnóstico homossexualismo foi cunhado por Richard von Krafft-Ebing, médico que se pautava em ideias de reprodução da espécie e de caráter religioso (Toniette, 2006; Dametto; Schmidt, 2015). A partir deste momento, além do caráter de criminalidade associado a esses sujeitos, eles foram tomados enquanto vivências patológicas. Assim, o modelo higienista, a partir do final do século XIX, passa a influir na forma como a figura do “homossexual”, esse enquanto caráter geral de sexualidades dissidentes, por meio de um caráter médico-legal, psiquiátrico e sexológico, tendo o intuito de demonstrar essa como antinorma do ideal de masculinidade que era requerido (Toniette, 2006; Moreira, 2012; Faro, 2015; Dametto, Schmidt, 2015).

Em contraposição a esse avanço da patologização dos sujeitos vistos como dissidentes sexuais, Rodrigues (2020) afirma que desde esse período já haviam movimentos que lutavam pela reforma do sexo. Porém, essas primeiras articulações visando a promoção da cidadania tiveram sua dissolução no contexto da Segunda Guerra Mundial, tendo em vista o caráter persecutório a essa população no

momento do Holocausto na Europa. Destarte, em meio a reconstrução no pós-guerra, na década de 1950, os movimentos tiveram que se reorganizar na tentativa de criar um espaço favorável a essa população. É deste período que os movimentos contemporâneos remontam suas origens, sobretudo em Amsterdã, Oslo, Copenhague, Paris e Los Angeles (Rodrigues, 2020), momento em que o “Movimento dos Homossexuais passa a estruturar-se na Europa e nos EUA, tendo como principal proposta a descriminalização da homossexualidade e o reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais” (Toniette, 2006, p. 46).

Além disso, com o surgimento da Nova Esquerda, nas décadas de 1960 e 1970, movimentos ambientais e feministas emergiram, com novas críticas à família, ao gênero e à repressão sexual (Rodrigues, 2020), o movimento LGBT ganhou mais força. Neste contexto também surge a pílula anticoncepcional, em que era desvinculado o ato sexual da reprodução, de modo que o movimento feminista e o movimento homossexual passam a contestar a heterossexualidade compulsória, proporcionando “a transformação do paradigma da sexualidade, na revisão das bases, na ressignificação da estrutura da sociedade ocidental, e na proposta de formas alternativas para a reelaboração das redes sociais (Toniette, 2006, p. 46). Portanto, a aproximação do movimento homossexual às pautas da esquerda que surgia, com as novas críticas que emergia conjuntamente, possibilitou a construção de articulações entre esses. Assim, houveram alguns pequenos avanços quanto a descriminalização das relações homossexuais, sobretudo na região nórdica, porém marcada por uma cidadania limitada por leis desiguais, com ausência de amparo quanto a discriminação (Rodrigues, 2020).

Ainda nesse período histórico, em junho de 1969, em Nova York, aconteceu uma série de manifestações violentas depois que ocorreu uma invasão policial a um bar chamado *Stonewall Inn*, em que era bradado o lema “*Gay Power*” (Lelis, 2019; Perroni et al., 2019; Rodrigues, 2020). Sendo assim, passa a ser considerado como o marco do nascimento do movimento moderno de direitos LGBTs, embora já houvesse iniciativas anteriores. Desse momento, segundo o autor, o movimento passou a reivindicar por igualdade e libertação homossexual, de modo que passou a ser solicitado um novo estilo de vida liberto e a possibilidade de um novo senso de identidade a ser celebrado, sendo que, para tanto, buscou-se a erradicação das noções tradicionais de gênero e sexualidade, além da oposição as instituições opressivas.

Já na década seguinte, em 1973, a APA (Associação Psiquiátrica Americana) optou por retirar o homossexualismo do rol de patologias do DSM, passando a entender a homossexualidade como expressão do sujeito e de sua subjetividade (Toniette, 2006; CFP, 2009). O processo de reedição da leitura psiquiátrica acerca desses sujeitos possibilitou o avanço das discussões sobre essas populações no contexto social em âmbito mundial.

Porém, a década seguinte, de 1980, é marcada pelo surgimento do HIV e da AIDS, que foram diretamente associados a população homossexual e às suas relações sexuais, estendendo-se também aos outros sujeitos da sigla LGBT, o que acabou por também marcar profundamente o movimento dessa população (Marques, 2002; Rodrigues, 2020). Esse momento histórico era dominado pelos conservadores sociais, ao passo que somado essa associação entre a população LGBT e a epidemia da AIDS, favoreceu o crescimento do estigma contra essa minoria social, isto é, segundo Rodrigues (2020), a epidemia da AIDS tornou, socialmente, a homofobia mais aceitável. Diante desse contexto, houve uma certa reversão quanto a aceitação social da homossexualidade, com os poucos avanços relatados anteriormente.

Ainda segundo o autor, o contexto epidêmico forçou uma aproximação entre o movimento e o Estado, de modo que houve a institucionalização do movimento, com o objetivo de adotar estratégias de combate à doença. Assim, o “movimento que, de um grupo social delimitado que lutava em prol de uma minoria política específica, deslocou-se para a confluência do controle da epidemia”

(Rodrigues, 2020, p. 119). Houve a mobilização de muitos sujeitos em torno da causa, o que proporcionou o aumento da visibilidade com o aparecimento na mídia *mainstream*. Essa visibilidade, embora também colaborasse na construção de estereótipos e no impulsionamento de preconceitos, possibilitou que a homossexualidade e a sexualidade como um todo fosse discutida (Rodrigues, 2020; Toniette, 2006). Dessa forma, a luta e a mobilização do movimento, fortalecidas na epidemia, possibilitaram o amadurecimento deste, alçando este a internacionalização, de modo a possibilitar maior reconhecimento e possibilidade de reivindicações e de tensionamentos em contexto global.

Nas décadas seguintes, as pautas LGBTs nunca deixaram de estar em voga nas disputas discursivas sociais, políticas e econômicas, tanto em níveis nacionais quanto em níveis internacionais. Em consonância, Toniette (2006) afirma que os direitos sexuais foram conquistas importantes dos movimentos feministas e LGBT, “a partir de debates internacionais, nas Conferências do Cairo (1994) e de Beijing (1995), promovida pelas Nações Unidas” (p. 48). Embora essas conquistas não sejam garantias do pleno exercício da sexualidade, tratam-se de iniciativas importantes para a construção de maiores condições para diálogos, possibilitando avanços mais amplos e efetivos de suas pautas. Com o avanço dessas discussões a sigla do movimento também passou a se transformar, incluindo outras orientações sexuais e de gênero fora do padrão cisheteronormativa.

Dessarte, destaca-se que as disputas discursivas em torno do “dispositivo da sexualidade” (Foucault, 2022), que visam sustentar certa dominação sobre os corpos, continuam ativas nas discussões pelo mundo. Assim, as conquistas estão constantemente em construção e nunca garantidas, de modo que a luta e a vigilância se mantêm constantes. Exemplo disso é a existência de leis, inclusive de pena de morte, contra a população LGBTQIAP+ até à atualidade em diversos países pelo mundo, incluindo muitos membros das Nações Unidas (Rosas, 2023).

Diante da breve exposição histórica mundial, pode-se apreender superficialmente como se deu a construção do movimento LGBTQIAP+ no mundo, marcado por lutas e disputas, visando a garantia e promoção da cidadania para essa população. Com isso, é possível fazer uma maior aproximação com o contexto nacional brasileiro, o que se dará a seguir.

Sendo assim, no contexto brasileiro, Peixoto (2019) e Trevisan (2000) destacam que já no período colonial era instaurada uma perseguição à população considerada anormal ou desviante em relação às normas prescritas pelo discurso português cristão. A chegada dos missionários jesuítas coloca a pauta da sexualidade como primordial para o controle da população que já habitava o país, tendo em vista que era notada a liberdade sexual dos indígenas, como se não existisse a noção de homem e masculinidade. “A naturalização do que hoje considera-se como violência era não apenas questionável, como consentida e necessária” (Peixoto, 2019, p. 6). Nesse sentido, os autores demarcam também que a chegada do Santo Ofício no país trouxe consigo a aplicação de punições inquisitoriais, de modo que a sodomia era considerada algo gravíssimo, relacionado a influências diretas do próprio demônio. Sendo assim, já nesse momento a noção da homossexualidade, no sentido amplo de todos os sujeitos “desviantes”, foi ligada ao pecado, se arraigando lentamente na cultura do país e estimulando o medo e o controle dos corpos. Peixoto (2019) ainda frisa que esta ligação gera pavor e culpa devido a confusão mental por supostamente estarem em “pecado mortal”; “assim, crime e castigo, pecado e penitência o que estruturou a concepção sobre os/as homossexuais no Brasil” (p. 10).

Avançando na história do país, o autor retoma que, desde este passado colonial, as bases do país foram construídas sob égide do patriarcado e da heteronormatividade, de modo que, juntamente com o racismo, se mostram os fundamentos estruturais que sustentam as violências sociais e culturais até a atualidade (Peixoto, 2019). Desta forma, essa população, no decorrer da construção do país, foi constantemente posta à margem da sociedade, excluída e criminalizada, muitas vezes, demonstrando um contexto de negligência às suas necessidades.

Posteriormente, no mesmo contexto de avanço do modelo higienista no mundo, em 1894, o termo homossexual foi utilizado pela primeira vez no Brasil por Viveiros de Castro, em obra intitulada *“Attentados ao Pudor: Estudos sobre as aberrações do instinto sexual”*, fortemente marcado por uma conotação patológica (Toniette, 2006, Junior, 2015). Nesse momento, o caráter de “anormalidade” e de crime se somam a um discurso médico-científico patologizante, promovendo ainda mais estigma a essa população (Junior, 2015).

No decorrer do século XX esta situação não se modificou. No período Vargas esses sujeitos eram considerados desviantes, tendo em vista que não se encaixavam também no modelo de crescimento populacional e de desenvolvimento brasileiro. Essa lógica perdura até a Ditadura Militar instaurada em 1964, momento em que a perseguição se institucionaliza no “estado de exceção”. A vivência ou representação cultural de outras orientações sexuais ou expressões de gênero eram consideradas como atentados a moral e aos bons costumes (Trevisan, 2000). Nesse período também estava em voga a Indústria da Loucura, em que esses sujeitos considerados “abjetos” e “indesejáveis” na sociedade eram internados em manicômios, submetidos a diversas violências - físicas, materiais, verbais, entre outras. Porém, o autor destaca que, apesar da repressão, da perseguição e da censura, sempre houve resistência, ao passo de que o movimento LGBTQIAP+ no Brasil começou a se organizar enquanto grupos de militância no final da década de 1970 (Toniette, 2006; Trevisan, 2000). Nesse período é fundado, em 1980, o Grupo Gay da Bahia, sendo considerado o grupo militante homossexual mais antigo no país.

Com isso, a luta passou a se dar de maneira mais organizada, possibilitando maiores tensionamentos com a sociedade e com o Estado brasileiros. De maneira bastante sintética, a Fundação Fernando Henrique Cardoso (2021) construiu uma linha do tempo do avanço das discussões e conquista de direitos da população LGBTQIAP+, a partir de 1985, período do Governo Sarney, até o ano de 2019, período do governo Temer. Essa articulação do movimento com o Estado se deu de maneira semelhante ao contexto mundial, em que o advento da epidemia da AIDS demandou que estes se aliassem na tentativa de combate ao HIV (Toniette, 2006). Destarte, as demandas e os corpos dessa população ganharam visibilidade, embora grandemente marcados por discursos pejorativos e preconceituosos. Somado a isso, neste mesmo ano a homossexualidade deixou o rol dos transtornos sexuais, sendo associada a outras questões mais sociais.

No decorrer da década de 90, muitas disputas foram travadas na tentativa de promover e garantir a cidadania da população LGBTQIAP+. A Deputada Federal Marta Suplicy fez a tentativa de propor a legalização da união homoafetiva, em 1995, de modo que foi descartada a votação. Além disso, o Conselho Federal de Psicologia, em 1999, num movimento de posicionamento importante à garantia do respeito à diversidade, proibiu os tratamentos psicológicos denominados de “cura gay”. Também nessa década, em 1997, acontece a primeira parada pela diversidade, a “Parada Gay”, reivindicando direitos e políticas públicas, dando visibilidade a esses corpos e demonstrando a força do movimento que se desenvolvia (Toniette, 2006; Fundação Fernando Henrique Cardoso, 2021).

Já no século XXI, as pautas LGBTs alcançam discussões em âmbito nacional, sobretudo com o processo de globalização e desenvolvimento da internet. Segundo Fundação Fernando Henrique Cardoso (2021), em 2004, foi lançado o Programa Federal Brasil Sem Homofobia (Brasil, 2004), com intuito de combater a homofobia, à violência física, verbal e simbólica, e defender a diversidade das identidades de gênero e da cidadania dessa população (Vianna, 2015; Cardoso; Ferro, 2012). Tratou-se de um projeto com avanços iniciais, mas que enfrentou dificuldades de continuidade e de falta de orçamento em governos posteriores. Em 2008, acontece a 1ª Conferência Nacional LGBT, em Brasília, e também passa a ser possível a realização do processo de redesignação sexual pelo SUS. Em 2010, tem-se o primeiro representante homossexual no Congresso, Jean Wyllys - mesmo deputado que teve

que se retirar do Brasil, anos depois, por conta da perseguição estimulada pela família Bolsonaro e pela direita conservadora.

Na década de 2010, em 2011 STF reconheceu a união homoafetiva como família e também foi instaurada a Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Além disso, também em 2011, houve a tentativa de promover o Programa Federal Escola sem Homofobia, que objetivava combater a discriminação de gênero e orientação sexual no ambiente escolar, e a polêmica nacional em torno do denominado “Kit Gay”, de modo que o material teve sua distribuição suspensa, demonstrando a força da ala conservadora no país. Em 2018 o Supremo Tribunal Federal autorizou a mudança de nome e sexo no registro civil sem cirurgia, laudos e ação judicial, passo importante para a garantia de direitos para pessoas trans, travestis e não-binárias. Já com a eleição de Bolsonaro, pôde-se observar que a violência direcionada a essa população minoritária foi institucionalizada, na medida em que a pessoa que ocupava o cargo de Presidência se declarava abertamente homofóbico em diversas de suas falas (Vilela, 2019; Santos, 2022; Portilho, 2022), além de estimulada e validada socialmente.

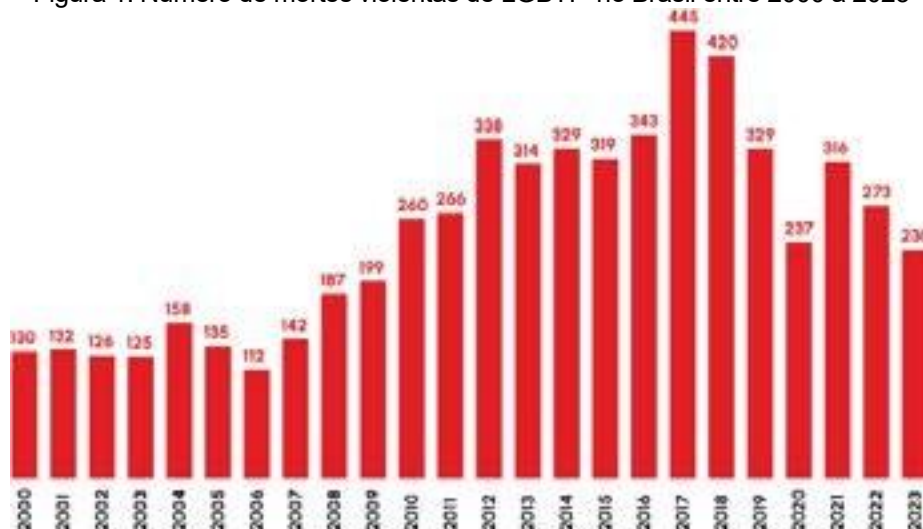
Em sentido a promoção de mais direitos, em 2019 o Supremo Tribunal Federal passou a reconhecer a homofobia como crime de racismo, possibilitando suporte judicial e prescrição penal. Com a ocorrência da pandemia, observou-se que a população LGBTQIA+, frente a sua histórica vulnerabilidade sistêmica, teve sua situação agravada, sobretudo nos “aspectos psicossociais, devido à discriminação e estigmatização historicamente sofridas por essas pessoas de orientação sexual e identidade de gênero diversas” (Pineda; Rojas; Ramírez, 2024, p. 9). Por fim, o governo Lula em vigor mostra avanços nas políticas LGBTs (Diadorim, 2024), por exemplo, com parcerias para a promoção do combate ao HIV e a criação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, ligada ao Ministério dos Direitos Humanos.

Atualmente no país, segundo Spizzirri, Eufrásio, Abdo e Lima (2022), o número de adultos que se afirmam dentro da sigla LGBTQIAP+ é em torno de 19 milhões de pessoas, sendo que se deve destacar a hipótese de que os valores podem ser inferiores à realidade, tendo em vista a violência e estigmatização histórica desses sujeitos no Brasil. Além disso, o país se destaca como líder entre os que mais matam LGBTQIAP+, sendo que a população trans e travesti são os que mais sofrem.

Nesse sentido, Vasconcelos *et al.* (2023) analisam a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, buscando traçar uma causalidade entre os desdobramentos da violência na saúde desta população, tomando partido de que o enfrentamento vai em direção aos objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Segundo os autores, destacou-se que as populações LGB+ - nomenclatura utilizada para todas identidades da sigla LGBTQIAPN+ - apresentaram índices de vulnerabilidade à violência total maiores do que as populações declaradas heterossexuais - mais que o dobro de chances -, sendo que em todas as outras categorias de violência (física e sexual). “Em conclusão, os dados da PNS 2019 demonstram alta prevalência de violência contra pessoas LGB+ no Brasil, destacando que essa população apresenta grande vulnerabilidade para tal agravo” (Vasconcelos *et al.*, 2023, p. 6). Os autores também destacam a estigmatização existente na sociedade, de modo a justificar a subnotificação das declarações das populações com orientação dissidente devido a recusa a responder questões relacionadas a esse aspecto se deve a uma tentativa de proteção e resguardo.

Somando e corroborando com estes dados, segundo o Dossiê Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil (2023), um LGBT foi assassinado no país a cada 38 horas em 2023. O Dossiê ainda salienta que há uma ausência de dados governamentais acerca da LGBTfobia, mesmo que esta ocorra historicamente no país, sendo que foi necessário que o Movimento LGBTQIAP+ se articulasse para sistematizar a coleta de dados e a análise destes, visando a construção de estratégias de denúncia e promoção de cidadania para essa população. Nesse sentido, apresentam a figura a seguir de maneira a elucidar imagetivamente a evolução dessa violência:

Figura 1: Número de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil entre 2000 a 2023



Fonte: Acontece LGBTI+, Grupo Gay da Bahia, Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, 2023.

Destaca-se, assim, que, embora haja algumas leis e medidas direcionadas a essa população, não há garantias do cumprimento e da efetivação da plena cidadania destes. Sousa Júnior e Mendes (2021) demonstram que as discussões sobre essa população no campo da administração pública ainda é incipiente. Mostra-se urgente e atualizada a luta pela promoção da vida desses sujeitos e de seus espaços de vivências (Toniette, 2006), tendo em vista essa realidade marcada por violências, exclusão, estigmatização e preconceito. Essas violências podem se dar de maneira física, verbal, simbólica (Vasconcelos et al., 2023), entre outras, sendo que sua perpetuação tem forte vínculo com como essas populações são representadas nas mídias, em como os discursos acerca dos LGBTQIAP+ são construídos e mantidos ao longo do tempo.

HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA E REPRESENTATIVIDADE MIDIÁTICA LGBTQIAP+

A ubiquidade da mídia é uma característica da sociedade pós-moderna, em que, com o avanço tecnológico-científico, os sujeitos estão constantemente em contato com estes materiais. Dessa forma, leva-se em conta que, segundo Martino (2014), esses meios de comunicação se relacionam com os modelos de organização política, econômica e cultural, isto é, a forma como a sociedade se organiza, sendo que esses acabam sendo usados para distribuição de conhecimentos e valorização de certas informações.

Nesse sentido, articula-se em como a construção simbólica dessa sociedade se estabelece, relacionando-se diretamente aos conceitos de Dispositivo da Sexualidade e Biopoder (Foucault, 2022). Segundo o autor, o poder moderno se concentra em gerir vidas, corpos e populações, especialmente por meio da sexualidade, sendo que isso perpassa também a forma como os discursos representam as populações, dando-lhe validade enquanto sujeitos ou como corpos matáveis, segundo a ideia de Necropolítica, de Achille Mbembe (2021).

Destarte, o corpo assume caráter de construção discursiva, atravessada pelo contexto cultural, social, moral, midiático, entre outros, de modo que a sociedade passa a buscar adestrar esses corpos com as normatividades historicamente criadas (Carvalho; Araújo, 2021), em especial, para essa população, a cisheteronormatividade. Disso, depreende-se o caráter compulsório da heterossexualidade na sociedade, entendido enquanto “sistema de dominação calcado na lógica binária dos gêneros e na

matriz heterossexual da lei” (Canciani; Ghisleni, 2018, p. 95), em que pretende regular os limites sobre sexualidade, sexo, gênero e desejo (Ribeiro, 2022). Assim, há uma exigência social para que todos os sujeitos sejam heterossexuais - única forma considerada normal e possível de expressão da sexualidade (Canciani; Ghisleni, 2018; Nogueira; Colling, 2015).

Enquanto na heterossexualidade compulsória todos os sujeitos devem ser heterossexuais para serem considerados normais, na heteronormatividade todos os sujeitos devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, tenham eles práticas sexuais heterossexuais ou não. Com isso entendemos que a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas um modelo político que organiza a vida das pessoas. (Nogueira; Colling, 2015, p. 394)

Nota-se o caráter de gestão dos corpos, em que há uma certa performatividade “ideal” esperada para cada gênero e de orientação heterossexual, de modo que incide sobre todos os sujeitos da sociedade a busca pela correspondência com essa norma (Canciani; Ghisleni, 2018) - inclusive dos sujeitos heterossexuais. Segundo as autoras, há a atribuição de determinadas características aos binômios homem/mulher e heterossexual/homossexual, de modo a estabelecer uma hierarquização entre essas posições e a busca pelo estabelecimento dessa correspondência. Assim, essa performatividade esperada e exigida acaba por levar a uma estilização dos corpos e dos comportamentos com a finalidade de ser tomado enquanto sujeito pertencente ao tecido social e validado enquanto tal, em sentido contrário a abjeção a que estão postos os sujeitos LGBTQIAP+, considerados desviantes. Segundo Carvalho e Araújo (2021):

É investido sobre os sujeitos um processo de estilização corporal, a fim de garantir a solidez dos investimentos produzidos a partir de instâncias sociais e culturais, postas em ação pela mídia, família, a escola, leis etc. Além disso, vimos também que a continuidade entre sexo/gênero/desejo requer normas regulatórias de gênero e sexualidade que são reiteradas e sempre refeitas para garantir a estrutura geracional do ser “ideal”, o “binômio homem/mulher e a masculinidade/feminilidade” (p. 169).

Tomam-se, então, segundo os autores, os ideais de gênero e sexualidade na sociedade, de modo que se constrói uma certa hierarquização das relações “a partir de uma dada cultura, cujo sistema consiste em representações determinadas socialmente” (Carvalho; Araújo, 2021, p. 158), em que as identidades cisgênero e de orientações heterossexuais são privilegiadas e naturalizadas, ao passo que todas as outras “dissidências” são dotadas de caráter pejorativo e inteligível. Em vista disso, Butler (2016) fala sobre inteligibilidade do gênero, no qual haveria uma linearidade entre sexo e gênero, além de prática sexual e desejo. Nesse sentido, segundo a autora, todos os sujeitos que estejam fora dessa correspondência cisheteronormativa são tomados enquanto inteligíveis - no caso estendendo essa inteligibilidade para além do gênero -, e, portanto, “anormais”.

Esse caráter de inteligibilidade também é construído socialmente, sendo atravessado pelas dimensões social, cultural, jurídica, ética, política (Canciani; Ghisleni, 2018), midiática, entre outras, porém colabora no processo de subalternização desses sujeitos tomados enquanto dissidentes da norma cisheteronormativa. Vale frisar que esses discursos hegemônicos, embora se apresentem de maneira naturalizada, são produtos de construções histórico-sociais (Carvalho; Araújo, 2021). Esse processo também colabora com a patologização das sexualidades “desviantes”, de modo que a não correspondência esperada para inteligibilidade não pode ser estabelecida, abre-se espaço para reforçar estereótipos e preconceitos (Ribeiro, 2022). Nesse sentido, Nogueira e Colling (2015) afirmam que “nas relações sociais, a vivência não-heterossexual pode ser alvo de atos homofóbicos, isto é, o sujeito não-hétero não é considerado digno de viver, de ocupar cargos públicos ou de fazer parte do rol de amigos” (p. 393) - são passíveis de serem violados, violentados e, até mesmo, matados, segundo a ideia de Necropolítica de Mbembe (2021).

Haja vista estes aspectos, a mídia, na sociedade contemporânea, tem papel fundamental na manutenção dessas posições e discursos, dos preconceitos e dos estereótipos. Isso se dá, segundo Savenhago e Souza (2015), pela repetição exaustiva de conceitos e imagens, que acabam por se cristalizar e camuflar os aspectos de exploração e dominação desses discursos, ao passo que poderiam ser vistas como controle social, em que se tem como objetivo a manutenção do *status quo*, que privilegia o homem heterossexual branco. Nesse sentido, a veiculação desses discursos possibilita a perpetuação de um imaginário social que considera que “ter uma conduta mais próxima da heterossexualidade (e da masculinidade padrão) e mais longe da homossexualidade (e da feminilidade padrão)” (Ribeiro, 2022, p. 239) é decisivo para evitar o preconceito e a exclusão.

Diante da exposição, volta-se à representatividade midiática. Essa pode ser tomada enquanto o cruzamento da representação mental, na forma como é inscrito no psíquico, e representação mimética, no qual alguém se torna imagem ou símbolo de algo, ou seja, representatividade pode ser tomada como possibilidade de se ter diferentes sujeitos em posição de destaque, disponíveis para serem tomados enquanto modelos de identificação (Dess, 2022). Porém, é transpassado pela lógica das mídias, que é dotada de valores de mercado e alinhada, em grande parte das vezes, ao discurso hegemônico, que acabam por preterir alguns sujeitos em relação a outros exaltados. Ou seja, trata-se de um processo de atribuição de significado, que é construído constantemente e ligado à lógica de poder, visto que quem é representado tem o poder de determinar quais identidades são válidas dentro dessa sociedade (Silva, 2000). Dessa forma, aqueles que não tem sua representação contemplada, ou a tem de forma deturpada, nos contextos sociais, que não apresentam grande representatividade, são invisibilizados na sociedade (Scatolin, 2012).

Dada esta apresentação, Leal e Carvalho (2012) destacam que a veiculação midiática LGBTs era reduzida em relação a outros temas, sendo que grande parte dos materiais veiculados a essa população era de notícias que aprofundam o processo de estigmatização para essa população. Outros autores também se referem a esses aspectos: Ferraz (2019) destaca a representação de personagens LGBTQIAP+ que afastam a ideia de humanidade desses, muitas vezes como unicamente cômicos e risíveis, além da perpetuação de estereótipos da homossexualidade masculina (bichinhas, mulherzinhas, engraçadas, etc), da homossexualidade feminina (caminhoneiras, rudes, etc), da transexualidade (prostitutas, cabeleireiras, etc); Luz e Bonin (2022) falam sobre a representatividade trans e travesti é muito limitada, sendo marcada por estereótipos e a utilização de transfake - pessoas cis representando pessoas trans; Bonoto e Brignol (2020) retomam o fato de higienização das representações de sujeitos LGBTQIAP+, balizada por convenções sociais normalizadoras. Somado a isso, Assis, Freire e Ayres (2021) também denunciam o apagão referente aos dados da população LGBTQIAP+ no Brasil, em especial de violência, embora seja um país marcado por discursos preconceituosos e cisheteronormativos, assim como ressaltam a existência de especificidades nas violências sofridas por cada população componente da sigla.

É realidade que essas pautas passaram a ser mais presentes na mídia, algo impensável em décadas anteriores, porém precisa-se demarcar o alinhamento neoliberal dos aparatos midiáticos na contemporaneidade, imprimindo suas doxas de vendas, lucros e violências, como bem destaca Ferraz (2019). Nesse sentido,

Poder-se-ia afirmar que as recentes telenovelas têm incluído as homossexualidades devido aos debates sobre a homofobia na política nacional), o desejo dessa representação está intrinsecamente relacionado aos índices de audiência, a mercado de consumidores (neste caso as comunidades LGBTQIA+) e ao lucro. Assim é que a maioria das personagens gays (homens) é caricata, provoca o riso e o distanciamento. No mesmo sentido, as personagens lésbicas são geralmente espelhos dos moldes heteronormativos (duas mulheres lindas e femininas e nunca duas “caminhoneiras”). Portanto, aceita-se o diferente, numa relação em que o sujeito aceitante/heteronormativo é superior, ao passo que o aceitado continua sendo

o desvio da norma, qual seja, o abjeto/estranho que provoca o riso; o homossexual será sempre aquele que depende da outorga do “normal”/superior (Ferraz, 2019, p. 209).

Segundo o autor, as mídias promovem a visibilidade das comunidades LGBTQIAP+ com a venda de uma aceitação e tolerância, sem imprimir o respeito à diversidade das identidades de gênero e sexualidade ou questionamento sobre a norma cishetero que impera na sociedade, mas sempre visando a possibilidade de lucro. Por exemplo, “ao criar personagens que levam ao riso, o público é capaz de afastar a ideia de que as personagens LGBT são ‘seres humanos reais’, ou seja, estão longe de pertencerem à sua família ou círculo de amizades” (Ferraz, 2019, p. 207). Isso também se constrói com a representação de personagens alinhados a ideia heteronormativa de beleza, que acabam por excluir corpos outros dissidentes.

Haja vista o papel da mídia na atualidade, em seu caráter de ubiquidade, essa acaba por colaborar na construção de um campo simbólico discursivo, pautado na cisheteronorma, que se sustenta e é sustentado por um imaginário social, também vinculada a mesma norma, para se referir a certas populações, como a LGBTQIAP+, o que acaba por proporcionar significações para a vida e para a condução desta em sociedade (Bonoto; Brignol, 2020). “Assim é que as telenovelas brasileiras representam uma visão de realidade ao mesmo tempo em que colaboram enormemente com tal construção da realidade” (Ferraz, 2019, p. 208). Ou seja, diante de uma história marcada por violência, exclusão, estereótipos e estigmas, a mídia, que está inserida no contexto neoliberal e da veiculação de mensagens que lhe interessa aos lucros, acaba por, muitas vezes, reforçar esse status quo que é LGBTQIA+fóbico. Portanto, essas subjetividades contemporâneas consideradas dissidentes a norma imposta - masculina, branca e cisheteronormativa - pelos discursos hegemônicos acabam sofrendo processo de invisibilização e, conseqüente, estigmatização devido a construção e manutenção de um imaginário social de exclusão ao posto como “anormal”, sendo que esses aspectos também sustentam todas as violências que perpassam as vivências dessas subjetividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das exposições anteriores e das reflexões propostas por este artigo, fica evidente o contexto de violência pelo qual a população LGBTQIAP+, mesmo que nem sempre com esta sigla, historicamente, esteve submetida. Desta forma, possibilita o entendimento da construção de um simbólico e de um imaginário social referente a essa população, que acaba por sustentar a forma como são tratados e representados nos discursos hegemônicos. Assim, tanto no contexto mundial quanto no contexto brasileiro - principalmente este que se destaca como o maior violentador destes sujeitos -, as subjetividades que são dissidentes do padrão de gênero e sexualidade cisheteronormativo acabam por ser estigmatizadas e diminuídas enquanto seu caráter de humano.

Em decorrência desse processo, verifica-se uma série de implicações psíquicas para esses sujeitos. A baixa representatividade, o bombardeamento de imagens de pessoas cisgêneras e héteros, além da materialidade da violência cotidiana, acaba por gerar muito sofrimento para as subjetividades dissidentes, assim como também por colaborar na perpetuação das violências na sociedade e na manutenção dessa cisheteronormatividade. Em decorrência disso, os sujeitos da sigla LGBTQIA+ podem experimentar uma vivência de sua subjetividade diminuída, devido a tentativa de realizar uma expectativa social inalcançável diferente dos sujeitos que são, levando à baixa autoestima e à autodesvalorização.

Nesse sentido, o autor deste artigo toma enquanto proposta a Educação Sexual como grande potencializadora da transformação social. Essa, se realizada com seriedade, pensamento crítico e aprofundado, pode possibilitar a reatualização do imaginário social e a reconstrução de um simbólico por meio da reflexão sobre como se deu a construção histórica da cisheteronormatividade, assim como do contexto de violência a qual as populações minoritárias estão submetidas, além de refletir sobre como esses corpos são representados midiaticamente. Diante disso, pode-se esperar que, a longo prazo, possivelmente, seja possível, por exemplo, a construção de representatividades mais fidedignas e aprofundadas, que retratem com complexidade essas vivências e com atores que se identifiquem com essas identidades. Assim, portanto, tem-se que a Educação Sexual pode auxiliar na promoção do respeito à diversidade humana e promoção da cidadania, aspectos importantíssimos tanto para a comunidade LGBTQIAP+ quanto para a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

- Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023*. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024.
- PORTILHO, Ananda. Bolsonaro adota fala homofóbica e defende que ‘Joãozinho seja Joãozinho a vida toda. *Folha de São Paulo*, 14 jul. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/bolsonaro-adota-fala-homofobica-e-defende-que-joaozinho-seja-joaozinho-a-vida-toda.shtml>
- ASSIS, Ingrid Pereira de ; FREIRE, Karla Cristina Ferro; AYRES, Melina, de La Barrera. O silenciamento da comunidade LGBTIQ+ no telejornalismo. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, v. 18, n. 1, 2021.
- BONOTO, Carolina; BRIGNOL, Liliane Dutra. “É de confiar desconfiando”: Tensões e conflitos entre o ativismo LGBT e a mídia. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 116-130, 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem Homofobia*: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual. Brasília, 2004
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CANCIANI, Pamela.; GHISLENI, Pâmela Copetti. Desfazer o natural, desnaturalizar o feito: a heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. *(Re)pensando Direito*, v. 8, p. 95-111, 2018.
- CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, n. 3, p. 552–563, 2012.
- CARVALHO, T. H. A. de; ARAÚJO, D. F. de. A heterossexualidade compulsória e a estilização do corpo à luz do pensamento de Judith Butler. *CSONline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, [S. l.], n. 34, p. 151–172, 2022. DOI: 10.34019/1981-2140.2021.33586. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/33586>.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Nota Pública - Comissão Nacional de Direitos Humanos apoia decisão do CFP*. Site CFP, 06 ago. 2009. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/nota-pblica-comisso-nacional-de-direitos-humanos-apia-deciso-do-cfp/#:~:text=Desde%20dezembro%20de%201973%2C%20a,mesmo%20procedimento%2C%20deixando%20de%20considerar>
- DAMETTO, Jarbas; SCHIMIDT, Júlia Cristina. Entre Conceitos e Preconceitos: a patologização da Homossexualidade em Psychopathia Sexualis de Richard Von Krafft-Ebing. *Perspectiva (Erechim)* [Internet]. 2015. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_538.pdf

- DESS, C. Notas sobre o conceito de representatividade. *Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas*, Florianópolis, v. 1, n. 43, abr. 2022.
- DIADORIM. Lula sanciona orçamento com maior verba para política LGBTQIA+ da história. *Carta Capital*, 2024. Disponível em: < https://www.cartacapital.com.br/diversidade/lula-sanciona-orcamento-com-maior-verba-par-a-politica-lgbtqia-da-historia/#google_vignette >
- FARO, Julio Pinheiro. Uma nota sobre a homossexualidade na história. *Rev. Subj.*, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 124-129, abr. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000100014 &lng=pt&nrm=iso>.
- FERRAZ, Daniel de Mello. Visibilidade LGBTQIA+ e educação linguística: por entre os discursos de ódio, aceitação e respeito. *Revista X*, 14(4), p. 200–221. 2019. <https://doi.org/10.5380/rvx.v14i4.66079>
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade: volume 1*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2022.
- FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. *Direitos LGBT+: a evolução do movimento e os debates na sociedade*. 2021. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/direitos-lgbtqia/>.
- JUNIOR, Carlos Martins. Saber jurídico e homossexualidade no Brasil da Belle Époque. *Dialogos*, v. 19, n. 3, p. 1217-1251, 8 out. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33742>
- LAZZARINI, E. R.; VIANA, T. DE C. O corpo em psicanálise. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 241–249, maio 2006.
- LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. A grande mídia brasileira e identidades LGBT: um retrato em 2008. *Revista Diálogos de La Comunicación*, 2012.
- LELIS, Rafael Carrano. Transviado também faz revolução! Um olhar maquiaveliano sobre a Revolta de Stonewall. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 1–16, 2019. DOI: 10.35699/2525-8036.2019.15170. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/e15170>.
- LUZ, P. J. Melo; BONIN, J. Adriana. Dimensões de cidadania transcomunicativa: experiências comunicacionais de mulheres trans e travestis. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, [S. l.], v. 21, n. 39, 2022. DOI: 10.55738/alaic.v21i39.847. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/847>.
- MAIA, A. C. B. ; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação Sexual: princípios para ação. *Doxa. Revista Paulista de Psicologia e Educação*, v. 15, p. 41-51, 2011.
- MARQUES, M. C. DA C.. Saúde e poder: a emergência política da Aids/HIV no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 9, p. 41–65, 2002.
- MARTINO, L. M. S. *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Tradução de Renata Santini. 4. ed. São Paulo: n-1 edições, 2021.
- MOREIRA, A. A homossexualidade no Brasil no século XIX. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S. l.], v. 6, n. 07, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2244>.
- NOGUEIRA, G. COLLING, N. Homofobia, heterossexismo, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: Ana Maria Colling; Losandro Antonio Tedeschi. (Org.). *Dicionário Crítico de Gênero*. 1ed.Dourados: UFDG, 2015, v. 1, p. 390-395.
- PEIXOTO, V. B. Violência contra LGBTs no Brasil: a construção sócio-história da abjeção dos corpos. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16., 2019, Vitória. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 2018. v. 1, n. 1.
- PERRONI, Thaís Cattani; APOLINÁRIO, Eleonora Beatriz Ramina; GRALAK, Mariana Mehl; MANFREDINI, Giulia Aniceski; MINATOGAWA, Mayume Christine. As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969): “Stonewall - A Luta Pelo Direito de Amar” (1995) e “Stonewall: Onde o Orgulho Começou”

- (2015). *Epígrafe*, São Paulo, Brasil, v. 7, n. 7, p. 97–108, 2019. DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v7i7p97-108. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/154048>.
- PINEDA, J. E. R.; Rojas, S. V.; Ramírez, J. J. O. O impacto psicossocial da pandemia da covid-19 em lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) na Colômbia. *Saúde e Sociedade [online]*, v. 33, n. 2.
- QUINET, A. *Um olhar a mais : ver e ser visto na psicanálise*. Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- RIBEIRO, A. B. O. Heterossexualidade compulsória e violência(s): relatos de experiência de mulheres lésbicas e de homens gays sobre preconceito. *Intercâmbio*, [S. l.], v. 51, p. e59400, 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/59400>.
- RODRIGUES, V. C. S. O MOVIMENTO LGBT VAI AO MUNDO:: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-DISCURSIVA DE SUA INTERNACIONALIZAÇÃO. *O Cosmopolítico*, v. 6, n. 1, p. 114-129, 25 jun. 2020.
- ROSAS, Paula. Os países que punem a homossexualidade com pena de morte. BBC News, 16 jan. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64252532>
- SANTOS, Natália. Bolsonaro é alvo de ação de vereadoras por frases homofóbicas sobre varíola dos macacos no Flow. *Estadão*. 10 ago. 2022. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-frases-homofobicas-variola-macacos-flow-podcast/?srsltid=AfmBOopyl6NzEc_slp9E5J1hDy1wf4eD3n_-H_bRb4LV4kজেGmAjRdS
- SAVENHAGO, I. J. S. ; SOUZA, W. D. . Estereótipos. In: Ana Maria Colling; Losandro Antonio Tedeschi. (Org.). *Dicionário Crítico de Gênero*. 1ed. Dourados, MS: UFGD, 2015, v. 1, p. 219-224.
- SCATOLIN, H. G. A imagem do corpo: as energias construtivas da psique. *Psicologia Revista*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 115–120, 2012.
- SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: HALL, S.; WOODWARD, K.; DA SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 73 - 102, 2000.
- SILVA, T. T.. Estética das identidades: sobre a política em torno das representações no digital. *Galáxia (São Paulo)*, v. 48, p. e62418, 2023.
- SOUSA JÚNIOR, Carlos Augusto de; MENDES, Diego Costa. Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 19, n. spe, p. 642–655, nov. 2021.
- SPIZZIRRI, Giancarlo, EUFRÁSIO, Raí Álvares, ABDO, Carmita Helena Najjar.; LIMA, Maria Cristina Pereira. Proportion of ALGBT adult Brazilians, sociodemographic characteristics, and self-reported violence. *Scientific Reports*, v. 12, p. 11176, 2022. <https://doi.org/10.1038/s41598-022-15103-y>
- TONIETTE, Marcelo Augusto. UM BREVE OLHAR HISTÓRICO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, [S. l.], v. 17, n. 1, 2006. DOI: 10.35919/rbsh.v17i1.443. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/443.
- TREVISAN, J. S. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018
- VASCONCELOS, Nádia Machado de; ALVES, Francielle Thalita Almeida; ANDRADE, Gisele Nepomuceno; PINTO, Isabella Vitral; FILHO, Adauto Martins Soares; PEREIRA, Cimar Azeredo; MALTA, Deborah Carvalho.. Violence Against LGB+ people in Brazil: analysis of the 2019 National Survey of Health. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 26, p. e230005, 2023
- VIANNA, C. P.. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. *Educação e Pesquisa*, v. 41, n. 3, p. 791–806, jul. 2015.
- VILELA, Pedro Rafael. Bolsonaro critica decisão do STF de criminalizar homofobia. *Agência Brasil*, 14 jun. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-06/bolsonaro-critica-decisao-do-stf-de-criminalizar-homofobia>

SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA: CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA

Caroline Vieira Lourenção. Graduanda em Psicologia na Faculdade de Ciências – UNESP (Bauru/SP). E-mail:

caroline.v.lourencao@unesp.br.

Ana Cláudia Bortolozzi. Livre Docente em Educação Sexual, Inclusão e Desenvolvimento Humano. Departamento de Psicologia, Faculdade de Ciências – UNESP (Bauru/SP). E-mail: claudia.bortolozzi@unesp.br.

RESUMO

A presente pesquisa buscou compreender as concepções de estudantes de Psicologia sobre sexualidade de pessoas com deficiência, por meio de entrevistas individuais com sete estudantes a nível de graduação de uma universidade. As entrevistas englobaram: opiniões sobre a relação entre sexualidade e deficiências, crenças pessoais, fontes de informações e possível contribuição da formação em Psicologia sobre essa temática. Os (as) estudantes entrevistados (as) apresentaram concepções que indicam o reconhecimento da sexualidade e do potencial erótico em pessoas com deficiência, porém, apenas com conhecimentos primários sobre o tema, pautados, predominantemente, em fontes informais e buscadas por iniciativa individual do (a) aluno (a). Com isso, evidencia-se a necessidade de a formação em Psicologia ser repensada para que trate o tema de forma mais intencional e formal no currículo ao longo do curso.

Palavras-chave: Concepções, Sexualidade, Deficiência, Psicologia.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o fenômeno da deficiência passou por diversas formas de tratamento na sua relação com a sociedade – práticas alinhadas aos modelos hegemônicos de cada contexto histórico-cultural (Alves, 2017; Leite; Oliveira; Serrano, 2018). Tais concepções dizem respeito ao modo como nos posicionamos e agimos diante dos fenômenos sociais; no caso, pessoas com deficiência. Cabe salientar que transitar pela gama de representações sociais sobre a deficiência não significa uma superação absoluta de novas matrizes de interpretação do fenômeno sobre as anteriores, mas compreende-las enquanto circulantes, presentes ambigualmente ainda na nossa sociedade atual, mediando as ações humanas.

Dois modelos aparecem como mais emblemáticos na literatura: biomédico e social (Diniz, 2007; Fontes, 2016; Gaudenzi; Ortega, 2016; Maior, 2017). O primeiro reproduz um discurso de caráter organicista sobre corpos com deficiência, os reduzindo a portadores de impedimentos, disfuncionais, lesionados, e que necessitam de tratamento. Já o segundo, a partir da movimentação política e social das pessoas com deficiência, objetiva o rompimento com o binômio deficiência-normalidade e propõe uma virada conceitual à medida que desloca o foco das limitações individuais para a falta de acessibilidade na sociedade. Considerar a deficiência sob a ótica do modelo social se mostra de caráter imprescindível, para que a questão não seja individualizada, mas encarada socialmente (Barroco; Leite, 2021; Bortolozzi; Vilaça, 2020; Omote, 1996).

Visto que a compreensão sobre o que é deficiência se configura sócio historicamente, no sistema capitalista atual, um corpo que não produz nem gera lucro rapidamente pode não suprir os critérios de rendimento e de normalidade vigentes. Dessa forma, a construção de concepções que se faz sobre os indivíduos no sistema se dá nesse contexto das relações de produção e, assim, pessoas com deficiência têm os corpos estigmatizados por esta condição (Aranha, 1995; Leite; Lacerda, 2018).

Neste contexto histórico, a apreensão social de tal fenômeno é mantida como uma “marca” desvantajosa, isto é, que representa uma condição de descrédito social perante uma audiência que julga os atributos socialmente indesejáveis (Omote, 2004). À essa marca desvantajosa, atribui-se o termo estigma, o qual desvaloriza o sujeito e desqualifica sua aceitação social (Goffman, 1988).

Esse cenário de estigmatização de pessoas com deficiência apresenta desdobramentos quando se pensa o desenvolvimento sexual e afetivo. Primeiramente, é importante salientar que se trata de uma interface com duplo tabu (Bortolozzi, 2021). De acordo com a autora, a partir da sexualidade, um tópico complexo e “problemático” devido à repressão sexual, adiciona-se a deficiência, uma condição desvantajosa em relação aos padrões sociais de normalidade, o que posiciona a sexualidade das pessoas com deficiência no campo do desvio.

A partir de uma compreensão sobre sexualidade que ultrapassa a genitalidade, é fato que “todo ser humano é um ser sexuado, dotado de um corpo erótico, com potenciais de afeto, amor, paixão e desejos eróticos” (Bortolozzi, 2021, p. 64). Isto é, pessoas com deficiência são como todas as demais no que se refere ao exercício da sexualidade. Contudo, segundo Zuin, Leão e Denari (2022, p. 36), “as crenças sobre a sexualidade das pessoas com deficiências, em geral, referem-se a um modo generalizado de ver o outro estigmatizado pela deficiência”.

Tangente ao duplo tabu, segundo Gesser e Nuernberg (2014), ainda se perpetuam diversas barreiras, principalmente atitudinais, que produzem opressão e violam a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência. A circulação de uma diversidade de mitos, tais como da assexualidade, da hipersexualidade, da esterilidade, entre outros (Maia; Ribeiro, 2010), atravessam as organizações sociais e geram processos de exclusão das pessoas com deficiência quanto à experiência da sexualidade (Gesser; Nuernberg, 2014).

Nesse ínterim, essa conjuntura forma uma vivência da pessoa com deficiência em sexualidade prejudicada e vulnerável, a qual descreve esse grupo social como desprovido de informações e orientações adequadas sobre sexo e sexualidade, carente de experiências erótico-afetivas, mais desprotegido em relação ao HIV/Aids e com maior propensão de sofrer violência sexual (Bezerra; Pagliuca, 2020; Bortolozzi, 2021; Gesser; Nuernberg, 2014; Maia; Aranha, 2005; Mello; Nuernberg, 2012; Puga; Ruzzi-Pereira, 2020; Rizzo; Gonçalves, 2022; Vieira; Coelho, 2014).

Diante disso, as barreiras que limitam os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência nos diversos espaços e os efeitos por elas produzidos tecem uma relação com a psicologia e seu papel social, principalmente no que tange ao dever de atuar na contramão dos processos de exclusão social e discriminação (Gesser; Nuernberg, 2014; Maia; Pastana, 2018). Dessa forma, urge pensar no modo como a ciência psicológica se relaciona com essa temática.

Embora já tenham ocorrido alguns avanços políticos e conceituais nos últimos anos que promovam uma aproximação ao modelo social (Leite; Oliveira; Serrano, 2018; Maior, 2017), como por exemplo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2008), vê-se que a relação da psicologia para com a deficiência no Brasil, predominante e historicamente, teve o modelo médico como base, sem rupturas significativas. Isto porque a deficiência é, muitas vezes, percebida pela psicologia enquanto um fenômeno oposto à normalidade no indivíduo, que conduz à necessidade de intervenção e reabilitação (Gesser; Nuernberg; Toneli, 2012).

No tocante à sexualidade e ao erotismo, essa conjuntura denota um enfoque medicalizante sobre como deve ser a normalidade funcional da vivência sexual de uma pessoa com deficiência, o qual busca as lacunas, ao invés dos potenciais humanos dessa experiência (Gesser; Nuernberg, 2014). Nesse sentido, para não recair nesse viés normocêntrico, os autores apontam a necessidade de o psicólogo adotar uma perspectiva que não tome a narrativa biologizante e a-histórica do corpo sem impedimentos de natureza física, sensorial ou intelectual como referência, e pensar em modos singulares de a pessoa com deficiência vivenciar a sexualidade.

Apesar de haver reconhecimento sobre como a formação em psicologia deve estar calcada na multiplicidade de formas de expressão da sexualidade (Maia; Pastana, 2018), tendo em vista uma crescente discussão sobre a necessidade de se assumir uma postura crítica e com compromisso social

(Bock, 1997; Gesser; Nuernberg; Toneli, 2012; Gesser, Nuernberg, 2014), ainda não temos evidências de alguma modificação das concepções sobre sexualidade e deficiência por psicólogos no Brasil, principalmente em formação.

O ensino superior, enquanto um importante espaço social de desenvolvimento de consciência crítica, revela-se um contexto privilegiado para investigar as concepções que envolvem deficiência, tendo em vista que pode trazer elucidações a respeito de possíveis ajustes necessários na formação, bem como trazer para o debate científico o modo que futuros profissionais se posicionam quanto ao tema (Leite; Oliveira; Serrano, 2018).

A depender de suas concepções, os caminhos adotados na atuação do psicólogo podem estar a serviço da perpetuação de estigmas. Diante disso, faz-se necessário conferir em que medida a formação em psicologia tem propiciado condições para a reflexão concernente ao rompimento de padrões normativos que produzem opressão, pois os estudantes chegam à universidade educados em meio a estereótipos sobre a sexualidade (Maia; Pastana, 2018).

Desse modo, para que seja possível a incorporação de um viés inclusivo nas práticas profissionais realizadas pelos psicólogos nos diversos âmbitos de atuação, visando as transformações na concepção tradicional sobre a sexualidade da pessoa com deficiência, demonstra-se ser crucial conhecer quais as concepções dos estudantes de psicologia a respeito dessas questões.

A partir desta exposição, o objetivo geral deste estudo é investigar, junto a estudantes da graduação em psicologia, suas concepções sobre a sexualidade da pessoa com deficiência. Mais especificamente, (a) levantar as opiniões sobre a relação entre sexualidade e deficiências; (b) investigar possíveis crenças sobre a temática; (c) fontes de informações e possível contribuição da formação em psicologia sobre essa temática.

MATERIAIS E MÉTODO

1. Delineamento da pesquisa

Esta pesquisa é de natureza qualitativa-descritiva (Bortolozzi, 2020; Creswell, 2007; Flick, 2013), na qual pretende-se explorar um fenômeno por meio de sua descrição, tendo como fonte os relatos e os significados por eles/as atribuídos. O projeto apenas foi realizado após a sua aprovação por um Comitê de ética de uma universidade para avaliação quanto aos procedimentos éticos adotados.

2. Local de realização

A pesquisa está vinculada ao LASEX (Laboratório de Ensino e Pesquisa em Sexualidade Humana), um laboratório de pesquisa da Faculdade de Ciências (UNESP). A coleta de dados foi realizada remotamente, por meio da plataforma *Google Meet*, em local adequado, garantindo privacidade ao entrevistado.

3. Participantes

Tratou-se de uma amostra intencional. Participaram sete estudantes universitários (as), distribuídos (as) em diferentes semestres do Curso de formação em Psicologia. Foram considerados como critérios de inclusão: a) ser aluno (a) de psicologia, b) não ser uma pessoa com deficiência, c) prontificar-se como colaborador (a) na pesquisa dentro dos parâmetros do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os (as) participantes podem ser descritos conforme está disposto no Quadro 1.

+ Quadro 1. Caracterização dos participantes

<i>Participante (nome fictício)</i>	<i>Idade</i>	<i>Raça</i>	<i>Gênero</i>	<i>Orientação sexual</i>	<i>Seriação no curso</i>	<i>Contato próximo com PCD</i>
Ana	22	Branca	F	Bissexual	4º semestre	Não
Annie	23	Branca	F	Bissexual	4º semestre	Sim
Cecilia	22	Branca	F	Bissexual	8º semestre	Não
Karen	23	Branca	F	Bissexual	2º semestre	Não
Lucas	32	Preferiu não informar	NB	Bissexual	4º semestre	Sim
Pedro	25	Branca	M	Heterossexual	4º semestre	Não
Teresa	28	Branca	F	Bissexual	8º semestre	Não

4. Materiais

Foi utilizado um documento redigido de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que assegurou a participação voluntária na pesquisa, resguardando os direitos éticos dos (as) participantes. Para a coleta dos dados, um roteiro de entrevista foi elaborado e testado como piloto antes da coleta propriamente dita. Na versão final, tal instrumento contém questões abertas e está organizado em eixos por objetivos, tal como mostra o Quadro 2 abaixo.

Quadro 2. Objetivos por eixo e roteiro de questões da entrevista

<i>Eixos</i>	<i>Roteiro de questões</i>
<i>a) Dados pessoais</i>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gênero: ✓ Idade: ✓ Estado civil: ✓ Orientação sexual ✓ Seriação no Curso: ✓ Tem contato próximo com alguém com deficiência? (Quem e qual deficiência)
<i>b) Opiniões sobre a relação entre sexualidade e deficiências</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Para você o que é deficiência? 2) Para você, o que é sexualidade? 3) Qual a sua opinião sobre a sexualidade de pessoas com deficiência? Por que você pensa desta forma? (Investigar depois da resposta as deficiências: intelectual, sensorial, física, múltipla, TEA) 4) Sua opinião difere se as pessoas com deficiência são mulheres ou homens? Por que?
<i>c) Crenças pessoais</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Pensando nas pessoas com deficiência em geral, qual a sua opinião sobre elas serem capazes de: namorar? 2) Casarem-se? 3) Ter filhos? Adotar filhos? 4) Viverem uma orientação sexual dissidente? 5) Viverem uma condição de <u>transgeneridade</u>?
<i>d) Fontes de informações e possível contribuição da formação em Psicologia sobre essa temática</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1) As suas opiniões sobre a temática refletem informações que você obteve em que fontes? (Livros, artigos, médicos, filmes, etc.). 2) Em algum momento da sua formação em Psicologia até agora você recebeu esclarecimentos sobre sexualidade de pessoas com deficiência? O que pensa sobre isso? (É importante, necessário ou não?) 3) Considera que nas disciplinas que cursou o discurso é inclusivo? Falam das pessoas pensando que na população há pessoas com deficiência?

Procedimentos de coleta e análise de dados

Para o recrutamento dos (as) participantes, foi estabelecido previamente um contato pessoal da pesquisadora com as orientações sobre os critérios de inclusão para a pesquisa, na cidade de Bauru. Após o aceite, foram agendadas as entrevistas em melhor data e horário, e realizadas em ambientes com silêncio e privacidade. Antes da entrevista, os (as) participantes leram e deram anuência ao documento “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (TCLE) que autoriza sua participação voluntária, com envio posterior assinado. A entrevista foi gravada em vídeo, com a permissão do (a) participante, para posterior transcrição na íntegra.

O procedimento de análise de dados foi qualitativo e consistiu na organização dos relatos transcritos em categorias temáticas, tal como propõe Bardin (2011), que prevê as seguintes fases: leitura flutuante e exaustiva do material, exploração do material e pré-análise por similaridade, categorias temáticas mutuamente exclusivas, interpretação e análise. Almejou-se, com os resultados, elucidar as possíveis lacunas da literatura e responder os objetivos propostos. Além disso, os resultados podem também colaborar para a elaboração de futuros investimentos na formação de psicólogas (os) no nível da graduação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados a partir das seguintes categorias temáticas, com suas respectivas subcategorias.

1. Concepções sobre Deficiência

Os resultados analisados conferem concepções pautadas tanto no modelo biomédico, quanto no modelo social.

Concepções sobre deficiência pautadas no modelo biomédico

A deficiência apareceu nos relatos como uma condição marcada fisicamente no corpo, evidenciando um modelo biomédico. Tal modelo parte de uma perspectiva de disfuncionalidade orgânica (Alves, 2017), a qual posiciona corpos com deficiência no campo do desvio, em comparação ao modelo normativo vigente (Diniz, 2007; Fontes, 2016; Gaudenzi; Ortega, 2016; Maior, 2017).

Nessa categoria, os (as) participantes titubearam significativamente para responderem sobre suas concepções sobre deficiência. Acreditamos que isso se deve à complexidade da temática, bem como a falta de contato com o fenômeno em suas múltiplas expressões, a qual não tem sido propiciada pelo contexto universitário. Os relatos a seguir exemplificam essa concepção:

É quando a pessoa tem dificuldades para lidar com o mundo. Ai, não sei direito! É que também tem aquilo de constituição biológica, né. Tipo, todo mundo é esperado nascer de um jeito, ter umas coisas né, por exemplo ter a visão, ter a voz, a audição... e tipo, andar, essas coisas, então meio que é esperado isso socialmente só que algumas pessoas mesmo não possuem essas questões que são biológicas e, por isso, podem apresentar algumas dificuldades em relação às coisas, eu sei lá. (Ana)

Deficiência seria algum impedimento, seja ele... eu penso mais em impedimentos físicos, né? Quando eu penso em deficiência que não é física, eu acho que eu não consigo discorrer sobre, como deficiência intelectual. Seria mais impedimentos físicos. (Pedro)

Concepções sobre deficiência pautadas no modelo social

A deficiência apareceu também como uma questão na falta de acessibilidade ou na dificuldade de interagir com o mundo por conta de como a sociedade “trata” a pessoa, evidenciando um modelo social de compreender a deficiência (Diniz, 2007; Fontes, 2016; Gaudenzi; Ortega, 2016; Maior, 2017). Assim, os relatos evidenciam o caráter contextual que tal modelo propõe sobre o fenômeno (Omote, 1996; 2004). Alguns exemplos seriam:

É uma diferença que faz com que a pessoa tenha mais dificuldade em algumas coisas e não é alguma coisa que ela... necessariamente... é que, tipo, não é a deficiência em si que faz com que a pessoa tenha dificuldade, mas os obstáculos que têm na sociedade que não é pensada para incluir as pessoas. Não é igual uma doença que tenha cura, entendeu? Não é isso que quero dizer. É uma condição que a pessoa tem significativa o suficiente para que ela tenha que ter uma adaptação. É isso. (Lucas)

Eu acho que deficiência é toda condição crônica que pode afetar o seu planejamento do dia a dia. É um obstáculo para conseguir completar outras tarefas que são esperadas de você. E acho que pode acabar sendo uma maneira diferente de você interagir com o mundo, mas sempre trazendo algum tipo de prejuízo, prático... operacional... enfim... “whatever”. (...) Não é aquela coisa, não é que a pessoa que tem alguma deficiência, ela não é deficiente por conta da deficiência, mas por causa da forma com que a sociedade acaba tratando ela e dos auxílios que ela recebe. Então, ela não é deficiente, ela é tornada deficiente. (Annie)

2. Concepções sobre sexualidade

Concepção ampla sobre sexualidade

A sexualidade não apareceu nos discursos como uma condição limitada à genitalidade, mas ampliada às questões de afeto, escolhas amorosas e sexuais. Entretanto, as questões históricas e

culturais não foram citadas. O conceito de sexualidade implica um conjunto de práticas sexuais e erotismo que vai além da genitalidade ao longo de todo o desenvolvimento humano, mas tais vivências se dão na expressão de preceitos culturais que mudam ao longo da história (Bozon, 2004; Mottier, 2008; Foucault, 1988).

Ah... é... como a pessoa se relaciona, tipo, por quem ela se atrai e como ela se relaciona afetivamente, romanticamente e sexualmente. É isso, eu acho. (Lucas)

É a forma como a pessoa expressa afeto, principalmente sexual. (Karen).

A sexualidade tem vários aspectos. Ela tem o aspecto de como a gente se relaciona com o próprio corpo. Ela tem o aspecto de como a gente se relaciona com o corpo do outro. Não só no sentido de expor, que corpos eu sinto ou deixo de sentir atração, mas também de... acho que engloba também na questão das práticas sexuais, e engloba também a questão de se você é assexual, se você é demissexual. (...) mas eu diria que a sexualidade é essencial, fundante, da maneira com que a gente se relaciona com o mundo. (Annie)

Acho que seria a relação física, psíquica e afetiva das pessoas no que diz respeito ao próprio corpo em relação aos vínculos que ela estabelece, de forma mais genérica assim. (Cecília)

Sexualidade... eu acho que são questões que abarcam o sexo, mas não somente, é... afetividade, relacionamentos, e... acho que é isso. Relações, acho que também envolve o que a gente aprende no curso né, não em uma mediação teórica específica, mas na psicanálise, por exemplo, dá para pensar a sexualidade como prazer, independentemente de estar ou não ligado à genitália, então acho que é isso. (Teresa)

É interessante pontuar que houve uma ênfase absoluta às relações afetivo-sexuais com outras pessoas, o que incluiria, principalmente, sentimentos, desejos sexuais, necessidades de contato e troca de afeto. Entretanto, a relação com o próprio corpo aparece apenas em dois relatos (Annie e Cecília).

Esse dado sugere que questões relacionadas a gênero, por exemplo, foram menos lembradas quando se questionou sobre sexualidade, ainda que dentro de uma concepção ampla. Cano e Brancaleoni (2022) abordam sobre o silenciamento promovido em instituições de Ensino Superior a respeito de questões de gênero, expresso por meio da omissão do tratamento pedagógico e promoção de espaços de discussão.

3. Concepções sobre a relação entre sexualidade e deficiência

Crenças positivas sobre as vivências sexuais e reprodutivas das pessoas com deficiência

Já a relação entre sexualidade e deficiência foi vista como plenamente possível e igual a das pessoas sem deficiência. É interessante que uma visão positiva, saudável e equânime tenha sido vista nos relatos, como defendem Blackburn (2002), Bortolozzi (2021), Vieira e Coelho (2014) e Vilela (2016), mas também podemos perceber um discurso geral, relativizado, sem reflexão das tantas possíveis variáveis dificultosas envolvidas na expressão da sexualidade, quando há uma condição estigmatizante como a deficiência, sugerindo uma ideia um pouco “romântica” dessa possibilidade.

Pesquisas mostram que pessoas com deficiência têm o direito de viver sua sexualidade, exercerem sua vida sexual e reprodutiva se assim o desejarem. Entretanto, ainda há muitos mitos e tabus (Anderson, 2000; Maia; Ribeiro, 2010; Bortolozzi, 2021), dificuldades no contexto social que impedem o pleno exercício desses direitos, e ainda é preciso muito investimento nos campos educacionais, profissionais, pessoais, políticos, etc., para diminuir as resistências e preconceitos vigentes.

[Capazes de namorar] Ah, sei lá... acho que é super normal, “tá” ligado? Elas são capazes, sim ou não? Para mim, é sim! (...) então, acho que sim, elas são capazes, mas também talvez possam ter essa barreira que eu falei [compaixão dos outros]. [Capazes de se casarem] Acho que a mesma coisa... elas são capazes. (...) de modo geral, elas conseguem [Capazes de terem filhos, adotar], e é normal, elas conseguem tranquilo, assim, mas com algumas dificuldades a lidar, né. Tipo, se é uma pessoa deficiente e uma pessoa sem ser deficiente, ou duas deficientes, algumas coisas a se considerar, mas acho que é tranquilo, contanto que não tenha essa questão genética mesmo. (...) [Capazes de viver uma orientação sexual dissidente]

Também acho tranquilo (risos). É super tranquilo... que nem qualquer pessoa. [Capazes de viver uma condição de transgeneridade] Também. (Ana)

[Capazes de namorar] Acho que... normal. [Capazes de se casarem] Também. [Capazes de terem filhos] Também. Acho que é uma coisa, tipo, “mete bala” (risos). [Capazes de viver uma orientação sexual dissidente] Eu acho que... é uma coisa que eu não tinha pensado essa questão do gênero né, mas agora que recaiu isso sobre a minha cabeça, é... eu acho que o gênero é uma coisa que atravessa qualquer pessoa, né? Pessoa com deficiência também. [Capazes de viver uma transgeneridade] Sim. (Teresa)

Crenças negativas sobre as vivências sexuais e reprodutivas das pessoas com deficiência

Impedimentos físicos podem ser imperativos dificultosos quando há problemas e dificuldades relacionadas à deficiência, mas também foram atribuídas dificuldades aos preconceitos sociais e aos estigmas – marcas atribuídas pela sociedade às diferenças desvantajosas. Neste momento, os relatos apontam o modelo social da deficiência, pois deslocam do sujeito para o contexto à concepção da deficiência (Diniz, 2007; Fontes, 2016; Gaudenzi; Ortega, 2016; Maior, 2017). Assim, novamente aqui, preconceitos, mitos e tabus, como a infantilização ou a assexualidade (Anderson, 2000; Maia; Ribeiro, 2010; Bortolozzi, 2021) imperam na visão das pessoas como crenças que dificultariam nos relacionamentos amorosos.

Entretanto, ainda que haja o reconhecimento da presença das dificuldades, os (as) participantes falam de pessoas com deficiência como membros pertencentes a um grupo homogêneo, sem considerar as diferentes necessidades que a natureza da deficiência (intelectual, sensorial, física, etc.) pode vir a colocar em relação à expressão da sexualidade. Além disso, ninguém discorreu sobre a potencialização que acompanha a experiência da deficiência quando se pensa em redefinição da sexualidade.

Eu acredito que seja algo estigmatizado porque as pessoas com deficiência são olhadas como outra forma, como pessoas incapazes. E eu acredito que isso deva dificultar bastante em termos de relações sexuais, principalmente no quesito de disponibilidade de parceiros sexuais. E esse é o ponto mais, ao meu ver, leigo, é o ponto mais complicado. Mas depois que, depois de achar parceiros sexuais e ter relações mais estabelecidas, eu não vejo nenhuma diferença entre pessoas deficientes e não deficientes. (Pedro).

Pelo o que eu saiba, pessoas com deficiência têm sexualidades de forma similar a pessoas sem deficiência, mas acredito que elas tenham alguma dificuldade de expressar por sofrer muito preconceito por parte das demais pessoas. (...) Pessoas com deficiência são muito subrepresentadas, principalmente na mídia, e eu acho que isso causa um efeito de exotismo dessas pessoas, o que leva a gente ou a vê-las como crianças, ou seja, sem sexualidade, ou vê-las de forma fetichizada, ou seja, como um objeto de prazer. Então eu acho que o principal é falta de contato. Por mais que exista uma porcentagem alta de pessoas com deficiência na população, a gente tem pouco contato, até porque muitas escondem as deficiências. (Karen)

Acho que... é um tópico muito estigmatizado porque as PCDs sofrem uma série de preconceitos e discriminações. Ou seja, no sentido de serem infantilizadas, no sentido de não serem vistas de forma humanizada. Então a sexualidade de PCDs existe, porque são pessoas como quaisquer outras. (...) [Capazes de terem filhos] Também, porque também tem estigmatização. Dizem que essas pessoas não podem ter filhos, porque esses filhos podem nascer com uma deficiência também, ou então duvidam do potencial dessa PCD de conseguir cuidar de uma criança. Mas são pessoas plenamente capazes, que tem o direito de ter filhos se for do desejo delas. [Capazes de adotarem filhos] Mesma coisa, eu acho. (Cecília)

Concepções sobre sexualidade e deficiência que se alteram em função do gênero

Os (as) participantes acreditam, em geral, que a relação sexualidade-deficiência se altera com o gênero, mas não aprofundam tanto a questão, deixando essa influência de modo genérica. Entretanto, os relatos apontam, assim como a literatura indica, que entre as pessoas com deficiência as mulheres seriam mais vulneráveis às situações de preconceito e violência (Dantas et al., 2014; Mello; Nuernberg, 2012). A fala de Lucas exemplifica esse cenário:

Me parece que é sempre mais difícil para as mulheres. (...) sei lá, as pessoas falam muito de solidão da mulher negra, por exemplo e acho que para os homens não se fala muito sobre isso. Parece que existe uma

exigência maior quando se trata da mulher. Os homens têm um monte de estereótipo sobre o que eles querem numa mulher, e eu acho que um monte de exigência sobre como a mulher devia ser, é mais raro as mulheres serem assim né. Elas gostam mais das pessoas pelo o que elas são, e não por essas projeções que elas acham que os homens têm tanto de como a mulher devia ser. Então, se é uma mulher com deficiência ou qualquer outra questão, é mais difícil de ela encontrar parceiros do que um cara, eu acho. (Lucas)

Já a fala de Karen, além de citar a problemática de gênero envolvendo a vulnerabilidade maior das mulheres, se destaca por ser a única a abarcar a questão do sofrimento masculino com a perda do que é socialmente considerado “viril”, à medida que se aumenta a dependência de outras pessoas. Bortolozzi (2021) aponta que os padrões normatizadores e binários de gênero afetam as expectativas e vivências de pessoas sem e com deficiências. A autora cita como exemplo a limitação que um homem com deficiência intelectual pode enfrentar para ser o “provedor” que sustenta a família.

Eu sei que pessoas com deficiência têm maior tendência a sofrerem abusos. E nesse sentido, mulheres têm maior tendência a sofrerem abusos. Por outro lado, pelo o que eu saiba, homens têm muita dificuldade de ter cuidado. E existe muito esse estereótipo que o homem tem que ser autossuficiente, não pode depender de outras pessoas. Isso provavelmente afeta negativamente o homem com deficiência, principalmente no caso que precisa de cuidados mais intensivos. (Karen)

4. Conhecimento sobre o tema fora do curso de formação em Psicologia

Os relatos evidenciam que as opiniões expressam o conhecimento a partir de fontes informais: pesquisas em internet (redes sociais, mídias, notícias, etc.) e conversas com pessoas com deficiência. Cano e Brancaleoni (2022) trazem um dado preocupante sobre a formação em Psicologia e sua relação com o uso da *internet*. Em entrevistas a estudantes de Psicologia sobre possíveis fontes de informação relacionadas a gênero e sexualidade, as pesquisadoras trazem que as mídias e redes sociais são colocadas como principais locais de busca e construção do conhecimento, em detrimento das instituições de Ensino Superior.

Percebemos como positivo que hoje exista um número crescente de mídias e comunicadores (as) digitais que falem sobre deficiência e sexualidade, pois isso traz maior visibilidade social à temática. No entanto, é preciso apontar para o fato de que fontes informais não garantem a devida formação acadêmica.

São fontes, tipo, não pesquisadas por mim em livros. No máximo, conversas com pessoas, principalmente pessoas autistas. [Suas crenças pessoais vêm muito através de conversas mesmo com pessoas com deficiência?] Sim. (Pedro)

Isso que eu falei agora de ter mais pessoas LGBT autistas eu vi num canal [do Youtube] que fala sobre autismo, é um canal de divulgação científica¹, chama Luna Aba. Eu gosto de acompanhar pessoas que estudam autismo e sexualidade também, não necessariamente as duas coisas ao mesmo tempo. Na internet, tem bastante divulgador científico hoje em dia né, que não são só canais de opinião, são pessoas que estudam mesmo. Mas também de ouvir as pessoas falando as experiências delas. (...) Acho legal isso de ir conversando com as pessoas, livro mesmo eu não li não. Ah, vendo séries também, eu já vi Amor no Espectro e tal, aí é uma coisa menos científica né. (...) Eu já assisti alguns filmes e documentários, conheci pessoas [com deficiência] também, mas muito mais superficialmente. Já fui em encontros sobre gênero e sexualidade e vez ou outra vai uma PCD falar sobre a experiência dela, coisas assim. Têm pessoas que eu segui já também. Tem aquela menina, ela chama Pequena Lô, eu acho. Enfim, começou a ter vários influencers com deficiência hoje em dia, antes eu não tinha muito contato. Agora eu vejo na mídia mais pessoas falando. (Lucas)

Eu acho que rede social. (Teresa)

¹ Apesar do participante se referir a um canal de divulgação científica consideramos “leigo”, por se tratar de algo geral na internet, não vinculado a nenhum curso de formação, cadastrado no ministério da educação e utilizado por ele com uma finalidade específica para obtenção de grau acadêmico.

5. Conhecimento sobre o tema no Curso de formação em Psicologia: fontes pontuais e informais ou ausência de informações

Fontes pontuais e informais

Alguns relatos evidenciam que as opiniões expressam o conhecimento a partir de fontes diversas e informais. Ou seja, a formação se encontra predominantemente baseada em fontes buscadas por iniciativa individual de cada estudante, e não nas disciplinas ofertadas.

A presença de grupos de estudo e de pesquisa e projetos de extensão em algumas respostas não é algo negativo, tendo em vista que se tratam de espaços importantes de discussão acadêmica com base em literatura científica. Porém, muitos estudantes não têm condições ou interesse espontâneo em participar ativamente desses espaços na universidade, o que nos leva a afirmar que o conhecimento sobre sexualidade de pessoas com deficiência não deveria estar calcado apenas em fontes buscadas por iniciativa individual, mas garantido na formação, ainda que pesquisa e extensão também se configurem como basilares para o contexto universitário.

Acho que a minha experiência em projetos de extensão. (...) E... no espaço em sala de aula, com algumas disciplinas que tivemos respectivas a esses assuntos, com leituras que surgiram nesses espaços. (...) Acho que a primeira (disciplina) que me vem é a de Psicologia e Inclusão Educacional e de Desenvolvimento e Educação Sexual. (...) E também em algumas experiências que a gente tem em grupos de estudo que possibilitam um contato mais denso com isso, como as reuniões do GEPESEC (sigla de um nome de Grupo de estudo e pesquisa) e acho que outros espaços de discussão também, mesmo que mais informais. (Cecília)

Não digo livros, mas textos de uma disciplina e... é, leitura. (...) Mas eu acho que... não num espaço oficial para isso. Não lembro, pelo menos agora, da gente discutir sexualidade e deficiência na disciplina que a gente teve sobre inclusão. Pelo menos eu não lembro, posso ter esquecido... mas acho que não. E o momento que eu tive contato com isso foi em espaços menos oficiais, como grupos de estudo e também conversas com pessoas que estudam sobre isso. (Teresa)

[Em algum momento da sua formação em psicologia até agora, você recebeu esclarecimento sobre sexualidade de pessoas com deficiência?] Você diz, dentro das matérias da graduação? Não, não, não. O máximo que eu tive de contato com esse tipo de coisa, foram coisas que eu fui atrás sozinha ou de, no máximo, alguma coisa que divulgaram no evento do GEPESEC, por motivos óbvios de ser um espaço próprio para esse tipo de discussão. Mas nas matérias, mesmo assim, não foi falado em nenhum momento. (Annie)

Ausência de informações

A maioria dos (as) alunos (as) que estão no início ou intermédio do ano relatou ainda não ter acesso a formação e conteúdo sobre sexualidade de pessoas com deficiência. Entretanto, todos (as) os (as) participantes expressam, com veemência, a percepção sobre a necessidade de o assunto ser devidamente trabalhado na graduação.

Bortolozzi e Vilaça (2020) afirmam que os/as professores/as que atuam nas escolas inclusivas com alunos/as com deficiências não têm conhecimento sobre o desenvolvimento da sexualidade e a educação sexual para essa população e que precisam receber educação continuada. Nossos participantes estudantes de Psicologia também não

[Em algum momento da sua formação em psicologia até agora, você recebeu esclarecimentos sobre sexualidade de pessoas com deficiência?] Não, nunca ninguém falou nada. Acho importante. Se você vai abordar sexualidade, com certeza tem que abordar isso. É uma coisa que existe, mas assim como a gente tem que se pautar em outros âmbitos também, não só o da sexualidade. (Pedro)

Eu não lembro de na graduação alguém ter falado alguma coisa sobre o assunto especificamente, nem um professor citando... nada. [...] E eu acredito que seja bem importante, mas eu não sei como isso poderia ser colocado pra gente, sabe? Sei lá, acho que até a sexualidade no geral não é muito falada, e a deficiência também. Então acho que esses dois assuntos convergindo eles já aparecem muito pouco, sabe? Mas eu acho que são muito importantes sim! (Ana)

Não [não recebeu informações sobre sexualidade e deficiência no curso]. Eu penso que todos os cursos da área de saúde têm que ter uma bateria inteira dedicada a pessoas trans e também que tem que ter uma bateria inteira dedicada a pessoas com deficiência. Não é só um cursinho de fim de semana, não é duas palestras. (...) Porque eu acho que são duas questões muito... que todo mundo tem que saber pelo menos o básico e de preferência até um pouquinho além, se você é um profissional da saúde, principalmente. (...) E assim... eu acho que eu não vi uma pessoa com deficiência visível em todo esse ano que eu fiz de curso até agora, e eu acho que isso é bem sintomático da falta de inclusão da nossa universidade e isso, obviamente, se reflete nas aulas. (Karen)

Eu acho absolutamente necessário [receber esclarecimentos sobre a temática], porque hoje a gente não pode fazer uma psicologia que ela, independente de abordagem ou de área... a nossa vivência enquanto profissional vai nos colocar em contato com pessoas diferentes de nós, e a gente tem que ter algum nível de arcabouço para lidar com essas demandas, sabe? (...) A gente tem que saber o tipo de empecilho que essas pessoas podem passar, quais são as possíveis fontes de sofrimento para elas, quais... o que a gente tem que investigar, o que a gente tem que intervir, o que elas passam, sabe... a gente não pode sair assumindo que todo mundo é o branco, cis, normativo, sabe, porque essa não é realidade da maioria das pessoas, né. Então a gente precisa saber como lidar com a diversidade, sabe, e eu acho que um curso que, é, é ou deveria ser politizado, né, que deveria trazer, deveria preparar a gente para o que a gente vai vivenciar aqui, tem uma formação crítica, sabe, deixar essa discussão de fora, eu acho muito problemático. (Annie)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados, consideramos que foi possível observar o fato de que os (as) estudantes de Psicologia entrevistados (as) reconhecem as pessoas com deficiência como dotadas de sexualidade e erotismo. Mas, apresentam apenas noções básicas sobre a temática, com respostas generalistas, ou mesmo pouco consistentes, sobre as vivências. Além disso, é importante salientar a insegurança de grande parte dos (as) participantes para responderem as perguntas da entrevista, principalmente as que se referem às opiniões sobre a relação entre sexualidade e deficiências.

Em relação a fontes de informação sobre o tema, as respostas se mostraram consistentes: a graduação em Psicologia não tem propiciado a formação efetiva para formar profissionais que saibam trabalhar com as dificuldades e potencialidades da sexualidade de pessoas com deficiência, em suas múltiplas expressões. Com isso, abre-se margem para que as concepções se baseiem, predominantemente, em fontes informais buscadas por iniciativa individual dos (as) estudantes, enquanto passam por quase todas as matérias da graduação sem ouvir nada a respeito, e sem que haja um discurso inclusivo por grande parte dos (as) professores (as) em sala de aula.

O fato de haverem duas entrevistadas (Cecília e Teresa) do oitavo semestre de Psicologia também é importante de ser ressaltado, pois o curso, apesar de proporcionar algumas poucas disciplinas pontuais sobre inclusão educacional, e uma aula dedicada a trabalhar a interseccionalidade entre sexualidade e deficiência, ainda apresenta escassez de debates e proporção de aulas que se aprofundem sobre esse tema, o que se reflete nas respostas. Ademais, questionamos o fato de o assunto ser tratado ainda como algo secundário no currículo, sendo que deveria já estar incluso como apenas algo próprio da existência humana, assim como também denunciam Gesser e Nuernberg (2014).

Os dados encontrados nesta pesquisa convergem com o que Maia e Pastana (2018) defendem sobre a necessidade de a formação em Psicologia ser repensada para operar como uma educação sexual formal, pois os (as) profissionais lidarão com pessoas diversas quanto à expressão e vivência da sexualidade. Assim, depreende-se que a sexualidade de pessoas com deficiência ainda é um tópico que precisa ser intencionalmente trabalhado ao longo da graduação em Psicologia, para que seja oferecida uma formação comprometida com a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos dessa população.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Denise Soares da Silva. Concepções de deficiência: um estudo sobre a representação social da diversidade humana ao longo da história. **Polyphonia**, v. 28, n. 1, jan.–jun, p. 31-44, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/43435>. Acesso em: 29 out. 2024.
- ANDERSON, Orieda Horn. **Doing what comes naturally? Dispelling myths and fallacies about sexuality and people with developmental disability**. Homewood: High Tide Press, 2000.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas em Psicologia**. São Paulo, n. 2, p. 63-70, 1995. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1995000200008. Acesso em 03 nov. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. (Trad. RETO, Luís Antero; PINHEIRO, Augusto). Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARROCO, Sonia Mari Shima; LEITE, Lúcia Pereira. Por uma compreensão não patológica da deficiência. In: LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; SILVA, Silvia Maria Cintra da; LEAL, Zaira Fátima de Rezende González (Org.). **A (des) patologização do processo de escolarização: contribuições da Psicologia Histórico-cultural**. Maringá: EDUEM, v.1, p. 251-276, 2021.
- BEZERRA, Camila; PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. Adolescentes cegas: percepções sobre a sua sexualidade. **Millenium**, v.2, n.13, p.61-67, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7668045>. Acesso em: 03 nov. 2024.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. **Psicologia: ciência e profissão**, 17(2), p. 37-42. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/8wMf9sFXZtQcdnY5xvMVpsF/>. Acesso em: 03 nov. 2024.
- BORTOLOZZI, Ana Cláudia. **Sexualidade e deficiência - uma releitura**. Bauru: Gradus, 2021.
- BORTOLOZZI, Ana Cláudia; VILAÇA, Teresa. **Educação sexual inclusiva e a formação de professores (as)**. Cultura Acadêmica Digital, Ed. Unesp, 2020.
- BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. (Trad. MENEZES, Maria de Lourdes). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- BRASIL. **Decreto Legislativo n. 186 (de 09 de julho de 2008)**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm. Acesso em: 04 nov. 2024.
- CANO, Marina Tedeschi.; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar. Gênero e Sexualidade: Vivências e concepções de jovens universitários do curso de Psicologia da cidade de São Paulo. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 7, n. 2, p. 1181-1196, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14662>. Acesso em: 06 nov. 2024.
- CRESWELL, John Ward. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. (Trad. ROCHA, Luciana de Oliveira da). Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DANTAS, Taísa Caldas; SILVA, Jackeline Susann Souza; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: Uma história feminina de rupturas e empoderamento. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 4, p. 555-568, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/bV7h6MQqf7VyQ5Y93RYrBdw/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 04 nov. 2024.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. (Trad. COSTA, Joice Elias). 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. (Trad. ALBUQUERQUE, Maria Thereza da Costa; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhaon). 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. **Ciências e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3061-3070, out. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/HFz9VsDjHFTLsyCzNQThK9y/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 nov. 2024.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 557-566, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/PhdsqtyL5T8fRwTp9JD3T6M/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 04 nov. 2024.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. Psicologia, sexualidade e deficiência: Novas perspectivas em direitos humanos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 34, n. 4, p. 850-863, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/HxNtrbgt6HVf35kMcRW7qYn/abstract/?lang=pt>. Acesso em 04 nov. 2024.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

LEITE, Lúcia Pereira; OLIVEIRA, Taize de; SERRANO, Elsie Alejandrina Perez. Concepções de deficiência em universitários em dois países politicamente distintos: Cuba e Brasil. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 5, n.1, p. 95-110, Jan.-Jun., 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/8337>. Acesso em: 04 nov. 2024.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; ARANHA, Maria Salete Fábio. Relatos de professores sobre manifestações sexuais de alunos com deficiência no contexto escolar. **Interação em Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 103-116, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3290>. Acesso em: 08 nov. 2024.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; PASTANA, Marcela. Sexualidade e diversidade sexual na formação em psicologia. **Revista Brasileira de sexualidade humana**, v. 29, n. 1, p. 83-90, 2018. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/44. Acesso em 08 nov. 2024.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Revista brasileira de educação especial**, v. 16, n. 02, p. 159-176, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/kYLkXPZsQVxZ85S95S3fQMz/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 08 nov. 2024.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inclusão Social**, v. 10, n. 2, p. 28-36, 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029>. Acesso em: 08 nov. 2024.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, setembro-dezembro, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000300003>. Acesso em: 08 nov. 2024.

MOTTIER, Veronique. **Sexuality - a very short introduction**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

OMOTE, Sadao. Estigma no tempo da inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 10, n. 03, p. 287-308, 2004. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-65382004000300004&script=sciarttext>. Acesso em: 08 nov. 2024.

OMOTE, Sadao. Perspectivas para conceituação de deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 2, n.4, p. 127-135, 1996. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sciabstract&pid=S141365381996000100012&lng=es&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 08 de nov. 2024.

PUGA, Pâmela Coimbra Argenton; RUZZI-PEREIRA, Andrea. A percepção de pessoas com deficiência intelectual sobre a sexualidade. **Temas em Educ. e Saúde**, Araraquara, v. 16, n. 2, p. 542-552, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/13709>. Acesso em: 08 nov. 2024.

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza; GONÇALVES, Josiane Peres. A (in)visibilidade da sexualidade da pessoa surda associada a deficiência intelectual: um estudo de caso na APAE. **Revista Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 27 n. 3, p. 01-10, dez., 2022. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/7829>. Acesso em: 08 nov. 2024.

VIEIRA, Camila Mugnai; COELHO, Marili André. Sexualidade e deficiência intelectual: concepções, vivências e o papel da educação. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 7, n. 13, p. 201–212, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/3268>. Acesso em: 08 de nov. 2024.

VILELA, Maria Quintella Brandão. **Diferente, mas não desigual - a sexualidade no deficiente intelectual**. 2ª ed. São Paulo: Trilha educacional, 2016.

ZUIN, Luiz Fernando; LEÃO, Andreza Marques de Castro; DENARI, Fátima Elisabeth. Sexualidade E Deficiência Intelectual: Estigmas E Preconceitos. **Apae Ciência**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 30–39, 2022. Disponível em: <https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/370>. Acesso em: 08 nov. 2024.

BISSEXUALIDADE NA PESQUISA: CONTRIBUIÇÕES DE UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA LITERATURA

Bianca Longhitano, Doutoranda no “Programa de Pós-graduação de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem” da UNESP- Bauru. Mestre em psicologia pelo mesmo programa. Coordenadora do GEPESEC (Grupo de Estudo e Pesquisa em Sexualidade, Educação e Cultura).

Laura Braga Guimarães Graduanda no programa de Psicologia da UNESP- Bauru. Participante do GEPESEC.

RESUMO

Este artigo busca identificar consensos e divergências sobre a bissexualidade na produção científica, por meio de uma revisão sistemática de 27 artigos. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados entre 2000 e 2019, com a palavra “bissexualidade” no título, sendo publicações em português e inglês incluídas. As plataformas de dados buscadas foram Science, Psycinfo, Pubmed, Scopus, Scielo e Pepsic. O objetivo foi compreender as concepções vigentes acerca da bissexualidade, desde a conceitualização até a reiteração da bifobia por estereótipos, preconceitos e invisibilidade. Os resultados foram organizados em categorias temáticas tomadas enquanto relevantes para a discussão do tema. Tendo em vista a sexualidade como fluida, a identidade bissexual, não-conformativa com a heteronormatividade e binarismo social. Assim, a não-compreensão dentro de comunidades tanto heterossexuais, quanto homossexuais, faz com que pessoas bissexuais sejam marginalizadas e muitas vezes vistas como o meio termo entre a homo e heterossexualidade, reforçando sua discriminação e senso de não pertencimento.

Palavras-chave: bissexualidade; bifobia; sexualidade; discriminação.

INTRODUÇÃO

Abrir a discussão sobre bissexualidade é, em sua maioria, lidar e frustrar-se com divergências de ideias e/ou conceitos, além de estigmas sobre o “ser bissexual”. Dentro das orientações sexuais dissidentes, a bissexualidade é ainda mais difícil de ser entendida porque parece ser ou/e costuma ser lida enquanto uma mistura de homo e heterossexualidade (CAVALCANTI, 2007).

A problemática em estabelecer conceitualmente a bissexualidade e com quem o indivíduo que se orienta por tal, se relaciona, é passível de ser compreendida como produto do “[...] caráter ambivalente do objeto de desejo e sua prática não-heteronormativa, que confronta o binarismo e a monossexualidade [...]” (ALVES; LOPES, 2015, p. 1). As sexualidades fluidas, como a bissexualidade, são vistas de forma marginalizada por ser não-conformativa com a heteronormatividade e o binarismo, abrindo espaço para estigmas e estereótipos que identificam essas pessoas (bissexuais) como não-resolvidas, confusas e até promíscuas. O último sendo reiterado pelo fato de a bissexualidade ter ganhado contorno na literatura através da transmissão de HIV/Aids, que tem enfoque literário em homens homo e bissexuais (CAVALCANTI, 2012; CALMON, 2023).

Entretanto, a bifobia não é encontrada apenas entre heterossexuais e práticas heteronormativas, a comunidade não-heterossexual também é resistente em compreender a bissexualidade, já que “[...] ambos acreditam que a bissexualidade é uma fuga da identidade homossexual.” (CAVALCANTI, 2012, p.80). Os bissexuais eram vistos pela comunidade homossexual como “enrustidos”, ‘dentro do armário’ e até como vetores de doenças (HIV/Aids) para mulheres lésbicas (JAEGER, M.B.; LONGUINI, G.D.N.; OLIVEIRA, J.M.C.; TONELI, M.J.F., 2019), exatamente por ocupar este lugar de incompreensão que vai desde a sua conceitualização, até sobre quem são seus objetos de amor e/ou desejo.

Torna-se necessário a busca e identificação de consensos e divergências na literatura acerca da bissexualidade, a fim de compreender quais são os pontos em comum e que baseiam a compreensão do “ser bissexual”, além de perpetuar, ou não, estereótipos e crenças errôneas sobre a comunidade, visto que:

“... a bissexualidade tem aparecido em segundo plano, junto com a discussão das homossexualidades e das lesbianidades ou como parte de uma lista de categorias identitárias (gays, lésbicas, bissexuais, transexuais). Além do mais, tem sido associada à uma fase imatura a ser superada (pelos discursos psicanalíticos) e a comportamento de risco, ISTs aids/HIV (pelos discursos da saúde). (Jaeger, M.B.; Longuini, G.D.N.; Oliveira, J.M.C. et al., p. 3)

MÉTODO

Os procedimentos de coleta e de análise de dados ocorreram da seguinte forma:

- Foram eleitas bases de dados relevantes na área da Psicologia: Science, Psycinfo, Pubmed, Scopus, Scielo e Pepsic;
- Buscou-se artigos em periódicos, a partir do descritor: “bissexualidade”.
- Critérios de inclusão: possuir palavra no título, ser de acesso livre, período de datas: anos entre 2000 e 2019; línguas inglês e português.

A análise dos artigos foi feita em 2 etapas. Na primeira fase, buscou-se os dados gerais dos artigos por meio da correlação entre eles. A partir dessa análise, pode-se concluir que população tem sido incluída nas pesquisas, quem tem escrito os artigos, assim como onde, qual a porcentagem de artigos teóricos e práticos entre a temática, entre outros. Essa parte da análise foi publicada sob o título “Bissexualidade na pesquisa: estudo de revisão sistemática da literatura” na Revista Pemo, [S. l.], v. 4.

Na segunda fase da análise, buscou-se analisar o que está sendo dito na bibliografia selecionada, por meio da análise do discurso de . Dessa forma, aponta-se o que se diz sobre a população e, se estamos caminhando em direção ao combate ao preconceito. Esta parte será exibida no presente trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: ANÁLISE DE CONTEÚDO TEMÁTICA CONVERGENTE SOBRE A TEMÁTICA ESTUDADA

Definição de bissexualidade

A bissexualidade é de difícil definição, já que empregou e emprega diversos significados (CALLIS, 2009; FAHS, 2009; KLESSE, 2018; SANDFORT; DODGE, 2008; ZAYLÍA, 2009). O primeiro emprego da palavra se referia a interssexualidade, (antigo hermafroditismo), (CALLIS, 2009; DELOUYA, 2003; MACDOWALL, 2009) e, a partir deste primeiro uso, Freud, ao observar o hermafroditismo fetal, apresenta a ideia de que psiquicamente, todos nascem bissexuais (DELOUYA, 2003; ZAYLÍA, 2009), ideia esta similar a de que todos têm um “potencial bissexual” (CALLIS, 2009; KLESSE, 2018). Também há uma ideia, possivelmente advinda da mesma questão referente ao hermafroditismo fetal, de que a bissexualidade é derivada de uma combinação psíquica do masculino com o feminino (MACDOWALL, 2009).

A crença de que todos são ou podem ser bissexuais convive com a hipótese de que a bissexualidade é, na verdade, uma fase para um dos dois pólos (homossexualidade e heterossexualidade), (FAHS, 2009; KLESSE, 2018) sendo um momento que não perdura. Esta, encontra também seu pólo oposto: de que a bissexualidade é uma identidade permanente (FAHS, 2009).

Este grande encontro de hipóteses vai de encontro com a possibilidade de definirmos a sexualidade como fluida, (HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016; ZAYLÍA, 2009), que costuma ser utilizada nas discussões atuais sobre sexualidade.

Não há, portanto, consenso sobre o significado isolado da palavra. Um grupo de pesquisadores apresentam a bissexualidade como uma terceira sexualidade completamente independente da homossexualidade e da heterossexualidade, (WEINRICH; KLEIN; MCCUTCHAN; GRANT, 2014; ZAYLÍA, 2009), enquanto outros a apresentam como algo entre o que seriam os dois pólos (homossexualidade e heterossexualidade) ou a combinação de ambos (CALLIS, 2009; MONRO; HINES; OSBORNE, 2017; WEINRICH; KLEIN; MCCUTCHAN; GRANT, 2014).

Há um pouco mais de consenso quando falamos de para quem está voltado o desejo de bissexuais, sendo que duas visões próximas são apresentadas. Alguns pesquisadores apresentam que o comportamento e/ou desejo sexual ou romântico são apresentados “pelos dois gêneros”, (masculino e feminino) (MACDOWALL, 2009; SANDFORT; DODGE, 2008; MONRO; HINES; OSBORNE, 2017; PEREIRA; BECKER; GARDINER, 2017), enquanto outros apresentam que tal comportamento e/ou desejo são apresentados por dois gêneros ou mais (CALVARD; O'TOOLE; HARDWICK, 2019; FEINSTEIN; DYAR, 2017; HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016; VENCILL; ISRAEL, 2018). Essa pequena adição do “ou mais” no final da frase faz toda a diferença. Isto porque inclui as identidades de gênero não-binárias (não-binarismo, gêneros fluidos, etc.) como campo da atração bissexual, quebrando o recorrente argumento de que bissexuais seriam transfóbicos ao se relacionar apenas com mulheres (cis) e homens (cis). Observa-se que a definição que parece não defender um binarismo de gênero é datada mais recentemente. Talvez por isso, certos autores ainda preferem colocar a bissexualidade como um termo guarda-chuva que inclui todas as outras identidades não monossexuais, como a plurissexualidade e a pansexualidade, por exemplo (FEINSTEIN; DYAR, 2017; MALIEPAARD, 2018; VENCILL; ISRAEL, 2018).

Não há grandes argumentos que fogem do conceito que uma pessoa bissexual é aquela que se identifica como tal (ZAYLÍA, 2009). Porém, diversos autores diferenciam a identidade bissexual com o comportamento bissexual (CALLIS, 2009; FAHS, 2009; MACDOWALL, 2009; SANDFORT; DODGE, 2008) já que em suas pesquisas, verificaram que diversas pessoas que se identificam como héterossexuais ou homossexuais acabam tendo algum tipo de comportamento bissexual, na qual se envolvem afetiva ou sexualmente com pessoas que teoricamente não entrariam na sua orientação monossexual (FAHS, 2009; FEINSTEIN; DYAR, 2017; SANDFORT; DODGE, 2008). Sandfort e Dodge (2008), utilizam-se de uma nomenclatura específica para delimitar sua população: homens que fazem sexo com homens e mulheres (men who have sex with men and women; MSMW). Esta estratégia é utilizada majoritariamente pela área da saúde.

Também é possível a bissexualidade existir como uma identidade, mas não como um comportamento. Segundo Callis, esta pode aparecer em forma de pensamentos, desejos e fantasias pelos gêneros diversos. Às vezes, também, a bissexualidade é assumida como forma de identidade política (CALLIS, 2009; FAHS, 2009). De forma a organizar tantas informações divergentes, Feinstein e Dyar (2017) apresentam a sexualidade em três facetas: identidade, atração (sexual e/ou romântica) e comportamento. Podemos encontrar a bissexualidade em uma das facetas, assim como em duas ou nas três. Ronan (2018) crê que a força política da bissexualidade está justamente nesta questão: trata-se de uma orientação em direção a desorientação, de uma desidentidade.

Diante de tudo isto, concordamos com Fahs (2009), que diz que a bissexualidade tal como conceito é uma invenção cultural, e portanto, muda de significado com o passar do tempo.

Bissexualidade e preconceito

Certas definições apresentadas e as estagnações de significados por meio da história podem ser um problema e dar base para uma série de preconceitos e ideias discriminatórias. Calvard, O'Toole e Hardwick (2019) acreditam que a formulação de que a bissexualidade como um meio termo entre a heterossexualidade e a homossexualidade pode causar problemas. Esse conceito abre espaço

para a ideia de que pessoas bissexuais sejam lidas como uma combinação de homossexualidade e heterossexualidade que precisa ser guiada em direção a heterossexualidade (TOFT, 2014).

Outra concepção frequente é que a bissexualidade seria um estado do desenvolvimento (CALLIS, 2009), e uma identidade temporária (HAYFIELD; CAMPBELL; REED, 2018) porém pesquisas mostram que a bissexualidade não se trata de um estado transicional, mas sim um rótulo que mais mulheres adotam com o passar do tempo (DIAMOND, 2008 *apud* FAHS, 2009).

Enquanto algumas crenças são de que, apesar da bissexualidade não ser natural como a heterossexualidade, não há nada que “possa ser feito” para mudar a identidade (PEREIRA; BECKER; GARDINER, 2017), uma opinião social mais recorrente insinua que a bissexualidade é uma escolha (TOFT, 2014; ZAYLÍA, 2009). Zaylía desenvolve que ao colocar-se escolha e preferência como possibilidade, é lido que bissexuais possuem privilégios de casais heterossexuais, o que pode ser um dos motivos de sua exclusão. Por outro lado, a comunidade religiosa tende a pensar que, se a bissexualidade se dá como escolha, então pessoas bissexuais devem escolher a heterossexualidade e se casar (TOFT, 2014).

Outra questão bastante presente é o fato da bissexualidade não ser dicotômica (PEREIRA; BECKER; GARDINER, 2017; ZAYLÍA, 2009). Isso significa que ela não trabalha dentro dos binarismos recorrentes dentro da sociedade, como masculino ou feminino; hétero ou homo. Este sistema de controle é excludente e além de disseminar estereótipos negativos, também auxilia a perpetuação de atos discriminatórios, negando a possibilidade de existência de grupos que desafiam a visão dos grupos dominantes (YOSHINO, 2000 *apud* PEREIRA; BECKER; GARDINER, 2017).

As questões apresentadas facilitam a compreensão do porquê, então, a bissexualidade é desviante das normas heterossexuais (ZAYLÍA, 2009), assim como seu potencial subversivo (RONAN, 2018). A bissexualidade apresenta a possibilidade de desconstrução dos modelos tradicionais de identidade sexual, fornecendo uma visão de identidade mais fluida e maleável, de forma a desestabilizar a identidade sexual de modo geral (FAHS, 2009). Não se encaixando na visão essencialista, binária e dicotômica de sexo, gênero e sexualidade, ela não confirma o monossexismo, e talvez por isso passe a ser ignorada (HUBBARD; VISSER, 2015). Talvez seja por sua radicalidade que bissexuais costumam ser mais conflituosos em relação a sua sexualidade (FAHS, 2009) e que o movimento identitário bissexual foi desenvolvido mais lentamente do que o de gays e lésbicas (CALLIS, 2009).

Dupla discriminação

É um consenso entre os artigos analisados que pessoas bissexuais sofrem uma discriminação dupla, que ocorre tanto de pessoas heterossexuais quanto de pessoas homossexuais (RICH *et al*; 2018; HAYFIELD; CAMPBELL; REED, 2018; HUBBARD; VISSER, 2015), sendo excluídos e ostracizados das comunidades lésbica e gay com frequência (TOFT, 2014; HUBBARD; VISSER, 2015; ZAYLÍA, 2009).

Isto também se envolve com a crença de que a bissexualidade é uma escolha já que abre margem para a ideia de que se a identidade sexual é escolhida, então homossexuais escolhem sofrer opressão e, portanto, não merecem direitos igualitários (ZAYLÍA, 2009). Há uma frustração da comunidade gay e lésbica, já que pessoas bissexuais aparentam não aceitar seu “eu real”, que seria ou heterossexual, ou homossexual (ZAYLÍA, 2009). Weinrich, Klein, McCutchan e Grant (2014) apresentam como dado de sua pesquisa que heterossexuais e homossexuais são mais parecidos um com outro ao pensar em atração sexual do que com os bissexuais.

O conflito entre a comunidade lésbica e mulheres bissexuais é diferente do conflito da comunidade gay e homens bissexuais. Mulheres bissexuais e lésbicas têm mais conflitos do que homens bissexuais e gays, talvez pela facilidade e possibilidade que mulheres bissexuais têm de se passarem por heterossexuais (HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016). A bissexualidade feminina é mais aceita

socialmente do que a masculina (HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016) e talvez por isso mulheres tem mais chance de reportar bissexualidade e menos chances de reportar homossexualidade (WEINRICH; KLEIN; MCCUTCHAN; GRANT, 2014).

Lésbicas constantemente rejeitam mulheres bissexuais (ZAYLÍA, 2009). Lésbicas veem mulheres bissexuais como “sirenes” (indicando problemas), pois acreditam que elas só namoram mulheres até o próximo homem aparecer, já que homens podem oferecer privilégio de relacionamentos héteros (ZAYLÍA, 2009). Dessa forma, ao entender que a bissexualidade é uma escolha, lésbicas gostariam que mulheres escolham não namorar homens, abdicando deste privilégio (ZAYLÍA, 2009).

Também é frequente que lésbicas entendam a bissexualidade de mulheres apenas como performática (performada para satisfação e prazer masculinos) enquanto homens gays veem a bissexualidade masculina como uma fase transicional para a homossexualidade (HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016).

Homens bissexuais, portanto, estariam apenas escondendo a homossexualidade, já que a cultura ocidental tende a conectar masculinidade à heterossexualidade, e atrair-se por homens negaria a masculinidade de forma completa (HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016). A hipótese de que homens bissexuais são na verdade gays é negada pela pesquisa de Weinrich, Klein, McCutchan e Grant (2014), que mostra que os dados obtidos de homens gays são bastante distintos dos dados obtidos de homens bissexuais.

Estereótipos e a Bifobia

A bissexualidade carrega diversos estereótipos que podem gerar estigmas. Ronan (2018) apresenta que a bissexualidade é vista como imatura (como uma fase de confusão/experimentação), sendo esta legitimada pelo casamento, que institucionaliza que é normal chegar a uma identidade monossexual que é ou heterossexual ou homossexual. Em direção a esta ideia, vê-se que existem mais estereótipos sobre a bissexualidade do que sobre a homossexualidade, e que estes são particularmente negativos em relação a homens bissexuais (HUBBARD; VISSER, 2015).

Estereótipos direcionados a bissexualidade e pessoas bissexuais constantemente se interseccionam com negatividades voltadas para a permissividade sexual, negatividades que surgem a partir da mononormatividade (normatividade de relacionamentos monogâmicos) e discursos românticos idealizados de díades (HAYFIELD; CAMPBELL; REED, 2018). São alguns dos estereótipos atrelados às pessoas bissexuais:

- Promiscuidade e hiperssexualidade (CALVARD; O'TOOLE; HARDWICK, 2019; FEINSTEIN; DYAR, 2017; KLEESE, 2018; HAYFIELD; CAMPBELL; REED, 2018; HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016; HUBBARD; VISSER, 2015; TOFT, 2014);
- Deslealdade ou incapacidade de comprometer-se em um relacionamento monogâmico (CALVARD; O'TOOLE; HARDWICK, 2019; FEINSTEIN; DYAR, 2017; HAYFIELD; CAMPBELL; REED, 2018; HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016; HUBBARD; VISSER, 2015; ZAYLÍA, 2009);
- Indecisão e confusão (CALVARD; O'TOOLE; HARDWICK, 2019; HAYFIELD; CAMPBELL; REED, 2018; HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016);
- Fase, identidade transitória, instável (FEINSTEIN; DYAR, 2017; HAYFIELD; CAMPBELL; REED, 2018; HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016);
- Transmissores de ISTs (HAYFIELD; CAMPBELL; REED, 2018; HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016; HUBBARD; VISSER, 2015);
- Swingers, pessoas cheias de auto ódio (ZAYLÍA, 2009);
- Covardes, agarrando-se ao privilégio hétero até tomarem suas decisões (HAYFIELD; CAMPBELL; REED, 2018);

- Buscando atenção (HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016).

Estes estereótipos insinuam que bissexuais são parceiros não desejáveis (HAYFIELD; CAMPBELL; REED, 2018) e alienam os bissexuais dos homossexuais, dificultando para pessoas bissexuais criarem amizades duradouras e relacionamentos românticos (HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016).

Pessoas bissexuais mencionaram preferir outros rótulos, como queer e panssexual, pois estes costumam ter menos bifobia atrelada e, portanto, são mais seguros (CALVARD; O'TOOLE; HARDWICK, 2019; KLEESE, 2018).

A bifobia, também chamada de binegatividade, marginalização bissexual ou monossexismo, trata-se da aversão, negação, hostilização e/ou crenças estereotipadas sobre bissexualidade e sobre pessoas bissexuais; um comportamento negativo em relação a pessoa bissexual por causa de sua bissexualidade (CALVARD; O'TOOLE; HARDWICK, 2019; HAYFIELD; CAMPBELL; REED, 2018; HUBBARD; VISSER, 2015; KLEESE, 2018). Outra possível definição envolve negação da existência e exageração das diferenças (bissexuais) (HUBBARD; VISSER, 2015) e Hertlein, Hartwell e Munns (2016) a apresentam como um resultado do heterossexismo e baseada nas dicotomias homo/hétero e masculino/feminino, sendo que pessoas bissexuais causam desconforto e dissonância às pessoas que utilizam dessa dicotomia. A bifobia varia de acordo com a identidade de gênero da pessoa bissexual e da comunidade da qual ela vem (se homossexual ou heterossexual) (HAYFIELD; CAMPBELL; REED, 2018), mas também tem intersecções com outras questões sociais, como raça e classe social. Esta forma de discriminação deixa a bissexualidade invisível, excluída e silenciada (GUSMANO, 2018).

O trabalho de Hertlein, Hartwell e Munns (2016) demonstra que bissexuais não apresentam grande bifobia para com outros bissexuais. Porém, a bifobia pode ser internalizada (HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016; ZAYLÍA, 2009), promovendo um nível maior de auto estigma do que o presente em monossexuais e levando ao estresse psicológico por meio de uma confusão identitária e de um menor senso de pertencimento (HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016).

A bissexualidade também não foi acolhida pela teoria Queer, sendo que Callis (2009) apresenta que a bissexualidade aparece como uma terceira categoria de identidade sexual geralmente reservada para figuras históricas ambíguas, pessoas indecisas ou enrustidas.

O cristianismo também não é aberto em relação à bissexualidade, excluindo pessoas bissexuais (TOFT, 2014). Segundo Toft (2014), uma parte da religião crê que como não heterossexuais não podem se casar, eles não podem pertencer ao cristianismo, enquanto na igreja cristã dita LGBT (Metropolitan Community Church), pessoas bissexuais são mal vistas se acompanhadas de um parceiro do "sexo oposto". Toft ainda mostra que seus participantes, bissexuais cristãos, apresentam-se em um processo de dessexualização, onde a sexualidade é menos relevante que a fé, e acreditam que se não estão envolvidos sexualmente com parceiros de ambos os sexos, então não estariam praticando a bissexualidade.

A bifobia, portanto, é bastante prevalente entre as camadas analisadas pelas pesquisas, e também entre os respondentes da pesquisa de Hubbard e Visser (2015) que procuraram identificar quão disseminadas as práticas bifóbicas eram. Vemos que, tratando-se de bissexuais, é aceitável não aceitá-los (CALLIS, 2009).

Invisibilidade da Bissexualidade

Assim como este trabalho, os artigos analisados mencionam o baixo número de pesquisas acadêmicas sobre bissexualidade (HAYFIELD; CAMPBELL; REED, 2018; HUBBARD; VISSER, 2015; SANDFORT; DODGE, 2008). Sendo que um artigo menciona poucos trabalhos acadêmicos sobre pessoas bissexuais em relacionamentos (HAYFIELD; CAMPBELL; REED, 2018) e outro se atenta para o pouco conhecimento sobre a saúde sexual de mulheres bissexuais (FEINSTEIN; DYAR, 2017).

Hubbard e Visser (2015) apontam que tal invisibilidade ocorre por causa da crença na imutabilidade da sexualidade. Hayfield, Campbell e Reed (2018), aponta que a problemática advém da leitura de que mulheres femininas bissexuais são na verdade heterossexuais e apenas performam a bissexualidade para a atenção de homens héteros e que homens masculinos bissexuais na verdade são gays e, portanto, a bissexualidade é irreal.

Sandfort e Dodge (2008) fazem um chamado de que é impossível homens bissexuais não existirem ao mesmo tempo em que são “responsáveis” pela transmissão do HIV/AIDS entre a população gay e hétero, e indica a necessidade de mais pesquisas.

Saúde

Os estereótipos negativos sobre pessoas bissexuais estão enraizados na população, levando a um sistema opressor e discriminatório (PEREIRA; BECKER; GARDINER, 2017). Pessoas bissexuais têm menos suporte positivo da família e mais suporte negativo de amigos que outras minorias sexuais, sendo que a falta de suporte é associada com depressão, bifobia internalizada (HUBBARD; VISSER, 2015). Isso significa que bissexuais têm maiores índices de problemas de saúde mental (FEINSTEIN; DYAR, 2017; HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016; HUBBARD; VISSER, 2015; RICH et al, 2018; ROSS et al, 2016).

Comparado com populações monossexuais, a população bissexual tem maiores índices de estresse psicológico (HUBBARD; VISSER, 2015), de transtornos de humor e ansiedade (FEINSTEIN; DYAR, 2017), pensamentos e ideação suicidas (FEINSTEIN; DYAR, 2017; HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016) e de uso de substâncias (FEINSTEIN; DYAR, 2017; HERTLEIN; HARTWELL, MUNNS, 2016). Também têm risco aumentado quando tratamos de problemas de saúde sexual (FEINSTEIN; DYAR, 2017), e homens bissexuais têm o maior índice de HIV/AIDS, por apresentarem mais comportamentos sexuais de risco como sexo sem camisinha e o uso de substâncias antes do sexo (FEINSTEIN; DYAR, 2017).

A dupla discriminação faz com que seja difícil para pessoas bissexuais acharem uma comunidade de suporte (FEINSTEIN; DYAR, 2017), causando maior isolamento e menor quantidade de amigos nessa população (HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016).

Pessoas bissexuais também sofrem maior número de ameaças, abordagens com armas, e mais risco de abuso sexual infantil, estupro e outras violências sexuais (FEINSTEIN; DYAR, 2017).

Enquanto homens bissexuais escondem mais sua sexualidade do que homens gays, e esconder a sexualidade está associado com piores índices de saúde mental (RICH et al, 2018), mulheres bissexuais com parceiros homens apresentam maior frequência de binegatividade, o que está associado com ocorrência de depressão e com o uso de álcool (FEINSTEIN; DYAR, 2017).

Bissexuais também têm menor renda do que outras orientações sexuais, com mais chance de viverem na pobreza (ROSS et al, 2016). A pesquisa de Ross et. al. (2016) mostra que a bissexualidade afeta oportunidades de trabalho, escolhas e portanto, seus salários. Alguns dos participantes descreveram estar em empregos que pagam menos, pois eram seguros e muitos participantes apresentam bifobia ou homofobia como fator para a perda do emprego, serem negados a uma promoção, ou não serem considerados para uma vaga. O baixo salário é associado a pior saúde mental, sintomas de depressão e de transtorno de estresse pós-traumático em pessoas bissexuais (ROSS et al, 2016). Os participantes também apontam como dificuldade o fato de os atendimentos para a saúde mental serem inacessíveis, (em especial a terapia), no local da pesquisa, Ontário, Canadá.

A invisibilidade e a bifobia são problemas que afetam a saúde mental e o bem estar de pessoas bissexuais (HERTLEIN; HARTWELL; MUNNS, 2016). Feinstein e Dyar (2017) ainda apontam a Teoria do Estresse em Minorias, na qual há maior risco por estresse crônico devido ao estigma e a discriminação. De fato, bissexuais assumidos podem ser expostos a mais descriminação (RICH et al, 2018). Alguns

dos possíveis estressores para esses índices alarmantes são as atitudes negativas em relação à bissexualidade, micro agressões e vitimização, desafios de manejo da identidade, internalização e antecipação do estigma (FEINSTEIN; DYAR, 2017).

Hubbard e Visser (2015) apontam que profissionais da saúde podem não entender demandas específicas relacionadas à bissexualidade, dificultando o tratamento integral da população. Ainda, Weinrich, Kein, McCutchan e Grant (2014) alertam que não se pode generalizar os dados da população bissexual com HIV/AIDS para o resto da população bissexual, já que os dados entre estes dois grupos são bastantes divergentes e tal generalização seria fadada ao fracasso.

Não-monogamia

Callis (2009) aponta a não-monogamia enquanto uma forma de resistência dentro da população bissexual, já que dificulta a invisibilização da comunidade ao possibilitar a manutenção de relacionamentos com os diversos gêneros concomitantemente. A autora aponta como que dentro da sociedade monogâmica, a

bissexualidade não pode ser performada, e portanto, não consegue ser validada publicamente. Há concordância em outros artigos com a autora ao apontarem que, dentro de relações monogâmicas, pessoas bissexuais são lidas ou enquanto hétero, ou enquanto homossexual, fortalecendo o binarismo social das orientações sexuais (FEINSTEIN & DYAR, 2017; GUSMANO, 2018; HAYFIELD, CAMPBELL & REED, 2018; HERTLEIN, HARTWELL & MUNNS, 2016). Hayfield, Campbell e Reed (2018) apontam que, claro, pessoas bissexuais não deixam de ser bissexuais em relações monogâmicas, mas quando pensa-se na intersecção da não-monogamia e bissexualidade, percebe-se nessa população pensamentos mais frequentes e positivos sobre sexo. Feinstein e Dyar (2017) associam tais imposições com problemas de saúde mental e maior estresse.

Hertlein, Hartwell e Munns (2016) fazem pesquisas com mulheres bissexuais onde, através de respostas a questionários, percebem que as mulheres bissexuais casadas com homens sentem sua bissexualidade enquanto invisível ou irrelevante, já que não poderiam agir sob a atração em outras mulheres. Além disso, os autores apontam que a objetificação de mulheres bissexuais pode influenciar uma desigualdade de poder dentro de uma relação.

Já Gusmano (2018) aponta que dentro desta intersecção observa-se que tanto a bissexualidade quanto a não-monogamia são estigmatizados pela constante pressão heteronormativa, que delimita o aceitável no quesito do desejo. Dessa forma, para além da heterossexualidade compulsória, pensa-se também na monossexualidade compulsória, tanto em termos de gostar de apenas um gênero, quanto no ponto da monogamia enquanto instituição ser apontada como a única forma de relacionar-se romanticamente. A autora também aponta que se assumir em um mundo bifóbico pode ser um desafio mas aponta que cruzar uma linha de comportamento normativo da espaço para novas explorações sexuais e relacionais. Um participante da pesquisa de Gusmano tem a reação oposta quanto a não-monogamia, e fala que a bissexualidade leva a pensar mais sobre exclusividade, motivando-o a monogamia.

CONCLUSÃO

Através da revisão sistemática sobre os consensos e divergências na literatura acerca da bissexualidade, concluiu-se que as dificuldades diante da definição do que é ser bissexual, que varia entre uma “fase” ou mistura entre os polos de homo e heterossexualidade, até como uma terceira

sexualidade, independente de ambas, juntamente a concepções sobre os dois ou mais gêneros para quais estão voltados o desejo, acarretam em estereótipos e preconceitos que marginalizam e discriminam estes indivíduos.

A bissexualidade é não-conformativa com os binarismos, como masculino ou feminino; hétero ou homo. Assim, criou-se um consenso de que bissexuais são “confusos” e “indecisos”, refletindo em uma dupla discriminação, tanto por héteros que reproduzem homofobia, quanto por homossexuais que acreditam na bissexualidade como “escolha” que por vezes isenta estes indivíduos de sofrerem opressões (homofobia), já que podem se relacionar com o gênero oposto; ou até como a negação da própria homossexualidade.

Há consensos na literatura de como a bifobia afeta a saúde mental de bissexuais, aumentando índices de estresse psicológico, além do uso de substâncias e dificuldade desses indivíduos em acharem grupos de suporte e se sentirem pertencentes a uma comunidade. Quando trata-se de relacionamentos monogâmicos, há a concepção de que se o indivíduo se relaciona com o gênero oposto (referindo a binaridade de masculino e feminino), automaticamente ele deixa de ser bissexual, acreditando que a bissexualidade pode ser vivida plenamente (a partir da possível evitação da invisibilidade) se houver manutenção de relacionamentos com mais de um gênero ao mesmo tempo.

Conclui-se assim, que tanto o imaginário social quanto os consensos e divergências na literatura sobre a bissexualidade, reproduzem e acarretam na discriminação e exclusão da comunidade, que por vezes encontra dificuldades no processo de auto-descoberta e construção da sua sexualidade, por não ter referências que legitimem sua orientação.

Aponta-se enquanto limites do presente trabalho o uso de apenas duas línguas e a limitação do descritor enquanto presente no título. O fato de 26 dos artigos terem sido publicados em inglês também limita a generalização dos resultados dentro da sociedade e cultura brasileira. Incentiva-se que novas e constantes pesquisas sejam feitas sobre o assunto, para que possamos traçar medidas protetivas para esse tipo de população, além de lidar com suas particularidades em contextos sociais, como trabalho, faculdade e, em especial, dentro da psicoterapia.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ariana O.; LOPES, Laís. Práticas Identitárias e Sexuais Dissidentes: o “dispositivo do armário” na perspectiva do tratamento social da bissexualidade. 2015. *Universidade Federal da Bahia, 04 a 07 de Setembro*. Disponível em: https://www.academia.edu/34936971/O_DISPOSITIVO_DO_ARM%C3%81RIO_NA_PERSPECTIVA_DO_TRATAMENTO_SOCIAL_DA_BISSEXUALIDADE?sm=b
- CALMON, Diego. Bissexualidade e ambiguidade: relações metafóricas e processos metonímicos em produções discursivas sobre a bissexualidade. *Cadernos Pagu*, n. 68, p. 1 a 17. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202300680010>
- CAVALCANTI, Camila D. Práticas bissexuais: uma nova identidade ou uma nova diferença?. *POLÊMICA*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 79 a 83, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/polemica/article/view/2710>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- CAVALCANTI, Camila D. Visíveis e Indivisíveis: Práticas e identidade bissexual. 2007. *Dissertação de Mestrado UFPE*. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9574>
- JAEGER, M.B.; LONGUINI, G.D.N.; OLIVEIRA, J.M.C. et al. Bissexualidade, Bifobia e Monossexismo: Problematisando Enquadramentos. *Periódicus*, CIS-RI - Artigos em revistas científicas internacionais com arbitragem científica, v.2, n. 11, p. 1 a 16, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/20150>

LONGHITANO, B. .; BORTOLOZZI, A. C. . Bissexualidade na pesquisa: estudo de revisão sistemática da literatura. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades* - Rev. Pemo, [S. l.], v. 4, p. e49131, 2022. DOI: 10.47149/pemo.v4.e49131. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/9131>.

Anexo 1 - Artigos analisados

Título	Autores	Ano	Revista	Base de dados no qual foi encontrado
A bissexualidade no eixo da escuta psicanalítica: Considerações teóricas acerca da clínica	Delouy a, D.	2003	Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica	psycinfo, pepsic,scielo
Disclosing bisexuality or coming out? Two different realities for bisexual people in the Netherlands	Maliepa ard, E	2018	Journal of Bisexuality	psycinfo, scopus, web of science
Rainbow Lanyards: Bisexuality, Queering and the Corporatisation of LGBT Inclusion	Calvard , T., O'Toole , M., Hardwi ck, H.	2018	sage Journals	scopus, web of science
Shining a light into the darkness: Bisexuality and relationships	Vencill, J.A. Israel, T.	2018	Sexual and Relationship Therapy	scopus, web of science
Bisexuality, poverty and mental health: A mixed methods analysis	Ross, L.E., O'Gorm an, L., MacLeod, M.A., Bauer, G.R., MacKa y, J., Robinson, M.	2016	Soc Sci Med.	scopus, pubmed, web of science
Toward a Newer theory of sexuality: Terms, titles, and the bitter taste of bisexuality	Zaylíá, J.L.	2009	Journal of Bisexuality	scopus
Playing with Butler and Foucault: Bisexuality and queer theory	Callis, A.S.	2009	Journal of Bisexuality	scopus
Compulsory bisexuality?: The challenges of modern sexual fluidity	Fahs, B.	2009	Journal of Bisexuality	scopus
Historicising Contemporary Bisexuality	MacDowall, L.	2009	Journal of Bisexuality	scopus
Improving the Field of LGBTQ Psychology: Strategies for Amplifying Bisexuality Research.	Pollitt A. M., Brimhal l A. L.,Brewster M. E., Ross L.E.	2018	Psychol Sex Orientat Gend Divers.	pubmed
Sexual orientation measurement, bisexuality, and mental health in a sample of men who have sex with men in Vancouver, Canada.	Rich A. J., Armstrong H. L., Cui Z, Sereda P, Lachowsky N. J., Moore D. M., Hogg R. S., Roth E. A.	2018	Journal of Bisexuality	pubmed, web of science
Bisexuality, minority stress, and health.	Feinstein B. A., Dyar C.	2017	Curr Sex Health Rep	pubmed
Cluster Analysis of the Klein Sexual Orientation Grid in Clinical and Nonclinical Samples: When Bisexuality Is Not Bisexuality.	Weinric h J. D., Klein F, McCutchan J. A., Grant I; the HNRC Group.	2014	Journal of Bisexuality	pubmed

Bisexuality, sexual risk taking, and HIV prevalence among men who have sex with men accessing voluntary counseling and testing services in Mumbai, India.	Kumta S, Lurie M, Weitzen S, Jerajani H, Gogate A, Rowka vi A, Anand V, Makado n H, Mayer K.H.	2010	JAIDS-JOU RNAL OF ACQUIRED IMMUNE DEFICIENC Y SYNDROM ES	pubmed, Web of science
Misrecognition and managing marginalisation: Bisexual people's experiences of bisexuality and relationships	Hayfield, N.; Campbell, C.; Reed, E.	2018	PSYCHOLOGY & SEXUALIT Y	web of science
Coming out Through an Intersectional Perspective: Narratives of Bisexuality and Polyamory in Italy	Gusman o, B.	2018	Journal of Bisexuality	web of science
Bisexuality, Slippery Slopes, and Multipartner Marriage	Klesse, C.	2018	Journal of Bisexuality	web of science
Textual Immaturity: Bisexuality, Textuality and Adolescence	Ronan, J.	2018	Journal of Bisexuality	web of science
Is bisexuality invisible? A review of sexualities scholarship 1970-2015	Monro, S.; Hines, S.; Osborne, A.	2017	Sociological review	web of science
Sensitive sexualities: dichotomised discourse in the erasure of bisexuality	Pereira, S. Souto; Becker, S.; Gardiner, G.	2017	PSYCHOLOGY & SEXUALITY	web of science
Attitudes Toward Bisexuality According to Sexual Orientation and Gender	Hertlein, K. M.; Hartwel l, E. E.; Munns, M. E.	2016	Journal of Bisexuality	web of science
Not just bi the bi: the relationship between essentialist beliefs and attitudes about bisexuality	Hubbar d, K.; de Visser, R. O.	2015	PSYCHOLOGY & SEXUALITY	web of science
Bisexual Spaces: Exploring Geographies of Bisexualities	Maliepaard, E.	2015	ACME-AN INTERNATI ONAL E-JOURNAL FOR CRITICAL GEOGRAPHIES	web of science
Re-imagining bisexuality and Christianity: The negotiation of Christianity in the lives of bisexual women and men	Toft, A.	2014	SEXUALITIES	web of science
"... And Then there was the Down Low": Introduction to Black and Latino male bisexualities	Sandfor t, T. G. M.; Dodge, B.	2008	ARCHIVES OF SEXUAL BEHAVIOR	web of science
Bisexuality: Working with a silenced sexuality	Barker, M.; Langdridge, D.	2008	FEMINISM & PSYCHOLOGY	web of science

COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL NA ADOLESCÊNCIA E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA¹

Ana Cláudia Bortolozzi. Livre-Docente em Educação Sexual, Inclusão e Desenvolvimento Humano. Departamento de Psicologia, Faculdade de Ciências – UNESP (Bauru/SP). E-mail: claudia.bortolozzi@unesp.br

Lucas Couto de Carvalho. Pós-doutor em Psicologia. Departamento de Psicologia, Faculdade de Ciências – UNESP (Bauru/SP). E-mail: lc.carvalho@unesp.br

Resumo

Esta pesquisa de revisão integrativa da literatura investigou a caracterização sociodemográfica da amostra de adolescentes em estudos sobre comportamento antissocial. Os artigos foram obtidos em bases de dados, com os descritores “comportamento antissocial” AND/OR “adolescência” (2004-2024) sendo recrutados: Scielo (11), Capes (13) e BVS (29). Após critérios de exclusão resultou-se em 13 artigos. Todos descrevem pesquisas quantitativas, estudando as variáveis: comportamentos antissociais, criminais, delinquência, bullying, consumo de álcool, drogas, abuso sexual, isolamento social e desempenho escolar. O gênero (masculino e feminino) e a idade foram variáveis citadas em todos os estudos, seguida da escolarização. Em alguns, a raça/etnia foi citada (A2, A8 e A9), mas não analisada. Já a idade aparece como uma variável analisada (A3, A5, A7, A8) e a classe social apenas em A9. Os resultados convergem, em geral, para a relação das categorias “idade” e “gênero” mostrando o menino mais velho mais suscetível ao comportamento antissocial. Entretanto, outras condições de vulnerabilidade não foram analisadas sugerindo falha de descrição interseccional da identidade dos adolescentes. Conclui-se que há uma invisibilidade de fatores que deveriam fazer parte na descrição e na análise para se pensar no engajamento em comportamentos antissociais de adolescentes, tanto para explicar esse fenômeno, quanto para preveni-lo.

INTRODUÇÃO

A adolescência é um período da vida estudado na área da Psicologia do desenvolvimento, sobretudo, pelos desafios emocionais e sociais envolvidos nas relações com seus pares e familiares em diferentes contextos como a escola e a comunidade.

Caracteriza-se como um período de transição da infância para a vida adulta com modificações orgânicas e psicossociais. Tem seu início na puberdade com as transformações corporais físicas e universais e seu término é “social”, determinado pelos papéis sociais considerados adultos em diferentes culturas (Becker, 1994; Cole; Cole, 2003; Maia, 2007; Papalia; Olds; Feldman, 2006).

As mudanças sociais ampliam as oportunidades e experiências dos jovens na busca de identidade e isso aumenta a vulnerabilidade diante de novas possibilidades comportamentais que os colocam em diversas situações de risco a si mesmos e aos demais. São considerados **comportamentos de risco** aqueles que ameaçam a saúde física ou mental, atuais ou futuras, geralmente associados às causas de morte, invalidez e problemas sociais, como exemplos: comportamentos que geram lesões acidentais, uso de tabaco, álcool e outras drogas (sendo esses os mais estudados na literatura), comportamentos sexuais desprotegidos (que levam a gravidezes não planejadas ou contágio de infecções transmissíveis), comportamentos alimentares não saudáveis, comportamentos sedentários, etc. (Zappe, Alves e Dell’Aglio, 2018).

Diante disso, a literatura indica ser frequente o registro de uso de substâncias como álcool e drogas, envolvimento em situações de violência, hábitos não saudáveis de saúde e manifestações de comportamentos antissociais (CAS) nessa população (Delgado-Restrepo et al, 2022; Feijó; Oliveira, 2001). São considerados comportamentos antissociais (CAS) aqueles que ocorrem, de modo frequente e constante, violando as regras sociais de respeito à vida e à propriedade alheia, sem necessariamente descumprir leis. De natureza complexa e heterogênea, seu estudo envolve diferentes variáveis individuais e contextuais (Dodge; Coie; Lynam, 2008; Marinho; Caballo, 2002).

Estudos mostram que a família tem um papel central na socialização das crianças e

¹ Trabalho apresentado na 55ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, Natal, RN, 2025.

adolescentes e constitui um ambiente importante para a previsão de comportamentos antissociais, uma vez que familiares que manifestam comportamentos antissociais costumam não supervisionar seus(uas) filhos(as), não oferecer uma disciplina consistente e reforçadora e/ou não oferecer modelos adequados, o que compromete a socialização futura, sobretudo, quando ela for para a escola (Henriques, 2014; Munteira; da Luz Vale-Dias, 2016; Patterson; DeBaryshe; Ramsey, 1989). Somado a isso, Silveira, Zappe e Dias (2015) e Patterson, Reid e Dishion (1992) apontam a influência dos pares (grupo social) na manifestação de CAS, devido ao processo de identificação que é bem marcante no final da adolescência.

Silva, Branco e Grossi-Milani (2023) apontam que há outras explicações para o comportamento antissocial, tais como, falhas estruturais (governo, comunidade) e questões pessoais biopsicológicas (traços de personalidade e inteligência) e emocionais (carência e autoestima). Dentre outras discussões, os autores defendem que as diferentes teorias entendem o comportamento antissocial como um fenômeno multifatorial ocasionado por fragilidades do sistema parental, social e individual.

Para Silva e Milani (2015) no imaginário social, a adolescência é uma fase “problemática” em que os jovens que possuem comportamentos desviantes teriam supostamente desvios de caráter; entretanto, alertam que isso culpabiliza o “sujeito” e desconsidera o contexto social em que nascem e se desenvolvem ou mesmo a privação emocional nas etapas iniciais do desenvolvimento humano.

A literatura na área que estuda os comportamentos antissociais e criminais na adolescência, geralmente, apontam os tipos de comportamentos, sua frequência, possíveis influências para sua ocorrência, fatores de risco e proteção etc. Os estudos, em geral, consideram a adolescência como um grupo homogêneo; entretanto, é necessário levar em conta os marcadores sociais que podem interferir na vulnerabilidade dos(as) jovens para manifestar tais comportamentos: relações de gênero, etnia/raça, condições sociais e econômicas, presença de deficiências etc; Assim, nos estudos sobre comportamentos antissociais, quem são os(as) adolescentes estudados(as)? Como são descritos esses(as) jovens? Essas variáveis são levadas em conta e como são relacionadas aos dados obtidos?

Para responder a essas perguntas, realizamos uma revisão integrativa da literatura que teve por objetivo verificar a caracterização da amostra de adolescentes em estudos sobre comportamento antissocial.

MÉTODO

Natureza do Estudo

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que consiste em resumir e analisar resultados de pesquisas, divulgando sínteses de conhecimentos científicos produzidos sobre um fenômeno.

A revisão foi realizada a partir das seguintes etapas: (1) estudo teórico sobre a temática; (2) seleção do tema, formulação da pergunta e do objetivo; (3) estabelecimento das bases de dados e critérios de elegibilidade na busca de artigos; (4) seleção dos artigos nas bases e refinamento a partir dos critérios estabelecidos; (5) leitura integral da amostra final e organização da caracterização dos artigos; (6) análise crítica e interpretação dos estudos revisados; (7) categorização e apresentação dos resultados; (7) interpretação e discussão dos dados (Bortolozzi; Maia, Ottoni, 2004).

Estratégia de busca e questão norteadora

Para responder ao objetivo proposto foram consultadas as seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Portal de Periódicos da CAPES*, *Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)*. Essas fontes de indexação foram selecionadas por serem gerais e agruparem produções das áreas da saúde e da psicologia.

O estudo teve como questão norteadora indagar “Quais as caracterizações da amostra de adolescentes quando se estuda comportamentos antissociais?”. Para tanto, foi utilizado o modelo PVO, que contempla os seguintes elementos: P: situação problema, participantes e contexto (adolescentes); V: variáveis dos estudos (caracterização da amostra); O: desfecho ou resultados (comportamentos antissociais).

Seleção dos estudos e extração de dados

Para a busca dos artigos, utilizou-se dos seguintes descritores “comportamento antissocial” e/ou (em inglês and/or) “adolescência”, no espaço temporal de 2004 a 2024.

E os critérios de inclusão: artigos empíricos qualitativos e quantitativos; estudos teórico-reflexivos; estudos publicados em português, inglês e/ou espanhol, cujos resultados privilegiassem aspectos relacionados aos comportamentos antissociais na adolescência a partir do título e resumo. Foram excluídos os editoriais, artigos de revisão, artigos teóricos, clínicos. Além disso, foram excluídos os artigos repetidos.

O processo de seleção dos artigos foi realizado de forma independente por dois pesquisadores e possíveis inconsistências foram discutidas posteriormente para se chegar a uma amostra consensual. Todos os artigos selecionados para compor a amostra tinham qualidade metodológica, pois foram publicados em revistas bem qualificadas, apresentavam a revisão da literatura, objetivos do estudo, método (amostra, procedimentos de coleta e análise de dados), aspectos éticos, análise e discussão dos dados e apontamentos das limitações do estudo.

Para a análise dos dados, uma caracterização inicial foi realizada e registrada em quadros, extraíndo-se dos artigos os dados de forma descritiva: título, autores, periódico, país, idioma, ano de publicação, objetivos, delineamento do estudo, amostra e instrumento de coleta de dados. Em outro momento, foram sintetizados os principais resultados dos estudos, observando-se o que poderia responder ao objetivo da revisão. Os artigos foram nomeados pela letra maiúscula A, seguida de numeral ordinal sequencial (1 a 13).

RESULTADOS

Descrição dos artigos da amostra

Foram identificados 53 artigos nas bases consultadas sendo 11 no portal Scielo (excluídos 5), 13 no Portal Capes (excluídos 11) e 29 no Portal BVS (excluídos 24), resultando um total de 13 artigos, após a aplicação dos critérios pré-estabelecidos de seleção e exclusão. Os artigos selecionados foram publicados em espanhol (n=5), português (n=5) e inglês (n=3) e os estudos foram realizados em países da América do sul e da Europa: Argentina (n=1), Colômbia (n=1), Chile (n=1), Espanha (n=3), Portugal (n=3) e Brasil (n=4); publicados em nos seguintes periódicos: (Quadro 1)

Quadro 1. Distribuição dos artigos nos periódicos e países de origem de publicação.

Periódicos	País de origem da revista	Artigos	Autores(as) e data
Revista de Psicologia	Peru	A2	Caetano, Galinari e Bazon (2023)
Jornal Brasileiro de Psiquiatria	Brasil	A6	Zappe e Dell'Aglio (2016)
Revista Logos Ciência & Tecnologia	Colômbia	A1	Argumentos De La Ossa e Santos (2024)
Análise Psicológica	Portugal	A4	Munteira Morgado e da Luz Vale-Dias (2017)
Revista Portuguesa de Pedagogia	Portugal	A8	Fonseca (2013)
Revista INFAD de Psicología	Espanha	A7	Munteira Morgado e da Luz Vale-Dias (2016)
Revista Latino americana de Ciencias Sociales	Colômbia	A5; A9	Moral-Jiménez e Pelayo-Pérez (2016)

			Salazar-Munõz et al (2021)
Aletheia (Rio Grande do Sul)	Brasil	A10; A11;	Galvan (2018) Dias, Oliveira-Monteiro e Aznar-Farias (2014)
Acta Colombiana de Psicología	Colômbia	A3; A12; A13	Díaz Garcia e Moral Jiménez (2018) Silvina, Valeria e Sergio (2012) Molleda, Díaz e Díez

Todas as pesquisas tinham a natureza de ser quantitativa, utilizando-se de escalas padronizadas e/ou de questionários fechados com análises estatísticas. Dos 13 estudos, todos foram transversais, com exceção de A8 que era um estudo longitudinal. Os delineamentos foram “exploratórios e descritivos” (A1, A2, A10) e a maioria “correlacionais” (A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A11, A12, A13).

Análise das temáticas dos artigos

Nos estudos analisados, vários temas foram relacionados aos comportamentos antissociais, tais como: violência, condutas ilícitas, crimes, delinquência, bullying, consumo de álcool, drogas, abuso sexual, isolamento social, *stress*, autoconceito, autocontrole, impulsividade, transtornos, problemas familiares e baixo desempenho escolar. Em todos os estudos, os resultados apontaram contextos para explicar o fenômeno do comportamento antissocial na adolescência que foram agrupados em categorias: (1) ambiente familiar; (2) ambiente acadêmico/escolar; (3) características pessoais/comportamentais e (4) uso de substâncias como álcool e drogas, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2. Categorias sobre os contextos para explicar o fenômeno do comportamento antissocial na adolescência nos artigos analisados

CONTEXTO	Explicações para a ocorrência dos comportamentos antissociais (CAS)
Ambiente Familiar	- Família agressiva influencia os índices de CAS de adolescentes (A2); - Adolescentes com alto escore de comportamentos delitivos têm pais separados e mães com estilo coercitivo (A5) - Violência na família e membros que usam drogas são fatores de risco para adolescentes se envolverem em riscos; meninos mostraram maiores índices de comportamentos de risco (A6)
Ambiente Escolar	- Frequentes situações de bullying na escola aumenta raiva, baixo autocontrole e envolvimento em delitos (A2); - Meninos tiveram médias mais altas que as meninas nas escalas sobre CAS e delitivos, assim como o grupo de estudantes de escolas privadas. (A11) - O CAS dos adolescentes influencia a adaptação e dedicação na escolarização (A13)

Características pessoais/comportamentais	<ul style="list-style-type: none"> - Adolescentes meninos cometem mais CAS que as meninas (A1); - Gênero masculino e não binário se envolvem mais em violência e têm maior vulnerabilidade (A2); - Correlação entre CAS (impulsividade, agressividade, instabilidade emocional) e auto percepção; Classe econômica baixa aumenta riscos para CAS (A4); - Adolescentes com baixa empatia, egocentrismo e impulsividade têm mais dificuldades nas relações sociais e isso afeta o CAS (A7) - O comportamento de abuso sexual foi maior no grupo de adolescentes agressores de vítimas crianças do que adolescentes agressores contra vítimas de idades mais próximas a deles (cometendo violação, exibicionismo à pornografia e exibicionismo) (A9); - Na amostra foram identificados 6,2% dos adolescentes com transtorno de conduta (TC) e 3,7% com TDAH. Entre os jovens com TC, 30% deles estavam no grupo dos com TDAH e eram, mais frequentemente do gênero feminino (A10) - Os adolescentes da amostra, em geral, tiveram pontuações médias mais altas nas escalas facilitadoras (autocontrole e liderança, sendo liderança maior nas mulheres). Nas escalas inibidoras em socialização destacam-se as pontuações em ansiedade social e timidez, mais elevadas que em retraimento. (A12)
Uso de substâncias de álcool e drogas	<ul style="list-style-type: none"> - Impulsividade e consumo de álcool predizem CAS que é mais frequente em adolescentes meninos (A3) - Ocorrência concomitante entre comportamento antissocial e consumo de drogas, mais frequente nos meninos (A8)

Há estudos que evidenciam o ambiente familiar como uma variável importante no comportamento antissocial de adolescentes. O artigo A5 apontou que a estrutura e o funcionamento do sistema familiar tiveram relação com as respostas de condutas antissociais de jovens. O objetivo foi analisar as relações entre as condutas antissociais e delitivas de 140 adolescentes com variáveis sociodemográficas individuais (gênero e nível educacional) e variáveis familiares (nível educativo paterno, separados dos progenitores e estilo de socialização parental) para inferir fatores de risco e proteção. Os(as) adolescentes foram divididos em 3 grupos: cívicos (escores baixos de comportamento antissocial na escala), delitivo (escores altos na escala), grupo judicial (menores infratores cumprindo medidas judiciais em centro aberto). Os autores observaram que no grupo judicial e delitivo os adolescentes eram de idades mais altas e de pais separados; no grupo de medida judicial, havia mais jovens meninos e também de pais separados e no grupo cívico havia maior número de meninas adolescentes e pais que conviviam juntos; além disso, o estilo de socialização materno foi autoritário no grupo cívico e coercitivo nos 3 grupos.

O artigo A6 teve por objetivo investigar o engajamento de 1332 adolescentes em comportamentos de risco buscando identificar os fatores de risco e proteção pessoais e contextuais (família, escola, comunidade) que estão mais relacionados com esses comportamentos. Os autores indicam correlação entre a idade maior e ser adolescente menino e o engajamento em comportamento de risco. Além disso, no caso da família: eventos estressores, presença de violência, ter membros que usam drogas, o ambiente se torna um fator de risco importante para o comportamento antissocial na adolescência. Os autores concluíram que a violência e o uso de substância de drogas na família aumenta a probabilidade do jovem se engajar nos comportamentos de risco. Também afirmam que o risco é maior em jovens meninos e comentam sobre os modelos de masculinidade social, também presentes na família, que incentivam a violência e os riscos. No artigo A2, os autores apontam que as experiências de tensões na família e na escola são diferentes para homens e mulheres devido a socialização baseada em estereótipos de gênero.

O ambiente acadêmico/escolar foi destaque em outros estudos. Na pesquisa de A2, que teve por objetivo verificar as relações entre experiência na família, na escola e variáveis pessoais e as condutas antissociais de 102 estudantes, no que concerne aos dados da escola, os autores concluem que o uso frequente de álcool entre os adolescentes foi relacionado na escola às

situações de bullying, sendo esta uma variável de tensão que aumenta a chance de condutas antissociais. Viver persistente situações de bullying na escola aumenta a chance de implicação em envolvimento em expressões de raiva, baixo autocontrole e envolvimento em delitos.

No artigo A11, o objetivo foi avaliar condutas antissociais delitivas em 453 adolescentes verificando possíveis diferenças quanto ao sexo, grau escolar e inserção em escolas públicas e privadas. Os autores observaram baixa auto referência de prática de comportamentos antissociais e delitivos em toda a amostra, mas os meninos tiveram médias mais altas que as meninas; além disso, as escolas privadas tiveram médias mais altas que as escolas públicas nos índices de comportamentos antissociais. No estudo de A13, o objetivo foi estabelecer a relação entre rendimento escolar com o nível de responsabilidade e comportamento antissocial em 433 adolescentes e os autores concluíram que o comportamento antissocial auto informado pelos adolescentes e a variável individual de responsabilidade influenciam tanto na adaptação da escola como no seu interesse para dedicar seu tempo ao aprendizado escolar.

Já os estudos que evidenciam as características pessoais/ comportamentais foram os seguintes: A1, A2, A4, A7, A9, A10 e A12. O artigo A1 teve por objetivo caracterizar a presença ou ausência de Conduta antissocial e delinquente (CAD) em 137 adolescentes. Os autores descrevem que as condutas antissociais mais comuns foram: “dizer grosserias ou palavras fortes”, “brigar com outros com golpes, insultos ou palavras ofensivas” e “negar-se a fazer tarefas de trabalho, de casa ou de escola”. Houve maior prevalência de condutas antissociais que ilícitas, destacando as condutas de omissão às ordens, falta de respeito às figuras de autoridades e espaço público, pouca tolerância às normas sociais. As condutas ilícitas mais frequentes foram: “roubar coisas de lugares públicos”, “danificar ou destruir coisas em lugares públicos”, “entrar em um clube proibido ou comprar bebidas “ e “gastar frequentemente em jogos mais dinheiro do que se pode” e ressaltam que as frequências das condutas antissociais e ilícitas foram cometidas de maneiras mais prevalentes pela população masculina, sendo bem baixa nas meninas.

Mais uma vez, citamos o A2, agora destacando as características pessoais. A maior frequência de conduta reportada foi consumo de cerveja e vinho (56,3%). Entre os atos infracionais, foram: “porte de arma” (17,6%), “furto em estabelecimento comercial” (14,7%) “furto de pessoas” (13,7%). A idade média do primeiro delito foi 10,6 anos de idade. Nos dados, encontrou-se que 75,4% de adolescentes reportaram pelo menos uma conduta divergente ou delituosa investigada, sobretudo o uso de substâncias psicoativas ilícitas (álcool, cerveja, vinho e destilados). O traço “raiva” na escala teve relação com relato de maior consumo de álcool. Segundo os autores, os participantes de gênero masculino e não binário mostraram-se mais propensos às implicações de violência.

No artigo A4 investigou-se as disposições individuais e as percepções na personalidade, autoconceito, habilidades sociais e ambiente familiar, em 121 meninos, com histórico de delinquência. Os autores observaram: a) relação entre ser de classe baixa econômica e ter maior risco para condutas antissociais, b) correlação alta entre comportamento antissocial e impulsividade, agressividade, instabilidade emocional e tensão e autopercepção. Concluem que os resultados no comportamento e auto conceito sugerem que meninos delinquentes com escores altos de comportamentos antissociais percebem a si mesmos como menos ajustados (compreendendo melhor as regras sociais, mas não são sensíveis a elas).

No estudo A7 o objetivo foi testar um modelo que explica o comportamento antissocial de 489 adolescentes em diferentes dimensões. Os autores relatam que os(as) adolescentes com tendência à baixa empatia, egocentrismo e impulsividade mostraram maior dificuldade em construir relações de ajuste social. O efeito da idade foi importante no comportamento antissocial, diminuindo a conformidade de regras sociais e aumentando a negatividade pessoal, com o avançar da idade.

O Artigo A12 teve por objetivos a) descrever os comportamentos sociais facilitadores e os sociais inibidores de socialização em 106 adolescentes de baixo nível socioeconômico investigando a presença de condutas de isolamento social, sentimentos de solidão e condutas antissociais; b) analisar se existem correlações e diferenças entre as variáveis psicológicas em função de gênero. Os autores destacam que os(as) adolescentes tiveram pontuações médias mais altas nas escalas facilitadoras e nas escalas inibidoras em socialização. Nas dimensões inibidoras, foram os comportamentos de ansiedade social e timidez, mais que retraimento. Os

aspectos considerados de socialização funcionam como um fator protetor frente a situações que devem enfrentar em contextos incertos. Quanto ao gênero, houve diferença significativa em liderança, sendo mais alta em mulheres que em homens.

O artigo A9 traz uma temática específica que é o envolvimento do adolescente em comportamentos de violência sexual (prática sexual abusiva). O objetivo do estudo foi caracterizar as variáveis psicossociais e criminais associadas a 232 adolescentes meninos que cometeram práticas sexuais abusivas (PSA), em função da idade das vítimas. Foram divididos em subgrupos: 1) adolescentes que agrediram vítimas menores (PAS-VM) e 2) adolescentes que agrediram vítimas de idades próximas/pares (PAS-VP). No grupo PAS-VM- tipo mais recorrente foi o abuso sexual infantil (78%), seguido de violação (12,1%), pornografia (5,2%) e exibicionismo (4,7%). O abuso sexual foi maior no grupo PAS-VM. A violação e exposição à pornografia foi maior em PAS-VP. Nos dois grupos a maioria das vítimas era menino do gênero masculino (55,2%) e no grupo PAS-VM- a proporção foi igual.

Outro agrupamento foram os estudos que abordaram especificamente o comportamento de consumo de substâncias como álcool, (A2, A3, A6 e A8). O estudo A2, como já descrito, verificou as variáveis pessoais e as condutas antissociais de 102 estudantes e os autores observaram que a maior frequência de conduta reportada foi consumo de cerveja e vinho (56,3%). Entre adolescentes com uso frequente de álcool a problemática na família relacionada foi “agressão”. Além disso, o traço “raiva” nos meninos aumentou a chance de consumo de álcool.

O artigo A3, teve por objetivo avaliar a influência da impulsividade na relação no consumo de álcool e a conduta antissocial de 212 adolescentes. Os autores comentam que a impulsividade e o consumo de álcool tiveram correlação significativa com o comportamento antissocial. O gênero não foi relacionado ao consumo de álcool, mas sim aos comportamentos antissociais, sendo índices maiores registrados em adolescentes meninos e mais velhos da amostra.

No artigo A6, já descrito acima, havia também dados avaliados como fatores de risco e proteção pessoais (idade, sexo, autoestima, autoeficácia e expectativa ao futuro), relacionados aos comportamentos antissociais na amostra de 1332 adolescentes. Os autores apontam as variáveis associadas ao alto envolvimento de Comportamento de risco: Idade mais avançada, nível de autoeficácia, eventos estressores, presença de violência, percepção negativa de relações com a escola, família e religião, ter um amigo próximo que usa drogas ou um familiar que usa drogas. Os dados mostram alto índice de jovens envolvidos em comportamento de risco, relacionados ao uso de substâncias, sobretudo em meninos e os mais velhos da amostra.

No artigo A8, o objetivo foi: a) examinar se a associação entre consumo de drogas e delinquência aparece e muda na adolescência; se o consumo de drogas na pre-adolescência é fator de risco e preditor de comportamento antissocial ou até que ponto os comportamentos antissociais precoces são fatores de risco para o consumo de drogas. Nos 445 adolescentes estudados, houve o aumento concomitante entre comportamento antissocial e consumo de drogas, mais frequente nos meninos que nas meninas. O comportamento antissocial consegue prever o consumo de droga melhor do que o consumo de droga prediz o comportamento antissocial na adolescência. Os autores concluem que a) a porcentagem de adolescentes com comportamento antissocial e consumo de drogas é relativamente baixa no início da adolescência, mas os escores aumentam com a idade; b) o comportamento antissocial precede o aparecimento do consumo de droga que só, mais tarde, poderá influenciar os comportamentos antissociais ou a delinquência e c) os indivíduos com os dois tipos de problemas experimentavam no final da adolescência, maiores dificuldades tanto a nível das normas sociais e legais, como da saúde mental em geral.

Análise das amostras dos artigos

As amostras dos estudos analisados variaram entre o mínimo de 102 a 1332 adolescentes em período escolar. A média de participantes foi a de 328,77, sendo esses(as) predominantemente de gênero masculino. A idade cronológica variou entre 7 anos e 20 anos, sendo a média de idade igual a 14,38 anos (desvio padrão 2,93). Outras caracterizações da amostra estão apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3. Caracterização da amostra extraída dos artigos analisados na revisão

A	No Partic	Gênero	Intervalo De Idade	Escolarização	Raça/etnia	Classe Social e econômica	Contexto/Região
1	137	61,3% masc 38,7 fem	11 a 17	NI	NI	NI	Sucre, costa Caribe Colômbia
2	102	63,7% fem 28,4% masc 7,9% não-binário	13 a 16	9º ano EF	56,8% brancos 27,5% pardos 9,8% pretos 3,9% amarelos 2% indígenas		Escolas públicas na cidade de Franca, São Paulo, Brasil
3	212	50,94% masc 49,06% fem	12 a 18	87,7% EF 12,3% EM	NI	NI	Cidade Oviedo Espanha
4	121	100% masc	14 a 20	5º ao 9º ano	NI	88,4% baixo	Centros urbanos Portugal
5	140	56,8% fem 43,2 masc	14 a 17	3º e 4º ano	NI	NI	Asturias na Espanha
6	1332	61,2% fem 38,8% masc	12 a 19	6º ano ao 3º EM	NI	NI	Escolas públicas brasileiras
7	489	60,5% fem 39,5% masc	9 e 17	5º ao 12º ano	NI	12,9% baixo 49,6% médio 37,5% alto	Escolas na região de Coimbra, Portugal
8	445	Ambos	7 a 18 (11-12)	2º ano escolar aos anos finais	Quase todos (as) cor Branca	media Media baixa	Escolas públicas na cidade de Coimbra, Portugal
9	232 170-crianças 62 – pares	100% masc	12 a 18	NI	NI	Grupo VM-56,47% media GVP: 66,1% baixa	Centros urbanos do Chile
10	272	61,4% fem 38,6% masc	13 a 16	9º ano	NI	NI	Escolas municipais de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil
11	453 212-pública 241-privada	54,3% fem 45,7% masc	13 a 19	EF	NI	GEPU: classe C,D e E GEPRI: classe A e B	Escolas públicas e privadas de Santos, SP, Brasil

12	106	55% fem 45% masc	10 a 15	5o e 6º ano	NI	Baixo	Escola pública em uma zona precária na Argentina
13	433	50,8% fem 49,2 masc	10 a 20	3o ano até 2º EF	NI	74% média	Escolas públicas de Asturias, Espanha

Legenda: fem: feminino (mulheres); masc: masculino (homens); NI= Não Informado; EF: ensino fundamental EM: ensino médio

A quantidade de participantes adolescentes e respectivas idades foram informadas em todos os artigos analisados. No quesito gênero, os adolescentes foram identificados em todos os estudos quanto a serem “homens”, ou “mulheres”, supostamente cisgêneros, descrevendo a frequência por grupo, quase sempre mantendo um certo equilíbrio entre os grupos. Em um estudo foi descrito como “ambos” (A8), sem descrever as porcentagens e em dois estudos toda a amostra foi composta por meninos (gênero masculino) (A4 e A9).

Além disso, em apenas um estudo (A2) houve a menção não dualista: “não-binária”, sugerindo que nos demais houve nas escalas aplicadas respostas dicotômicas e fechadas de posicionamento quanto ao gênero (homem vs mulher). Não foram, portanto, descritos nos estudos, participantes trans, tampouco sua orientação sexual, características que julgamos importantes, uma vez que o gênero foi uma variável discutida em quase todos os estudos, mesmo que não fazia parte dos objetivos iniciais das pesquisas.

A escolarização foi citada em quase todos os estudos, com exceção de A1 e A9, indicando o ano escolar dos(as) participantes. Em alguns casos, a variável acadêmica era o foco do estudo e, em muitos, apenas mera indicação. Como se trata de adolescentes, era de se esperar que estivessem cursando escolas.

A classe social-econômica foi levantada em alguns estudos (A4, A7, A8, A9, A11, A12 e A13), apontando quase sempre se tratar da classe “baixa” e “média”. Também citaram o contexto da amostra, sendo esses, em geral, centros urbanos e escolas. A raça/etnia foi descrita apenas nos estudos A2, A8 e A9. Tais dados foram apresentados como descritores dos respondentes, mas não como variáveis importantes para serem consideradas na análise dos dados, assim como fizeram quanto ao gênero.

Outro dado, igualmente importante e que poderia ser identificado, não apareceu em nenhuma descrição da amostra, como a condição de ser uma pessoa com deficiência e qual, pois se sabe da condição de vulnerabilidade que se soma viver sob essa condição, o que aumenta os riscos diante de comportamentos antissociais.

Fala-se em fator de risco e proteção ao discutir comportamentos antissociais na adolescência e os diferentes estudos analisam as questões individuais (comportamentais), familiares e escolares, mas não consideram na própria amostra as condições contextuais que interrelacionadas podem afetar o contexto daqueles(as) que respondem os inventários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A quantidade de participantes e idades foram informadas em todos os artigos. No gênero, foram identificados serem “homens” ou “mulheres”, supostamente cisgêneros, (apenas em A8 citou “não binário”). Portanto, não se caracteriza o(a) participante quanto às questões da identidade de gênero e orientação sexual e o gênero aparece de modo restrito e “biológico”, o que é por demais limitante.

Curiosamente, os gêneros feminino e masculino foram condições identificadas em quase todos os estudos na caracterização da amostra; em alguns deles intencionalmente como foco de análise e, na maioria não, mas quase sempre foi apontado nos resultados como uma variável observada relacionada à ocorrência dos comportamentos antissociais, por exemplo, identificando que a ocorrência dos CAS são mais frequentes ou mais graves quando se tratava de autores adolescentes meninos. Se ser menino pode estar relacionado a manifestação de CAS, seriam

meninos da população LGBTQIA+ mais vulneráveis ou não? Jovens trans, da mesma forma, seriam mais vulneráveis? Não parece uma preocupação observada em nenhum dos estudos da amostra.

A raça/etnia dos(as) participantes, quando citada, foi maioria branca e não foi analisada. A classe social-econômica foi levantada em alguns estudos sendo, em geral, “baixa” e/ou “média” e o contexto quase sempre urbano, geralmente de escolas públicas. Ora, se a literatura, inclusive citada pelos estudos, aponta para as questões contextuais e ambientais, porque nenhum estudo considera relevante relacionar a classe social, as dificuldades econômicas, violência urbana e preconceitos diversos que podem ser fatores de risco e aumento da vulnerabilidade?

Esta pesquisa tem limites, pois poderiam ter sido consultadas outras bases de dados e com outros descritores. Entretanto, aponta dados importantes para algumas reflexões que julgamos pertinentes no campo da educação sexual.

Podemos concluir que a amostra dos artigos analisados, em geral, limitou-se às características de gênero masculino vs feminino, idade e escolarização; às vezes, acrescentaram-se classe social e etnia/raça, mas não foram variáveis relevantes e nem analisadas de modo pertinente. Outras condições, igualmente vulneráveis, como diversidades sexuais, deficiências, doenças crônicas etc., foram desconsideradas, sugerindo falha na descrição interseccional da identidade dos(as) adolescentes.

Os estudos analisaram as questões comportamentais, familiares e escolares, mas não consideraram na própria amostra as condições contextuais que interrelacionadas poderiam afetar os comportamentos dos(as) jovens. Ou seja, há uma invisibilidade de fatores que deveriam fazer parte na descrição e na análise para se pensar no engajamento em CAS de adolescentes, tanto para explicar esse fenômeno, quanto para preveni-lo.

REFERÊNCIAS

- ARGUMEDOS DE LA OSSA, C.; SOLÓRZANO SANTOS, M. DEL C. Conductas antisociales y delictivas en una muestra de adolescentes colombianos entre 11 y 17 años pertenecientes a una región de la Costa Caribe. *Revista Logos Ciencia & Tecnología*, vol. 16, no. 1, p. 32-51, 2024. <https://doi.org/10.22335/rict.v16i1.1888>
- BORTOLOZZI, A.B.; MAIA, B.B.; OTTONI, A.C. *Revisão sistemática da literatura na abordagem qualitativa: da elaboração à publicação*. Bauru: Gradus, 2024, 68p .
- BECKER, D. *O que é adolescência*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 98 p. (Coleção primeiros passos, n. 159).
- CAETANO, L.A.O.; GALINARI, L.S.; BAZON, M.R. Experiências estressantes, raiva, autocontrole e conduta antissocial na adolescência: estudo na perspectiva da Teoria Geral da Tensão. *Revista de Psicologia*, Vol. 41, no. 2, pp. 717-761, 2023. <https://doi.org/10.18800/psico.202302.005>
- COLE, M.; COLE, S.R. *O desenvolvimento da criança e do adolescente*. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- DELGADO-RESTRAPPO, A. B.; MEDINA-GALINDO, T.A.; RAMÍREZ-SUÁREZ, S.D.; MOSQUERA-TORRES, A.A.; URREGO-VÁSQUEZ, A.C. Factores psicosociales predisponentes en el desarrollo del trastorno de personalidad antisocial: una revisión de la literatura [Tesis de grado]. 2022 Universidad del Bosque. <https://repositorio.unbosque.edu.co/items/829c4914-a2ad-4567-b2bf-624c29402073>
- DIAS, C.; OLIVEIRA-MONTEIRO, N. R. ; AZNAR-FARIAS, M. Comportamentos antissociais e delitivos em adolescentes. *Aletheia* v.45, n.1, p. 101-113, 2014.
- DÍAZ GARCÍA, N. ;MORAL JIMÉNEZ, M.V. Consumo de alcohol y conducta antisocial e

impulsividad en adolescentes Españoles. *Acta colombiana de Psicología*, 21(2), 121-130, 2018. doi: <http://www.dx.doi.org/10.14718/ACP.2018.21.2>.

DODGE, K. A., COIE, J. D., LYNAM, D. Aggression and antisocial behavior in youth. In W. DAMON, R. M. LERNER, *Child and adolescent development: An advanced course* (pp.437-472). Hoboken, N.J.: Wiley, 2008.

FEIJÓ R.B., OLIVEIRA, E. A. Comportamento de risco na adolescência. *J Pediatr*. 77(Supl2): S125-34, 2001.

FONSECA, A.C. Consumo de Drogas e Comportamentos Antissociais na Adolescência: Que Relação. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Ano 47, no 1, p.157-176, 2013.

GALVAN, J.C.; DEMORI, S. D. A.; FELDMANN, L.A.; HALPERN, R.; MARRONE, L.C.P. Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e transtorno de conduta em adolescentes concluintes do ensino fundamental de Caxias do Sul. *Aletheia* v.51, n.1-2, p.44-51, 2018.

HENRIQUES, B. M. Comportamento Antissocial na infância e adolescência. La Psicología de hoy.. *International Journal of Developmental and education psychology. INFAD Rev. De Psicología*, 1 (4), 83-92, 2014.

MAIA, A.C. Reflexões sobre a sexualidade na adolescência. *Revista Psicopedagogia On line: Portal da Educação e Saúde*, 2007, p.1-13. s/p.

MARINHO, M. L.; CABALLO, V. E. Comportamento anti-social infantil e o seu impacto para a competência social. *Psicologia, Saúde & Doenças*, vol. 3, no 2, pp.141-147, 2002.

MOLLEDA, C.B.; DÍAZ, F.J.R.; DÍEZ, F.J.H. Responsabilidad y Comportamiento Antisocial del Adolescente como factores asociados al rendimiento escolar. *Acta Colombiana de Psicología*, vol. 12, no 2, p. 69-76, 2009.

MORAL-JIMÉNEZ, M. V.; PELAYO-PÉREZ, L. E. Factores sociodemográficos y familiares en menores de España con medida judicial, cívicos e infractores. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, vol. 14, no 2, pp. 1217-1233, 2016.

MUNTEIRA MORGADO, A.; DA LUZ VALE-DIAS, M. Comportamento antissocial na adolescência: o papel de características individuais num fenómeno social. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 17 (1), 15-22, 2016.

MUNTEIRA MORGADO, A.; DA LUZ VALE-DIAS, M. Portuguese juvenile delinquents: An exploratory study from a sample of institutionalized young offenders. *Análise Psicológica*, vol. 2, n. XXXV, p. 157-170, 2017. doi: 10.14417/ap.1219.

MUNTEIRA MORGADO, A.; DA LUZ VALE-DIAS, M. Antisocial Behaviour In Adolescence: Understanding Risk Factors And Mediators Through A Structural Equations Model. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, Vol. 1, No 2, pp. 381-392, 2016.

PATTERSON, G.R.; DeBARYSHE, B. D. ; RAMSEY, E. A Developmental Perspective on antisocial behavior. *American Psychologist*, vol.44, no 2, 329-335, 1989.

PATTERSON, G.R.; REIS, J.; DISHION, T. *Antisocial boys*. Eugene: Castalia, 1992.

PAPALIA, D.E.; OLDS, S.W.; FELDMAN, R.D. *Desenvolvimento Humano*. Trad, Bueno, D., 8a ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SALAZAR-MUÑOZ, M., ÁLVAREZ-VIVAR, L., BUSTAMANTECÁRCAMO, Y., & PÉREZ-LUCO

ARENAS, R. Caracterización psicosocial y criminológica de adolescentes chilenos con prácticas abusivas sexuales. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, vol. 19, no. 1, p. 1-25, 2021. <https://dx.doi.org/10.11600/ricsnj.19.1.4645>

SILVA, C.M.; BRANCO, B. H. M.; GROSSI-MILANI, R.G. Desenvolvimento de comportamentos antissociais em adolescentes em conflito com a lei: abordagens e perspectivas. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, vol. 16, n. 12, p. 29233-29245, 2023.

SILVA, da C. Y. G. ; GROSSI-MILANI, R.G. Adolescência e tendência antissocial: o Rap como expressão de uma privação emocional. *Psicologia: ciência e profissão*, vol. 35, no 2, p. 374-388, 2015.

SILVEIRA, K.S. da S.; ZAPPE, J.G.; DIAS, A.C.G. Correlatos dos comportamentos antissociais limitados à adolescência e dos comportamentos antissociais persistentes. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 20, n. 3, p. 425-436, 2015.

SILVINA, C.I.; VALERIA, C.S.; SERGIO, M. Habilidades Sociales, Aislamiento Y Comportamiento Antisocial en adolescentes en contextos de pobreza. *Acta Colombiana de Psicología* vol. 15, no 1, p. 11-20, 2012.

ZAPPE, J.G.; ALVES, C.F.; DELL'AGLIO, D.D. Comportamentos de risco na adolescência: revisão sistemática de estudos empíricos. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 24, no 1, p. 79-100, 2018.

ZAPPE, J.G.; DELL'AGLIO, D.D. Variáveis pessoais e contextuais associadas a comportamentos de risco em adolescentes. *J Bras Psiquiatr.* vol. 65, no 1, p. 44-52, 2016. DOI: 10.1590/0047-2085000000102